



ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

A FRUTICULTURA COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: O CASO DA REGIÃO DE DRACENA/SP

Presidente Prudente
2003



ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

A FRUTICULTURA COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA
AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: O CASO DA
REGIÃO DE DRACENA/SP

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Geografia

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

2º Examinador: Prof. Dr. Gláucio José Marafon

3º Examinador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Anselmo Tarsitano

Presidente Prudente, 26 de junho de 2003.

Adriano Rodrigues de Oliveira
Dissertação de Mestrado
2003

OS DOCUMENTOS SE ENCONTRAM NO FORMATO "PDF", PARA ACESSÁ-LOS É NECESSÁRIA A INSTALAÇÃO DO SOFTWARE "ADOBE ACROBAT READER©", QUE PODE SER EFETUADO A PARTIR DO LINK ABAIXO:



Arquivos para Leitura

	• Capa de Rosto	a
	• Comissão Julgadora	b
	• Dedicatória	i
	• Agradecimentos	ii
	• Resumo	vi
	• Abstract	vii
	• Índice	ix
	• Índice de Figuras	xi
	• Índice de Tabelas	xiii
	• 1 - Introdução	01
	• 2 - O processo de ocupação da Região de Dracena e as condições para a inserção da fruticultura	07
	• 3 - O desenvolvimento da fruticultura no contexto da tecnificação da agricultura brasileira	19
	• 4 - A estrutura produtiva agrícola da Região de Dracena	33
	• 5 - A dinâmica da fruticultura no espaço rural da Região de Dracena	74
	• 6 - Atuação das organizações coletivas como estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais da Região de Dracena	121
	• 7 - Considerações Finais	136
	• 8 - Referências Bibliográficas	141
	• 9 - Anexos 1, 2, 3, 4, 5.	149

Às duas pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe Maria Helena e meu pai Gesuino, que na simplicidade e humildade, incentivaram os meus estudos de todas as formas possíveis. Espero retribuir ao menos uma pequena parcela de tudo que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de escrever em poucas palavras o quão foi importante a participação de outras pessoas para que eu pudesse alcançar mais essa etapa que se constitui em muito mais do que um trabalho acadêmico, mas numa experiência de vida adquirida após o ingresso na universidade. Um leitor alheio pode achar que isso não passa de um conjunto de palavras escritas apenas para “cumprir tabela”. Às estes quero esclarecer, que todas as pessoas citadas nesse momento, e até mesmo outras que a memória falhou em lembrar, contribuíram integralmente para a minha formação acadêmica e pessoal: Quero agradecer em especial:

Ao Prof. Dr. **Antonio Nivaldo Hespanhol**, que desde de 1998 tem orientado e incentivado os meus trabalhos acadêmicos, e acima de tudo mostrando-me que a amizade, a seriedade e a ética são valores essenciais a quem se dispõe a ser um pesquisador de verdade;

A FAPESP, que me concedeu a bolsa de mestrado imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho no decorrer dos dois últimos anos;

Ao Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr. e Prof^a.Dr^a. Maria Aparecida Anselmo Tarsitano, pelas inúmeras contribuições que trouxeram para a finalização da pesquisa na ocasião do Exame Geral de Qualificação;

Aos professores do Departamento de Geografia da FCT/UNESP, que propiciaram momentos de diálogos e reflexões em salas de aula, nos corredores, nos trabalhos de campo ou congressos. A todos o meu muito obrigado, e em especial a estes que por motivos diversos tive maior proximidade: Nivaldo, Rosângela, Tadeu Tommaselli, Margarete, Claudemira, Thomaz Jr, Godoy, Cezar, Eda e João Lima;

Às funcionárias do Departamento de Geografia da FCT/UNESP: Nair, Lúcia e Neide que sempre toleraram a minha presença e atenderam com presteza aos meus anseios.

Ao Sr. Osvaldo Dias, presidente da associação agrícola de Junqueirópolis, pela atenção especial disponibilizada, pelo conhecimento transmitido, por permitir a “invasão” desse espaço construído pelos pequenos produtores rurais da região e também por ser o “cartão de visita” junto às lideranças regionais que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa;

Ao Sr. Luis Alberto Pelozo, engenheiro agrônomo e diretor técnico do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, pelas informações concedidas em entrevista, pelos dados disponibilizados e pela indicação aos agrônomos das casas de agricultura dos municípios que compõem a região, agilizando o desenvolvimento da pesquisa de campo na área de estudo;

Ao Sr. Olívio Zanatta Senciato, diretor e proprietário da Fruteza Sucos Naturais, pela prontidão em atender as visitas, inclusive na ocasião da saída de campo, organizada a partir do estágio-docência realizado com os alunos da disciplina Geografia Regional: Estudo de Caso do 4º de Geografia de 2001. Igualmente relevante foi a contribuição da Srta. Simone Zanatta, nutricionista da Fruteza, que concedeu as primeiras informações acerca da empresa e da fruticultura na região, contribuindo primeiramente na elaboração do projeto de pesquisa de mestrado e, posteriormente, pela concessão de informações, agendamento de visitas e concessão de diversas fotografias da unidade de processamento industrial;

Ao Sr. Vitor Martino Filho, diretor administrativo da Poder Fruit, pela concessão de informações e entrevista, bem como pela prontidão em que recebeu sem agendamento prévio, a visita da turma do 4º de Geografia de 2001, na saída de campo mencionada anteriormente;

A todos os agrônomos da CATI/EDR de Dracena, em especial Adriana Kimura, Armando Chiba, Paulo Sérgio Martin, Sebastião de Carvalho e Silva, pela disponibilização de informações e apoio irrestrito na listagem dos produtores entrevistados;

A Luciana, grande militante do Sindicato dos Empregados Rurais de Tupi Paulista, pela contribuição e inclusive acompanhamento nas entrevistas junto aos trabalhadores rurais;

Ao Walmir César Lanza Caldeira, pelo apoio nos conhecimentos de informática e pela revisão do Abstract deste trabalho;

Às desenhistas Flora e Maria pelo auxílio na impressão dos mapas;

Ao Marcos do Xérox da pista da Unesp pela solicitude em todos os momentos (inclusive aos domingos);

Às duas pessoas mais importantes da minha vida: minha **mãe Maria Helena** e meu **pai Gesuino**. Na simplicidade e humildade, me ensinaram a enfrentar os desafios da vida;

Aos meus queridos irmãos: Alecio, que por ser o primeiro da família a trilhar pelos caminhos da universidade, se tornou um exemplo a ser seguido, pela força, estímulo (inclusive financeiro) e seriedade; à Alice, que também segue pelos caminhos da universidade e conhece de perto as barreiras que involuntariamente transformamos em degraus; ao Alecy que mesmo “por fora” da universidade, sabe que este é o caminho mais curto para o sucesso profissional e pessoal; ao Aldecir, que se “embrenhou” compulsoriamente no entendimento da rotina acadêmica (que nos leva invariavelmente a transformar a noite em dia), quando aceitou dividir o apartamento comigo e toda uma “comunidade geográfica” que habitou o nosso lar nos últimos tempos;

A minha adorável e doce namorada Adriana Olivia Alves (minha querida lindinha), desde fevereiro de 2000 (graças ao ENEG em Macapá/AP). Nestes três anos que se passaram,

ultrapassamos inúmeros obstáculos com ajuda de uns poucos amigos (àqueles que estiveram conosco no ano de 2000, sabem a que estou me referindo), vivenciamos incomensuráveis momentos de felicidade (e alguns poucos de tristeza) e solidificamos um relacionamento de amizade e respeito. Quero salientar ainda a sua contribuição em todas as etapas desta dissertação: na pesquisa de campo, tabulação de dados, elaboração dos mapas e cartogramas que enriquecem a dissertação. Sua presença chega a ser de co-autoria nesta dissertação. Todos os agradecimentos possíveis não contemplam a magnitude da sua presença;

A minha “outra” família: Dona Vilma e Sr Norberto, Miguel, Áurea, Beto e Agdinha, pela prazerosa acolhida em seus lares;

Ao amigo Robson Munhoz de Oliveira, que trilha comigo desde 1997, ajudando nas pesquisas de campo (de iniciação científica e mestrado), nas sugestões e críticas aos meus trabalhos (e ao meio jeito de ser), nos inúmeros momentos de convivência, comportando-se como um verdadeiro irmão. É impossível retribuir a todos os favores concedidos. Devo muito a você meu grande amigo!;

Ao amigo Celbo Antonio, pela amizade recentemente conquistada e nem por isso menos solidificada, pelo incentivo, críticas e sugestões;

Aos colegas do curso de graduação: Adriana Napolitano, Ana Paula, Daniela Ferro, Daniele Jordão, Débora, Hipólito, Luisão, Rosângela Munhoz, Patrícia Monteiro, Sandra Lanna, Wanderléia, Ueberson, Ivan, Régis e Flávia;

Às amigas da Luciene (colaboradora na pesquisa de campo), Janaina Jurca e Denise Bomtempo, pelo estímulo, confiança e companheirismo;

Aos colegas de turma na pós: Marcus Vinícius, Gleison, Luciano Furini, Marcelo Chelotti, Jean, Juliano, Marcelo Carvalhal, Edgar, Ivan, Silvio Simione, João de Souza, Isabela, Lays e Rusvênia;

Aos alunos da disciplina Geografia Regional: Estudo de Caso, turma do 4º de Geografia de 2001, pela relação de amizade estabelecida no decorrer do estágio-docência propiciando a divulgação dos resultados preliminares obtidos na pesquisa de mestrado. A vocês: Alen, Mário, Evandro, Kadu, Roberto França, Admai, Laura, Luciana Campanharo, Luciana Teixeira, Jussara, Simone Scatolon, Elizamar, Priscila e Valeska;

A Carol Ferruci, que por ter sido habitante do município de Junqueirópolis teve o interesse despertado em assistir a apresentação do meu projeto de pesquisa de mestrado nos colóquios (em março de 2001). Por sua influência tive a oportunidade de estabelecer o primeiro contato com o Sr. Osvaldo Dias (pessoa indispensável ao desenvolvimento desta dissertação).

Por isso, quero registrar a importância dessa valiosa colaboração, sem a qual as dificuldades encontradas no caminho percorrido poderiam ter sido maiores.

As amizades consolidadas na pós, em especial à bancada goiana composta pelo Marcelo Mendonça grande companheiro, com o qual pude aprender muito com suas experiências na “geografia da vida”, e, pela Dinalva, grande companheira em todos os momentos. Ao “grande” Paulo, que apesar da influência da “goianidade”, segue firme sustentando o seu jeitinho “mineiro”, espalhando o seu carisma durante os tempos em que partilhamos a mesma república. Ao Carlos Hema, pelo estímulo e companheirismo. E ao goiano mais recente que habita entre nós, grande Léo (o violonista). Esses tiveram importante papel no ensinamento da “geografia do bar”;

À “comunidade geográfica san sebastiana” com os quais tive o prazer de conviver nessa “bagunça organizada”! Valeu pessoal: Denis, Marcelo Chelotti, Zé Alves, Karina, Júlia, Flávia Spinelli, Marlon e Maria Franco (espanhola que entende do inglês e contribuiu na revisão desse e de outros abstracts da vida);

Aos amigos do NEAGEF, Anderson, Éderson e Néelson Pedon. Obrigado pela amizade, confiança e reciprocidade de idéias estabelecidas durante e depois da minha estadia neste núcleo que um dia ajudar criar. Continuem divulgando essa nossa “marca”;

À amizade estabelecida com o “casal mexicano”: Adriana e Marco;

Aos companheiros gedranianos: Álvaro, Célia, Celso, Cory, Elias, Érika, Evandro, João, Joelma, Lourdes, Marcos, Nivaldo, Regiane, Reolarde, Robson, Rosângela e Wagner. É importante registrar a relevância dos debates estabelecidos neste grupo, para a realização desta dissertação;

Reitero novamente a importância do “casal Hespanhol”: Rosângela e Nivaldo, que sempre estimularam de todas as formas ao aprofundamento e aprimoramento enquanto pesquisador e ser humano.

A todos os pequenos produtores rurais que me permitiram “transformá-los” em principais atores sociais do meu universo de pesquisa.

E àqueles que sentiram injustiçados por não terem os seus nomes lembrados nestas palavras, quero que perdoem a falha da minha memória e se sintam contemplados pela consciência que de alguma forma me ajudaram.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo central analisar a importância da fruticultura para o desenvolvimento da Região de Dracena-SP. A atividade frutícola tem se constituído em importante estratégia para a reprodução social dos pequenos produtores rurais, diante das transformações desencadeadas pelo processo de tecnificação da agricultura brasileira. No Oeste Paulista predominam as atividades agropecuárias, entretanto; este setor caracteriza-se pela baixa produtividade, em razão de vários fatores, tais como: a) distância dos principais centros consumidores; b) estrutura fundiária concentrada associada à pecuária bovina extensiva; c) ausência de atuação do poder público (federal, estadual e municipal) no meio rural, etc. Nesse contexto, verifica-se a estagnação das atividades agropecuárias, principalmente das lavouras tradicionais, o que tem provocado a descapitalização e conseqüentemente a expropriação dos pequenos produtores rurais. Não obstante, determinados espaços internos a esta região possuem certas singularidades e têm desenvolvido formas alternativas de exploração agrícola. Assim, a região de Dracena vem se destacando pela expressividade da fruticultura, desenvolvida majoritariamente por pequenos produtores rurais anteriormente vinculados à cafeicultura. A uva e a acerola se destacam como as principais frutíferas cultivadas e a sua produção e comercialização têm sido dinamizada por meio da organização coletiva dos produtores em associações agrícolas, principalmente nos municípios de Tupi Paulista e Junqueirópolis. É importante frisar que a fruticultura se singulariza dentre as demais atividades agropecuárias pelo potencial de absorção de mão-de-obra familiar e pela geração de elevado valor por área cultivada, sendo o seu desenvolvimento compatível com a estrutura das pequenas propriedades. Partindo dessas premissas, tornou-se relevante à compreensão da dinâmica desta atividade e sua importância na região, como estratégia de reprodução social do pequeno produtor rural.

Palavras-chave: Fruticultura; pequeno produtor rural; estratégia de reprodução social; alternativa econômica; associação de produtores; comercialização e desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The research has as central objective to analyze the importance of the fruitculture for the development of the region of Dracena - São Paulo, Brazil. The fruit farming activity has constituted in important strategy for the social reproduction of the small rural producers, due to the transformations unchained by the process of modernization of the Brazilian agriculture. In west of the state of São Paulo the agricultural activities prevail, however; this sector is characterized by low productivity, due to several factors, such as: a) distance from the main consuming centers; b) land structures associated to the extensive bovine livestock; c) absence of intervention of the public power (federal, state and municipal) in the rural area, and so on. In that context, the stagnation of the agricultural activities is verified, mainly in the traditional farmings, what has been provoking the decapitalization and consequently the expropriation of the small rural producers. Nevertheless, certain spaces internal to this area possess certain singularities and they have been developing alternative forms of agricultural exploration. Thus, the region of Dracena comes highlighting for the expressiveness of the fruitculture, developed mainly by small rural producers previously linked to the coffee growing. The grape and the acerola stand out as the main fruits cultivated and their production and commercialization have been accelerated through the collective organization of the producers in agricultural associations, mainly in the municipal districts of Tupi Paulista and Junqueirópolis. It is important to stress that the fruitculture stands out among the other agricultural activities for the potential of absorption of family labor and for the generation high value for cultivated area, being its development compatible with the structure of the small properties. Starting from those premises, it became relevant to the understanding of the dynamics of this activity and its importance in the area, as strategy of social reproduction of the small rural producer.

Key-words: Fruitculture; small rural producer; strategy of social reproduction; economical alternative; association of producers; commercialization and regional development.

ÍNDICE

	Páginas
1 - Introdução.....	01
2 - O processo de ocupação da Região de Dracena e as condições para a inserção da fruticultura.....	07
2.1 - Os primórdios da ocupação da Região de Dracena.....	08
2.2 - A estruturação do espaço rural: as condições para a inserção da fruticultura na Região de Dracena.....	13
3 - O desenvolvimento da fruticultura no contexto da tecnificação da agricultura brasileira.....	19
3.1 - As faces da modernização da agricultura implementada no período pós-1960.....	20
3.2 - As potencialidades da produção frutícola no Brasil.....	27
4 - A estrutura produtiva agrícola da Região de Dracena.....	33
4.1 - Estrutura fundiária.....	35
4.2 - A exploração das terras, segundo a condição do produtor.....	39
4.3 - A utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários.....	41
4.3.1 - Área ocupada pelas principais lavouras.....	44
4.3.2 - Produção e produtividade das principais lavouras.....	46
4.4 - Pecuária bovina.....	58
4.4.1 - Pecuária bovina de corte.....	58
4.4.2 - Pecuária bovina de leite.....	60
4.5 - A utilização de máquinas, implementos agrícolas e insumos modernos.....	63
4.6 - Composição da força de trabalho nas atividades agropecuárias.....	67
4.7 - A dinâmica populacional da Região de Dracena.....	70
5 - A dinâmica da fruticultura no espaço rural da Região de Dracena.....	74
5.1 - Perfil dos produtores que desenvolvem a fruticultura.....	76
5.2 - Caracterização das condições de vida dos produtores rurais.....	81
5.3 - Caracterização do processo de produção nas Unidades de Produção de Agropecuária (UPAs) que desenvolvem a fruticultura.....	83
5.4 - Rendimento anual aproximado obtido nas UPAs	93
5.5 - Força de trabalho utilizada pelos produtores entrevistados.....	95
5.6 - Instrumentos de produção disponíveis nas UPAs.....	97
5.7 - Utilização de irrigação pelos produtores.....	98
5.8 - Utilização de insumos pelos produtores.....	102
5.9 - Práticas de conservação ambiental utilizadas pelos produtores entrevistados.....	103
5.10 - Obtenção de financiamento	105

5.11 - Acesso à assistência técnica.....	108
5.12 - As formas de organização coletiva dos produtores rurais.....	109
5.13 - Percepção sócio-econômica dos produtores entrevistados.....	116
6 - A atuação das organizações coletivas como estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais da região de Dracena.....	121
6.1- As associações como espaço de interação política.....	122
6.2- A constituição das associações agrícolas na Região de Dracena.....	126
7 - Considerações Finais.....	136
8 - Referências Bibliográficas.....	141
8.1- Bibliografia Consultada.....	146
9 - Anexos.....	149

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº	Páginas
01 - Mapa de localização da Região do Escritório de Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo.....	03
02 - Vista aérea da unidade de processamento industrial da Fruteza localizada na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 653. Município de Dracena-SP.....	17
03 - Estrutura Fundiária da Região de Dracena – 1970 a 1996.....	36
04 - Número e Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da Região de Dracena, segundo a Condição do Produtor – 1970 a 1996.....	40
05 - Utilização das Terras na Região de Dracena – 1970 a 1996.....	41
06 - Área ocupada pelas principais lavouras na Região de Dracena: 1970-2000.....	44
07 - Mapa da área ocupada pela fruticultura por município em 2001.....	52
08 - Mapa do valor da produção gerado pela fruticultura, por município em 2001.....	53
09 - Principais lavouras segundo a área ocupada e o valor de produção na Região de Dracena – 1996 e 2000.....	54
10 - Mapa da área ocupada pelas principais lavouras por município em 2000.....	56
11 - Mapa do valor de produção das principais lavouras por município em 2000.....	57
12 - População rural, urbana e total da Região de Dracena: 1970-2000.....	71
13 - Faixa etária dos produtores entrevistados.....	76
14 - Escolaridade dos produtores entrevistados.....	77
15 - Local de residência anterior dos entrevistados.....	78
16 - Local de residência atual dos entrevistados.....	78
17 - Número de propriedades rurais dos produtores entrevistados.....	79
18 - Soma da área total das UPAs onde é desenvolvida a fruticultura.....	79
19 - Presença de aposentados nas unidades produtivas pesquisadas (%).....	80
20 - Material de construção da residência do produtor.....	81
21 - Tamanho médio da residência do produtor.....	81
22 - Tempo de construção da residência do produtor.....	82
23 - Bens de consumo duráveis disponíveis aos entrevistados.....	82
24 - Condição de exploração das terras pelos produtores entrevistados.....	83
25 - Principal atividade desenvolvida antes da fruticultura.....	84
26 - Tempo de cultivo da fruticultura nas UPAs.....	85
27 - Mapa do número de produtores entrevistados e variedades de frutas cultivadas.....	88
28 - Mapa da área cultivada com frutas pelos produtores entrevistados.....	89
29 - Valor de produção animal e vegetal (renda bruta).....	93
30 - Mapa do valor de produção animal e vegetal obtido pelos produtores entrevistados.....	94

31 - Força de trabalho utilizada pelos produtores entrevistados.....	95
32 - Número de produtores entrevistados que contratam força de trabalho temporária, segundo as lavouras cultivadas.....	96
33 - Instrumentos de produção disponíveis aos produtores entrevistados.....	97
34 - Percentual de produtores que utilizam irrigação.....	99
35 - Tipo de irrigação utilizado pelos produtores.....	99
36 - Tamanho da área irrigada nas UPAs dos produtores entrevistados.....	100
37 - Lavouras irrigadas pelos produtores entrevistados.....	100
38 - Procedência da água utilizada na irrigação pelos produtores entrevistados.....	101
39 - Custo mensal da irrigação em Reais (por UPA).....	102
40 - Quantidade de insumos utilizados pelos produtores entrevistados.....	103
41 - Destino dos vasilhames utilizados pelos produtores entrevistados.....	104
42 - Adoção de técnicas de manejo do solo.....	104
43 - Soma do valor de financiamento de custeio obtido pelos produtores entrevistados.....	106
44 - Quantidade de produtores e área em hectares com financiamento de custeio.....	106
45 - Item e quantidade de produtores que efetuaram financiamento de investimento.....	107
46 - Acesso à assistência técnica.....	108
47 - Procedência da assistência técnica.....	109
48 - Filiação dos produtores entrevistados em cooperativas.....	110
49 - Participação dos produtores entrevistados em associações de produtores.....	111
50 - Mapa da participação dos produtores entrevistados em associações agrícolas.....	114
51 - Participação dos produtores entrevistados em sindicatos.....	115
52 - Tipo de sindicato em que os produtores entrevistados são filiados.....	115
53 - Principais dificuldades enfrentadas na produção agrícola.....	116
54 - Número de produtores que pretendem aumentar a área cultivada (frutas).....	118
55 - Grau de interesse em continuar investindo na fruticultura.....	120
56 - Foto das embalagens utilizadas para a comercialização da acerola.....	129
57 - Foto das embalagens utilizadas pela AVIRTUPI na comercialização de uva.....	131
58 - Foto da Fachada do Local onde são expostos os produtos.....	132
59 - Foto do público visitando a Exposição de Acerola e Uva.....	132

ÍNDICE DE TABELAS

Nº	Páginas
01 - Exportações brasileiras de frutas frescas (Valor em mil US\$).....	29
02 - Produção brasileira de frutas frescas em relação à produção mundial - 1999.....	31
03 - Valor da produção agropecuária da Região de Dracena-SP, 1995-96.....	43
04 - Produção e produtividade média das principais lavouras da Região de Dracena – 1970 a 2000.....	47
05 - Área e produção das principais frutíferas da Região de Dracena: 1985-2000.....	49
06 - Frutíferas cultivadas na Região de Dracena-SP.....	50
07 - Efetivo bovino da Região de Dracena 1970 – 1996.....	59
08 - Produção leiteira e quantidade de vacas ordenhadas na Região de Dracena-SP, 1970-1996.....	61
09 - Número de estabelecimentos agropecuários com utilização de defensivos (animais e vegetais), calcário, adubos químicos e orgânicos na Região de Dracena-SP: 1970-1985.....	65
10 - Número de tratores na Região de Dracena, por faixas de potência: 1970-1996.....	65
11 - Média de tratores por área na Região de Dracena e no Estado de São Paulo.....	66
12 - Número de arados de tração animal e de tração mecânica na Região de Dracena-SP: 1970-1996.....	67
13 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da Região de Dracena, 1970-1996.....	67
14 - Utilização das terras nas UPAs dos produtores (área em ha).....	84
15 - Área ocupada pelas principais lavouras, número de produtores e valor bruto de produção anual.....	86
16 - Destino da produção agrícola das lavouras desenvolvidas nas UPAs pesquisadas (%).....	90
17 - Avaliação dos produtores entrevistados quanto a sua situação social.....	119
18 - Estabelecimentos de produtores associados a cooperativas na Região de Dracena: 1970-1985.....	126
19 - Área e produção de acerola nos principais EDRs e no Estado de São Paulo: 1996-2000.....	128
20 - Produção de uvas finas nos principais EDRs e no Estado de São Paulo: 1996-1999.....	130

1 - INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema central o significado espacial do desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena-SP, atividade que tem se constituído em estratégia para a reprodução social dos pequenos produtores rurais, diante das transformações desencadeadas pelo processo de tecnificação da agricultura brasileira.

A região de Dracena está localizada no Oeste paulista, mais precisamente no espigão divisor dos rios Peixe e Aguapeí, na zona de confluência desses cursos d'água com o rio Paraná. O enfoque regional que norteou o trabalho, está pautado na regionalização estabelecida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio de EDRs (Escritórios de Desenvolvimento Rural). Desta forma, a “Região” de Dracena, estudada corresponde à área de abrangência do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, composta por 16 municípios¹, dos quais 5 foram delimitados como mais expressivos, pelo critério de valor da produção, na seguinte ordem: Tupi Paulista, Junqueirópolis, Ouro Verde, Irapuru e Dracena, conforme pode ser observado no mapa da Figura 01.

No encaminhamento do trabalho, constatou-se que o Oeste Paulista, via de regra, possui atividades eminentemente vinculadas ao setor agropecuário. Contudo, tal setor caracteriza-se por baixa produtividade, que possui causas diversas, tais como a distância dos principais centros consumidores, a estrutura fundiária concentrada associada à pecuária bovina extensiva, ausência da atuação do poder público (federal, estadual e municipal) no meio rural, entre outras causas.

Verifica-se na região do Oeste Paulista, a estagnação das atividades agropecuárias, principalmente das lavouras tradicionais, provocando a descapitalização e expropriação dos pequenos produtores rurais. Não obstante, determinados espaços internos a esta região possuem certas especificidades e têm desenvolvido formas alternativas de exploração agrícola.

Nesse contexto, a Região de Dracena vem se destacando pela expressividade da fruticultura, atividade desenvolvida, sobretudo por pequenos produtores rurais. Assim, torna-se relevante à compreensão da dinâmica desta atividade e sua importância na região, como forma de viabilizar a reprodução social do pequeno produtor rural.

¹ Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, Tupi Paulista.

Região do Escritório de
Desenvolvimento Rural de
Dracena - SP

LEGENDA

++++ Estrada de Ferro

— Rodovias

Malha Urbana

Drenagem Fluvial

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO
DE DRACENA - SP

8 km 4 km 0 8 km 4 km 1,2 km

Escala 1:240.000

Orientador:

Adriano Rodrigues de
Oliveira

Prof. Dr. Antonio Nivaldo
Hespanhol

Fonte:
Base Georreferenciada das Bacias
Hidrográficas dos Rios Aguiapé e Peixe,
Escala 1:200.000, In: Relatório Técnico,
Contrato FEHIDRO nº 282/2000, 2001.

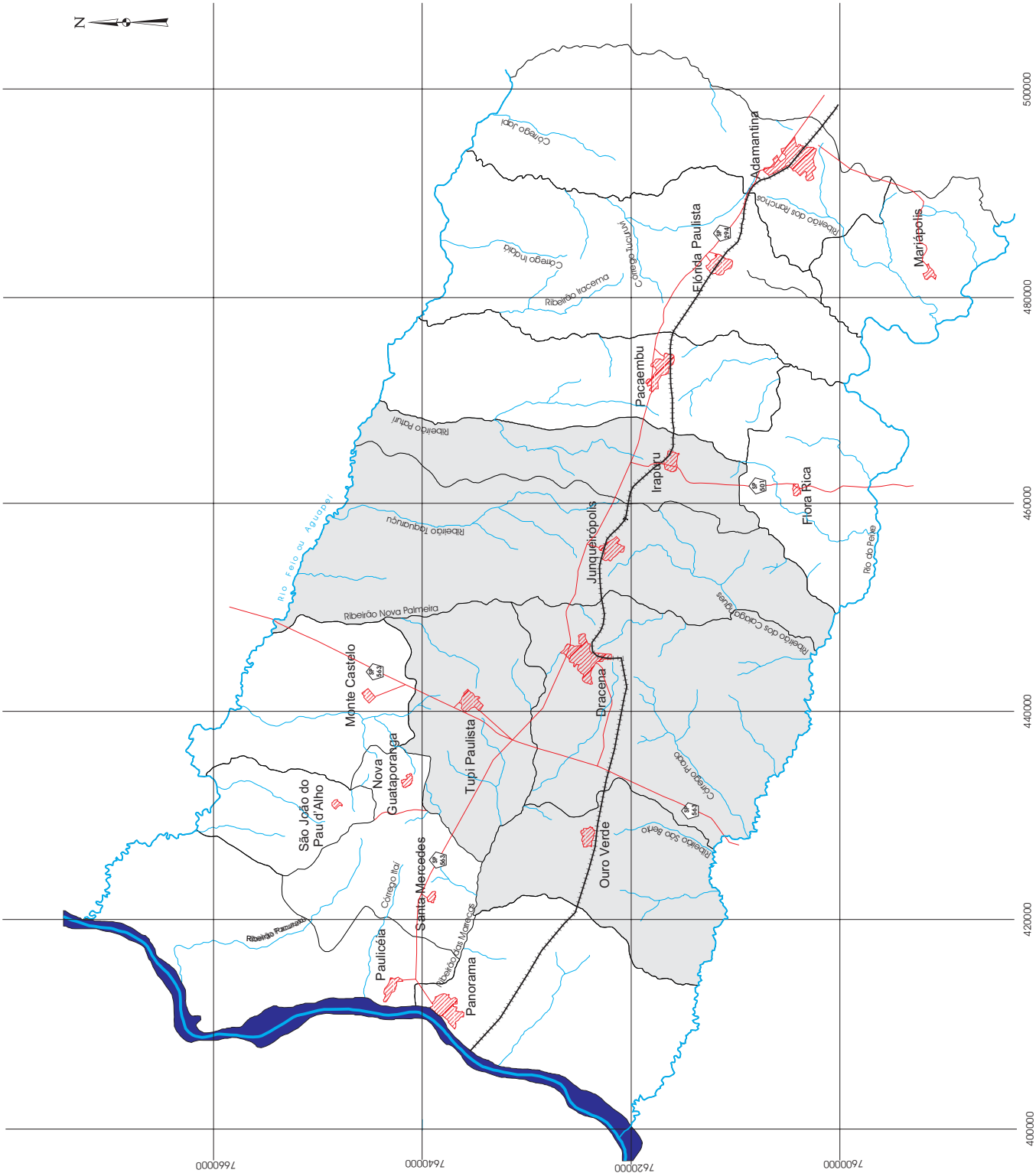
Desenhista:
Adriana Olívia Alves

Figura: 01

Página: 3

Apoio Financeiro:

Instituição:



A pesquisa teve como objetivo principal analisar a dinâmica da fruticultura na região de Dracena no período de 1970 ao final dos anos 1990, no contexto das transformações desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, paulista e regional.

No intuito de pormenorizar a análise, foram estabelecidos alguns objetivos específicos buscando: i) resgatar como se deu o processo de ocupação da região; ii) compreender o papel do Estado enquanto mediador das relações entre a agricultura e a indústria; iii) constatar quais foram os elementos que propiciaram a inserção da fruticultura na região; iv) averiguar a atuação das empresas de processamento industrial na organização e processamento da produção frutícola, bem como as relações estabelecidas com os produtores; v) avaliar como a produção frutícola regional se insere no mercado interno e externo, e; vi) analisar a viabilidade da fruticultura, enquanto estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais.

Para o desenvolvimento do tema e a consecução dos objetivos propostos, foram adotados alguns procedimentos teórico-metodológicos visando o melhor encaminhamento da pesquisa.

A análise e compreensão da dinâmica da fruticultura na Região de Dracena foi realizada tendo como recorte temporal, o período que se estende de 1970 a 2002, haja vista que neste período houve a inserção e consolidação da atividade frutícola na região.

O tema proposto demandou um referencial teórico acerca da dinâmica da agricultura brasileira e paulista, além disso, se fez necessária a compreensão do espaço regional tanto no período anterior, quanto posterior à inserção da fruticultura. Assim realizou-se uma revisão bibliográfica, visando a subsidiar as reflexões acerca da dinâmica da atividade frutícola na região, tendo em vista as formas de inserção e/ou subordinação dos pequenos produtores rurais no processo produtivo agrícola.

No intuito de pormenorizar os estudos, empreendeu-se uma delimitação espacial dos municípios que apresentam maior expressividade no cultivo da fruticultura no âmbito regional, para que se pudesse realizar o levantamento de dados e informações por meio de pesquisa de campo. Sendo assim, foram delimitados os municípios em que o valor de produção gerado pela fruticultura representa mais de 5,0 % do valor total gerado por esta atividade na região. A partir disto, foram delimitados os municípios de Tupi Paulista, Junqueirópolis, Ouro Verde, Irapuru e Dracena que respectivamente representam 29,0%; 18,0%; 14,0%; 13,0% e 7,0% do valor de produção total gerado pela fruticultura, respectivamente. Os cinco municípios delimitados para o levantamento de campo são

responsáveis conjuntamente por 81,0% do valor de produção gerado pela fruticultura na Região de Dracena.

Além da revisão bibliográfica, foi efetuado o levantamento de dados em fontes secundária e primária.

O levantamento de dados em fonte secundária foi realizado nos Censos Agropecuários da FIBGE; no Levantamento por Unidades de Produção Agrícola (desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, vinculada a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA); nas publicações do Instituto de Economia Agrícola (IEA–SP) e do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Estes dados auxiliaram na compreensão da conjuntura sócio-econômica regional e na caracterização dos municípios em que a fruticultura apresenta maior expressividade. Tais dados nortearam a seleção dos fruticultores entrevistados.

Para o levantamento de dados de fonte primária², efetuou-se primeiramente o reconhecimento da área delimitada, com visitas aos cinco municípios selecionados. Para estas visitas, foram elaborados roteiros de entrevistas, abordando questões concernentes à dinâmica da fruticultura no espaço rural regional.

Essas entrevistas foram realizadas com o diretor técnico do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena, presidentes das associações de produtores rurais, proprietários e gerentes das Empresas processadoras de frutas (Fruteza e Poder Fruit, ambas sediadas no município de Dracena) e técnicos das casas da agricultura da Região de Dracena. A partir das entrevistas junto aos técnicos das casas de agricultura dos cinco municípios delimitados para a pesquisa de campo, e com base nas informações disponibilizadas por estes, foi selecionada a amostra dos produtores fruticultores junto aos quais foram aplicados 73 questionários. A seleção dos fruticultores foi realizada de forma não intencional para que se pudesse abarcar produtores com perfis diferentes e que desenvolvem o cultivo de diversas variedades de frutas.

Os dados e as informações coletadas nas entrevistas abertas e nos questionários aplicados foram relacionados aos dados de fonte secundária e possibilitaram a compreensão da dinâmica da fruticultura e sua influência no espaço regional, bem como as formas de produção dos pequenos produtores rurais. Os dados e informações coletados junto aos agentes que atuam direta ou indiretamente nas diferentes esferas do processo

² O questionário aplicado aos fruticultores e os roteiros de entrevistas utilizados junto as Associações de Produtores, Escritório de Desenvolvimento Rural e Empresas de Processamento Industrial de Frutas, encontram-se apresentados respectivamente nos Anexos I, II, III e IV. No anexo V será apresentado um arquivo de fotografias elaborado no decorrer das visitas de campo.

produtivo de frutas foram sistematizados e tabulados e seus resultados foram utilizados na elaboração de mapas, gráficos e tabelas visando facilitar a compreensão da dinâmica frutícola regional.

A partir da bibliografia utilizada e dos dados e informações disponíveis foram realizadas as análises que permitiram o desdobramento do tema em cinco capítulos, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas.

No primeiro capítulo analisou-se o processo de ocupação regional e as condições para a inserção da fruticultura. No segundo capítulo, efetuou-se a discussão acerca das transformações da agricultura brasileira e do desenvolvimento da fruticultura como um nicho específico e especializado de mercado, que propicia aos pequenos produtores a possibilidade de inserção competitiva diante do capital comercial e industrial. No terceiro capítulo, empreendeu-se a análise da estrutura produtiva agrícola e da dinâmica da fruticultura no espaço regional. No quarto capítulo, buscou-se caracterizar a dinâmica da fruticultura no espaço rural por meio dos dados e informações levantadas na pesquisa de campo. Por fim, no quinto e último capítulo, analisou-se a atuação da organização coletiva em associações agrícolas como estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais, por meio da dinamização da fruticultura regional.

2 - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE DRACENA E AS PRECONDIÇÕES PARA A INSERÇÃO DA FRUTICULTURA

2.1 - Os primórdios da ocupação da Região de Dracena

A análise do processo de ocupação da Região de Dracena será realizada a partir da incorporação dos diferentes territórios do então denominado Planalto Ocidental Paulista na primeira metade do século XX, no que se convencionou chamar de “Marcha para o Oeste”, pautada na busca de solos férteis para a lavoura cafeeira.

São diversos os referenciais bibliográficos e as perspectivas de análise que abordam a relevância da atividade cafeeira na ocupação do Estado de São Paulo. Dentro dos limites deste trabalho, buscar-se-á efetuar um breve resgate histórico do processo de ocupação da área que atualmente constitui a Região de Dracena, visando compreender como se deram a inserção e a expansão da fruticultura neste espaço.

Essa contextualização está fundamentada em obras que abordam direta e/ou indiretamente o processo histórico e geográfico de ocupação do Oeste Paulista, destacando-se entre elas Abreu (1972), Silva (1981), Sallum Jr. (1982), Monbeig (1984) e Silva (1989).

A ocupação do Planalto Ocidental Paulista pode ser entendida por meio dos processos de “frente de expansão” e “frente pioneira”, conceitos introduzidos por Pierre Monbeig (1984) em seu clássico *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Para este autor a “frente pioneira”, é entendida a partir núcleo urbano localizado na “boca do sertão”, servindo de base para o avanço da colonização, na medida em que dispõe de uma determinada infra-estrutura, exercendo a função polarizadora de toda a dinâmica sócio-econômica da região. Paralelamente a esta, a “frente de expansão”, consiste numa faixa de terras ocupadas de forma incipiente, pelos pioneiros no início do seu desmatamento, sendo desprovida de quaisquer infra-estruturas. E por isso o caráter de complementaridade entre estes dois processos.

Para Martins (1975), estes dois processos apesar de complementares, não se dão de forma tão harmoniosa, tendo em vista que a “frente de expansão” é caracterizada pelo uso e ocupação do solo por meio de relações não efetivamente mercantis, sendo realizada basicamente por “posseiros” e “ocupantes”, que efetuam o uso privado das terras devolutas³ sem deter o título de propriedade, e, geram uma economia de excedentes, produzindo para a própria subsistência e secundariamente comercializam os seus produtos

³ A Lei de Terras de 1850 instituiu a propriedade privada da terra. Posteriormente a esta data, toda porção de terra, só poderia ser adquirida por meio da compra. As terras que foram ocupadas de outra forma passaram a ser consideradas “devolutas”, ou seja, pertencentes ao Império brasileiro.

para suprirem outras necessidades básicas. Este processo esteve freqüentemente associado a conflitos sangrentos com as populações indígenas, que especificamente na região de Dracena, eram pertencentes ao povo kaingang, da tribo dos coroados, conforme salienta Monbeig (1984).

Ao contrário da “frente de expansão”, segundo Martins (1975), a “frente pioneira”, tem como característica a ocupação e implantação da propriedade privada, efetivamente capitalista. Para o autor, na medida em que a “frente pioneira” se consolida, as atividades do lugar são reorganizadas, a partir, sobretudo do mercado imobiliário de terras. Neste contexto, também não são raros os conflitos entre os posseiros e ocupantes da “frente de expansão” e os grandes proprietários organizados em Companhias Colonizadoras que integravam a “frente pioneira”.

Sendo assim, o avanço da Marcha para o Oeste em direção à atual Região de Dracena foi sendo implementado sob a lógica destes dois processos aliados à expansão da atividade cafeeira que alimentava os lucros da oligarquia cafeeira paulista desde os fins do século XIX.

Contudo, a região de Dracena foi a última área a ser efetivamente ocupada, tendo em vista que toda a Alta Paulista, localizada no espigão divisor dos rios Peixe e Aguapeí, tinha como principal obstáculo à expansão da atividade cafeeira a inexistência de um sistema de transportes efetivo que a interligasse às antigas zonas produtoras de café e, sobretudo ao Porto de Santos. Sua ocupação no início caracterizou-se pelo baixo dinamismo em relação às regiões vizinhas, que desde a década de 1920 tinham seus principais centros urbanos servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana (estadual) e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (federal), conforme aponta Silva (1989).

Eis uma característica fundamental que distingue o processo de incorporação da Alta Paulista em relação à Alta Sorocabana e Alta Noroeste, tendo em vista que estas duas últimas, antes mesmo de serem efetivamente povoadas, já possuíam as estradas de ferro em pleno funcionamento em função do desenvolvimento cafeicultura, enquanto na Alta Paulista, os trilhos da estrada de ferro chegaram depois que o povoamento tinha se efetivado. Para Negri (1996):

O café exigiu uma montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transportes e uma rede de comércio e de serviços para uma grande massa de trabalhadores. À medida que o "complexo cafeeiro" foi se desenvolvendo, gerou-se em paralelo um processo de urbanização que também propiciou a expansão de uma agricultura de alimentos e de matérias-primas. (NEGRI, 1996, p. 32).

Cabe enfatizar que nesta época, eram atribuídos às regiões os nomes das Estradas de Ferro que as serviam. Por isso as denominações Sorocabana, Noroeste, Araraquarense e Paulista⁴. Neste caso, a área de estudo, hoje caracterizada como Região de Dracena, foi por muito tempo e ainda hoje existem resquícios de seu reconhecimento enquanto “Nova Alta Paulista”, que por sua vez recebeu esta denominação por ser a última área ocupada, a partir da Alta Paulista. Neste sentido, basta lembrar que inclusive a FIBGE, incorporou esta denominação vinculada às estradas de ferro até a década de 1980.

Como se pôde notar, a ocupação efetiva da “Nova Alta Paulista”, se deu entre a década de 30 a meados da década de 50. Até o início dos anos 30 os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, haviam alcançado somente o município de Tupã. Relatando a conjuntura da época Monbeig (1984) assinala que, “resta à ferrovia alargar a faixa ainda estreita do seu traçado entre as florestas do rio do Peixe e do Aguapeí”. (MONBEIG, 1984, p. 206).

Assim, a ocupação efetiva da Nova Alta Paulista, delimitada geograficamente a partir do município de Tupã e se estendendo pelo espigão divisor entre os rios Aguapeí e Peixe, até o município de Panorama na margem esquerda do rio Paraná, foi pautada no avanço de três Estradas de Ferro. Por um lado, as Estradas de Ferro Noroeste (na Região de Araçatuba) e Sorocabana (na Região de Presidente Prudente), tiveram uma expressiva influência pela proximidade, considerando que ambas “margeavam” a Região da Nova Alta Paulista. Por outro lado, e, sobretudo por meio do prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro da Companhia Paulista, foi consolidada a ocupação regional pela ação das Companhias de Colonização. A despeito do papel exercido pelas ferrovias na ocupação da Nova Alta Paulista, Silva (1989), destaca o seguinte tripé:

Araçatuba (Noroeste), Presidente Prudente (Sorocabana) e Tupã (Paulista). Noutras palavras, elas foram ‘cidades boca de sertão’. Os dois primeiros centros urbanos já estavam sendo servidos pelos serviços de transportes ferroviários, fator decisivo no processo de colonização do oeste paulista. A região de Araçatuba pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, desde 1908, e de Presidente Prudente, pela Estrada Sorocabana, em 1919. Quanto à da ‘Nova Alta Paulista’, os trilhos de ferro da CPEF só alcançaram Tupã em 15 de novembro de 1945. (SILVA, 1989, p. 51).

⁴ Associado a isto se levava em conta também a distância destas regiões às zonas de ocupação mais antiga, daí, as denominações Alta, Media e Baixa. Por exemplo Alta Paulista, referia-se a alta quilometragem desta em relação à capital.

Ainda conforme Silva (1989), pela via Noroeste, a ocupação em direção a Nova Alta Paulista, ocorreu por meio da implantação de três projetos de colonização. O primeiro, a partir da criação do patrimônio de Nova Pátria, fundando na década de 1920 pela Companhia Colonizadora Nova Pátria, constituída por imigrantes alemães, com sede em Porto Alegre-RS, e, gerenciada por Adolf Golfaz, em Araçatuba-SP.

O segundo projeto de colonização foi implantado por Max Wirth, imigrante suíço, grande capitalista da indústria têxtil na Europa, que transferiu os seus capitais para o Brasil, devido as fortes pressões da classe trabalhadora européia. Na região, efetuou a inversão de seus capitais, no cultivo de café e na compra de diversas glebas, sendo considerado um dos homens mais ricos da época.

O terceiro projeto de colonização foi implantado por José Charavelli, grande produtor das “zonas antigas de café”, arruinado pela crise, optou por investir nas terras novas e férteis da Nova Alta Paulista, cujos preços eram mais baixos. Impelido pelos recursos concedidos pelo governo federal para amenizar os efeitos da crise aos fazendeiros de café, por meio da queima de sacas e erradicação dos pés; Charavelli teve ainda a oportunidade de comercializar em grande escala a madeira resultante do desmatamento de sua gleba na Fazenda Guataporanga.

Pela via da região da Alta Sorocabana, criou-se um eixo de ocupação em direção a Nova Alta Paulista, por meio de diversos núcleos urbanos que foram se estabelecendo, dando aparato à frente de expansão. Destacam-se entre eles os núcleos de Varpa, Bastos e Lucélia, conforme ressalva Silva (1989).

O primeiro núcleo foi fundado por imigrantes letos de orientação religiosa protestante da Igreja Batista, com características apocalípticas:

Eles cultivavam a idéia de ‘terra santa’, escolhida por Deus para abrigar o seu povo, à semelhança da ‘Terra de Canaã’ para o povo israelita (...) Acreditavam que Deus os havia predestinado para uma ‘terra santa’, cheia de vida e fartura. As terras, numa área de 2.100 alqueires da Fazenda Pitangueiras, no município de Campos Novos e comarca de Assis, foram adquiridas de João Gomes Martins, em 13 de outubro de 1922. (SILVA, 1989, p. 54).

Os letos desenvolveram as suas atividades nesta área em Varpa, num modelo de organização sócio-econômica baseado na vida em comum, durante três décadas, vindo a entrar em decadência a partir dos anos 50, conforme salienta Silva (1989).

O outro núcleo que influenciou a ocupação da Nova Alta Paulista, mencionado anteriormente, Bastos, foi fundando também por imigrantes, só que estes, de origem japonesa, pela ação da “Kaigai-Iju-Kumiai Regokai” (Confederação das Cooperativas dos

Imigrantes), que se estabeleceram no núcleo de 1929 a 1939, chegando a atingir o número de 1.100 famílias, conforme aponta Silva (1989).

No âmbito da colonização efetuada a partir da Sorocabana, antes da chegada dos trilhos da CPEF na Nova Alta Paulista, o núcleo de Lucélia é o que expressa de forma mais concreta as ações de cunho especulativo. Por iniciativa de Luiz Ferraz de Mesquita, responsável pela organização do distrito de São João da Balisa, na gleba da Fazenda Monte Alegre, transferiu a sede do distrito que posteriormente viria a ser Lucélia, por ser conhecedor da relevância da estrada de ferro para o desenvolvimento do núcleo urbano e,

Tendo conhecimento dos planos de expansão ferroviária da CPEF, procurou localizar o ‘novo’ povoado em terras por onde viriam passar os trilhos de ferro. Assim, usando de sua grande influência política junto ao então Governo do Estado, o seu concunhado Adhemar Pereira de Barros, transferiu o distrito de paz São João da Balisa para as terras de seu domínio privado. (SILVA, 1989, p. 56).

Deste modo, a incorporação das terras da Nova Alta Paulista, foi se expandindo por influência direta das duas regiões vizinhas, que já possuíam o sistema de transporte consolidado pela presença das Estradas de Ferro Sorocabana e Noroeste, e a partir delas a construção de “picadões” em direção a àquela região ainda parcialmente ocupada e por isso tornara-se um grande atrativo para os ocupantes das regiões vizinhas.

No âmbito da incorporação pela via do espigão divisor Peixe e Aguapeí, a lógica de incorporação se consubstanciou a partir do traçado da estrada de ferro, efetuado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A elaboração deste traçado por parte da empresa, estimulou fortemente a criação de núcleos urbanos ao seu entorno.

O núcleo urbano de Tupã, localizado no espigão divisor Peixe e Aguapeí, foi o principal impulsionador da ocupação da Nova Alta Paulista, exercendo a função de “boca de sertão” e a partir deste, na medida em que a estrada de ferro avançava região adentro, outros núcleos foram desempenhando esta mesma função. Segundo Silva:

[...] a cada avanço dos trilhos de ferro, preparava-se o desenvolvimento do centro urbano seguinte. Durante dez anos foi Marília ponta de linha da CPEF (1929-1939), depois coube a Pompéia (1939-1942), seguida de Quintana (1942-1945), Tupã (1945-1957), Dracena (1957-1961) e, finalmente, Panorama (**em 1962**). (SILVA, 1989, p. 60, grifo nosso).

Referindo-se as principais empresas de colonização que tiveram atuação direta no planejamento sistemático do processo de incorporação da Nova Alta Paulista por meio da criação de núcleos urbanos e a partir deles a estruturação do espaço rural, Silva (1989), destaca a ação das seguintes: Lélío Piza & Irmãos; Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC); Souza Leão e Rocha Ltda; Colonização Alta Paulista “Max Wirth”;

Companhia de Indústria, Comércio, Mineração e Agricultura (CICMA) e Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.

Deste modo, conclui-se que a região foi basicamente ocupada pela intervenção planejada de diversas companhias de colonização.

Como se pode notar, os detentores dos capitais destas companhias, em sua maioria absoluta, eram integrantes da burguesia cafeeira nas antigas zonas produtoras do Estado, que, devido às crises que se sucederam nas primeiras décadas do século XX e, sobretudo, pela grande crise de 1929, abandonaram a atividade cafeeira nas zonas antigas e partiram em busca de uma reprodução ampliada de capital por meio da aquisição de glebas nas zonas novas do Planalto Ocidental Paulista.

Especificamente no âmbito da CAIC, os maiores acionistas desta empresa, eram também componentes da diretoria da CPEF. Daí o fato desta empresa ter efetuado a colonização de grandes extensões de terras em todo o Oeste Paulista, tanto ao norte, quanto ao sul do rio Tietê, conforme salientam Abreu (1972), Leite (1972) e Monbeig (1984).

2.2 - A estruturação do espaço rural: as condições para a inserção da fruticultura na Região de Dracena

No âmbito do processo de incorporação da região da Nova Alta Paulista – atual região de Dracena – ao capital produtivo paulista, merece destaque a forma como o espaço agrário foi estruturado bem como as relações de trabalho estabelecidas. Efetuar-se-á neste item uma abordagem geral deste processo, visando a compreender as bases para a inserção da fruticultura nesta área.

A estruturação do espaço agrário do oeste paulista, via de regra, de meados do século XIX até a década de 1920, foi sendo consubstanciada pela fundação de núcleos urbanos. Assim, na medida em que o café avançava em direção ao oeste, eram fundadas cidades, visando a subsidiar a economia cafeeira e a garantir a sua reprodução, conforme ressalta Monbeig (1984).

A partir de fins da década de 1930, em virtude da crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, a atividade cafeeira foi profundamente abalada, sendo iniciada uma nova fase da divisão territorial do trabalho na economia paulista, que até então era predominantemente agrária e vinculada ao mercado externo. Verifica-se em todo o país a partir deste período, uma reorganização do mercado interno, tanto no que concerne ao setor agrícola quanto ao industrial. Assim, “[...] a produção industrial cresceu cerca de 50 por

cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40 por cento, no mesmo período” (FURTADO, 1980, p.200).

Na região de Dracena, por se constituir numa área de ocupação recente nesta época de crise e reorganização do mercado interno, a atividade cafeeira não somente prevaleceu, mas também incorporou novas áreas ao seu cultivo. Isto foi possível em virtude da alta produtividade dos cafezais “novos” em solos férteis recentemente desmatados. Assim, mesmo com os baixos preços obtidos, ainda era possível aos produtores auferirem bons lucros com a atividade cafeeira, conforme salienta Silva (1989).

Na verdade, o que se verificou não somente na região, mas em todo o território paulista, foi à transferência dos recursos públicos ao setor privado, no intuito de superar a crise financeira enfrentada pelos grandes produtores de café. Outrossim “[...] a própria política de queima da produção aliada ao custeio dos cafezais arrancados por parte do governo de Getúlio Vargas, visou tão somente beneficiar aos interesses dos grandes capitalistas paulistas do café”. (SILVA, 1989, p. 40).

Esses grandes fazendeiros de café, por sua vez, mudaram a estratégia de acumulação de capital, tendo em vista que seus investimentos nas regiões novas, ao invés de se vincularem diretamente ao cultivo de café, organizaram-se em companhias de colonização e estabeleceram um processo de reprodução por meio da venda de lotes tanto nos núcleos urbanos, quanto nas áreas contíguas de espaço rural.

Assim, a partir da década de 1930, ocorrem profundas alterações na região em apreço, em relação às formas de trabalho, de apropriação do solo e de produção. Nota-se a proliferação do trabalho com base na parceria, arrendamento com base no trabalho familiar e na diversificação da produção agrícola. Além disso, nota-se também a proliferação de pequenas propriedades em razão da divisão das glebas pelas companhias de colonização e vendas de lotes aos colonos que haviam conseguido acumular algum pecúlio trabalhando na atividade cafeeira nas antigas zonas produtoras.

A diversificação da produção agrícola e a inserção do trabalho familiar ocorreram durante a fase de formação dos cafezais, ou seja, os cafeeiros concediam as áreas entre as ruas dos cafezais para o cultivo de outras lavouras, tais como: arroz, algodão, amoreira, dentre outras. Assim, tais atividades complementares possibilitavam o custeio dos gastos com o café ainda improdutivo, haja vista que, os colonos cultivavam estas culturas em consonância com os tratos culturais dos cafezais, numa reciprocidade de trabalho e produção, conforme salienta Silva (1989).

Assim, a atividade cafeeira se desenvolveu no contexto da diversificação das atividades agrícolas, durante o período de recuperação da crise econômica provocada pela Queda da Bolsa de Nova Iorque, tendo em vista que as atividades agrícolas complementares amenizaram os prejuízos causados pelos efeitos da crise de 1929.

Neste âmbito, a cafeicultura foi expressiva na região até os anos 1980, sendo desenvolvida, sobretudo em médias e pequenas propriedades, implantadas a partir dos loteamentos realizados pelas companhias colonizadoras.

Porém, cabe enfatizar que mesmo com a perda de expressividade econômica, a cafeicultura continuou sendo explorada, ainda que com menor intensidade e aliada a outras culturas agrícolas juntamente com as pastagens que começaram a ganhar espaço, principalmente nas grandes propriedades.

No bojo das alterações do setor produtivo agrícola, começa a haver à inserção da fruticultura na região, ainda que de forma pouco pronunciada, a partir da década de 1970, conforme os registros do Censo Agropecuário, em detrimento da cafeicultura, que havia se territorializado nas pequenas e médias propriedades, no período de 1930 a 1980.

Para Chiba *et al.* (2001) foram vários os fatores que contribuíram para a decadência da cafeicultura na região:

[...] retração no consumo mundial, baixa qualidade do café, grande quantidade estocada, alternâncias climáticas e incidências de pragas e doenças. Tudo isso colaborou para um processo de descapitalização do agricultor, que conseqüentemente diminuiu os investimentos essenciais como adubação, tratamentos fitossanitários, levando a uma produtividade cada vez menor. (CHIBA *et al.* 2001, p. 11).

Com o desenvolvimento da cafeicultura na região, foi relevante a atuação das cooperativas agrícolas, que a partir dos anos 1960, se expandiram pelo território paulista. Estas cooperativas foram organizadas por imigrantes japoneses, outrora colonos do café nas Antigas Zonas produtoras, conforme enfatiza Seabra (1977). Dentre estas cooperativas, se destacaram na região a Cooperativa Agrícola de Cotia e Cooperativa Agrícola Sul Brasil.

Assim, a primeira atividade vinculada a fruticultura na região, foi a viticultura. Almeida (1999), em um estudo de caso assinala que:

O início da cultura de uva na região oeste de São Paulo ocorreu por duas frentes independentes e ao mesmo tempo. Uma através do trabalho isolado da família Furuhashi da cidade de Irapuru-SP. Outra através de um grupo de 40 produtores coordenados pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) no ano de 1967. A

C.A.C. tinha um projeto de abertura de fronteiras no Brasil, dando incentivos para a produção de uva. (p. 19)⁵.

A partir da viticultura, outras culturas foram surgindo na região, iniciando-se um processo de diversificação das atividades vinculadas à fruticultura, em detrimento da cafeicultura:

Em 1978, devido ao declínio do café, um grupo de 6 produtores [...] ligados à Cooperativa Sul-Brasil de Dracena-SP iniciou, com assistência técnica sistemática desta, uma nova fase da cultura buscando diversificar a exploração agrícola. (ALMEIDA, 1999, 20).

Entretanto, a partir dos fins dos anos 1980, as cooperativas agrícolas (CAC e Sul Brasil), passaram a ser profundamente afetadas pelas mudanças conjunturais da economia nacional. Assiste-se a um processo de sucateamento das unidades destas cooperativas que até então haviam se territorializado pelo interior paulista.

Neste sentido, os produtores da região, que anteriormente, recebiam assistência das cooperativas, tanto do ponto de vista técnico quanto na comercialização, deixaram de ter este sustentáculo e foram expostos diretamente ao capital mercantil.

Paralelamente à este quadro, no início da década de 1990 intensifica-se o processo de organização destes produtores, sobretudo os pequenos, em associações agrícolas. Assim, o associativismo, se constitui atualmente numa das melhores alternativas para a superação das dificuldades da fruticultura, sobretudo, no âmbito da comercialização dos produtos.

Como resultado do dinamismo apresentado pela fruticultura na região, principalmente pelo seu caráter de diversificação da produção, foi implantada no município de Dracena a **Fruteza** - agroindústria processadora de frutas - no ano de 1992. (Figura 02).

Conforme informações obtidas em entrevista junto a direção da empresa⁶, existe uma integração entre a empresa e os produtores rurais, por meio das associações de produtores e Casas de Agricultura instaladas nos municípios. Assim a empresa fornece as mudas de frutas que são desenvolvidas nos viveiros municipais.

⁵ É importante ressaltar que a Região abordada pela autora está restrita a Região Administrativa de Presidente Prudente, que abrange a Região de Dracena. Se a abordagem regional for ampliada para toda porção Oeste do Estado, constata-se uma outra frente de expansão da viticultura no Noroeste do Estado: “Foi o Sr. Massaharu Nagata que em 1965 introduziu a cultura da videira na região de Jales com as estacas do porta-enxerto do cultivar 420-A trazidas de Mogi das Cruzes. No ano seguinte o Sr. Nagata trouxe o material vegetativo do cultivar ‘Itália’ e efetuou a enxertia. Inicialmente procurou-se produzir uva utilizando a tecnologia do material de origem, que aos poucos foi sendo modificado para as condições locais. Em 1970 haviam dois produtores de uva com um total de 500 pés em produção, resultando nas primeiras caixas de uva ‘Itália’ da região comercializadas na capital.” (TARSITANO, p. 44, 2000).

⁶ Entrevista concedida no dia 04/06/2002.

Contudo não existe a integração efetiva entre produtores e indústria, por meio de contratos de exclusividade de compra e venda (a exemplo da avicultura e fumicultura na região Sul do país). Na opinião do diretor da FRUTEZA:

Nos Estados do Sul, eles possuem uma filosofia mais associativista e cooperativista por influência européia. Os paulistas são mais individualistas. Somente agora que nós estamos assistindo a criação de algumas associações - e isso tem sido utilizado como exemplo - como essa de Junqueirópolis. Sem o associativismo, nós não chegaremos a lugar nenhum, principalmente pelas características das áreas de nossa Região, que são compostas por micro e pequenas propriedades. Nós temos que trabalhar hoje em cima da redução dos custos, e por isso é importante o associativismo. (Informação verbal)⁷.

A empresa realiza o processamento dos seguintes produtos: abacaxi, acerola, goiaba, manga e maracujá e a capacidade de processamento industrial é de 6 toneladas/hora no caso do maracujá; 5 toneladas/hora no caso do abacaxi e 4,3 toneladas/hora na extração da polpa da acerola e goiaba, o que equivale a uma média de processamento anual de 14.000 toneladas⁸.



Figura 02: Vista aérea da Unidade de Processamento Industrial da Fruteza localizada na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 653. Município de Dracena-SP
Fonte: Arquivos da Empresa.

O capital investido para a implantação da empresa é pertencente a família do diretor e proprietário atual que é oriundo da Região de Dracena. Atualmente, 60,0 % de sua produção é destinada ao mercado interno e 40,0 % ao mercado externo. No âmbito do mercado interno a empresa fornece sucos concentrados para cozinhas industriais, escolas

⁷ Comentários extraídos da entrevista realizada com Olívio Zanatta Senciato, diretor e proprietário da Fruteza Sucos Naturais LTDA, no dia 04/06/2002.

⁸ Conforme as informações do diretor, no ano de 2001 a empresa teve um Faturamento Bruto Anual de R\$ 3.520.000,00. Deste montante, o lucro é equivalente a 7,0% (R\$ 246.400,00).

públicas e também possui um contrato como fornecedora da Empresa de Sucos Del Valle. Sua atuação no mercado externo está vinculada ao fornecimento de polpa de fruta para os seguintes países: EUA, Porto Rico, Alemanha, Holanda e Canadá.

A empresa possui planos de ampliar a produtividade por meio da aquisição de concentrador de polpa. Este equipamento é utilizado para extrair os excessos de água existente nos produtos, reduzindo substancialmente o custo por meio da redução da compra de tambores e sacos plásticos utilizados no armazenamento e transporte, bem como do espaço de armazenamento no interior das câmaras de resfriamento do produto.

No final do ano de 2001, foi implantada no município de Dracena uma outra agroindústria processadora de frutas – a **Poder Fruit**. A empresa já é tradicional no ramo de comercialização de frutas na capital paulista, atuando no entreposto da CEAGESP de São Paulo.

O dinamismo apresentado pela fruticultura regional se constitui no principal atrativo ao investimento de capital realizado pela empresa, na implantação da unidade de processamento agroindustrial⁹. Associado à isto, a prefeitura municipal incentivou por meio da concessão de terreno e barracão para as instalações da planta industrial. No que se refere a integração desta agroindústria com os produtores, têm sido estabelecidos contratos, nos quais os produtores se encarregam do fornecimento da matéria-prima e a empresa garante um preço mínimo e a segurança de comercialização.

A empresa atua no processamento das seguintes frutas: abacaxi, acerola, caju, goiaba, manga, maracujá e *mix* de açaí. Na extração de polpas possui a capacidade de processar 20 toneladas diariamente e no processamento do *mix* de açaí a capacidade diária é de 1,5 toneladas/dia.

A despeito da destinação do produto industrializado a Poder Fruit, ainda não dispõe de um mercado consumidor regional. Sua produção é destinada exclusivamente ao mercado nacional, com destaque aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Deste modo, constata-se que a consolidação da fruticultura na Região de Dracena esteve pautada em elementos histórico-geográficos, abrangendo desde as condições naturais até a expansão da frente pioneira, que estruturou o espaço rural com uma grande parcela de pequenas propriedades, que outrora foram importantes para o cultivo de café e atualmente desempenham um importante papel no cultivo de frutas.

⁹ Informações coletadas por meio da entrevista realizada com Vitor Martino Filho, diretor administrativo da Poder Fruit Agroindústria e Comercial LTDA, de propriedade de Cícero Macena Ferreira e Fabiola Fonseca. Entrevista realizada no dia 07/06/2002.

3 - O DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA NO CONTEXTO DA TECNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Buscar-se-á neste capítulo efetuar uma análise do processo de desenvolvimento da fruticultura no contexto da agricultura brasileira em seu período mais recente, configurado pelo seu processo “modernização”.

Neste sentido, a análise da fruticultura, será consubstanciada no resultado do processo de incorporação tecnológica na agricultura em seus diversos aspectos. O cultivo de frutícolas se constitui num dos principais “nichos” de mercado podendo ser produzidas com êxito em pequenas unidades produtivas.

Dentre as vantagens do desenvolvimento da atividade em pequenas unidades produtivas está a possibilidade de absorção da mão-de-obra familiar e geração de empregos temporários e/ou permanentes. Outro aspecto que pode ser ressaltado consiste no elevado rendimento médio gerado pela fruticultura em pequenas extensões territoriais.

Antes de entrar na discussão especificamente do desenvolvimento da fruticultura no país, faz sentido resgatar brevemente o processo recente de transformação do setor agrícola, enfocando o período posterior a década de 1960.

3.1 - As faces da modernização da agricultura implementada no período pós-1960

A agricultura consiste numa das principais atividades responsáveis pelo estreitamento das relações da sociedade com a natureza. Para Santos (2000), o aprofundamento das técnicas e a sua difusão nos diferentes espaços, revelam cada vez mais a capacidade do Homem em se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade em relação às condições naturais. Deste modo, o autor enfatiza que:

[...] Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. (SANTOS, 2000, p.88).

O processo de modernização da agricultura brasileira consistiu basicamente na incorporação de técnicas visando à mecanização do meio rural, alterando profundamente as formas de produzir e viver (reproduzir) neste espaço geográfico.

Neste sentido, a partir da segunda metade dos anos 1960 aprofundou-se o processo de tecnificação da agricultura, explicitamente pela intervenção do Estado brasileiro, resultando no estreitamento das relações entre agricultura e indústria, com destaque para a

subordinação da primeira, configurando-se o que se convencionou denominar de complexo agroindustrial¹⁰. Esse processo aprofundou a territorialização do capitalismo no campo seja por meio da subsunção formal seja por meio da subsunção real, formas essenciais de apropriação do espaço geográfico pelo capital¹¹.

De acordo com Müller (1989):

As relações entre indústria e agricultura passaram por transformações notáveis no Brasil a partir de meados dos anos 60. As agroindústrias cresceram como consumidoras dos produtos da agropecuária, ao tempo em que se remodelaram; surgiram novas agroindústrias de grande porte, ligadas ao exigente mercado internacional [...]. (MÜLLER, 1989, p. 17).

No âmbito da dinâmica recente da agricultura brasileira, Kageyama *et al.* (1990) e Graziano da Silva (1996), afirmam que as transformações apresentadas por este setor, são resultantes do processo iniciado com a crise do complexo rural, caracterizado por possuir uma dinâmica simples, consubstanciada numa restrita quantidade de produtos exportáveis e regulamentada pela demanda do mercado externo; e, sua substituição pelo complexo agroindustrial, caracterizado pela maior integração e/ou subordinação da agricultura à indústria e pela mudança de ênfase do mercado externo para o interno.

A esse respeito Sorj (1986) se pronuncia da seguinte maneira:

[...] Embora se mantenha a transferência de excedentes do setor agrícola, essa transferência é realizada principalmente pela ação do complexo agroindustrial, que passa a comandar os processos de produção na agricultura. (SORJ, 1986, p. 11).

No âmbito da substituição do complexo rural pelo complexo agroindustrial assim se pronuncia Graziano da Silva (1996):

¹⁰ Sobre os Complexos Agroindustriais destacam-se as obras de Guimarães (1979), Graziano da Silva (1981) e (1996), Cano (1985), Delgado (1985), Wilkinson (1986), Sorj (1986), Müller (1989), Kageyama *et al.* (1990), Szmrecsányi (1990) e Costa & Mazzali (1995).

¹¹ “A subsunção formal é o momento histórico da hegemonização *indireta* do capital sobre a sociedade, dado a forma principal de capital ser a do capital mercantil e este realizar suas ações através da esfera da circulação. O capital mercantil subordina (subsume) ao circuito do mercado as formas sociais pré-capitalistas existentes, sem alterá-las em sua natureza. A subsunção real é o movimento consecutivo, em que a hegemonização se faz pela via direta da absorção da esfera da produção pela forma principal de capital emergente, o capital industrial, por meio da qual subverte as formas sociais até então não incorporadas ao circuito mercantil capitalista, tornando-as capitalistas no ato da incorporação. Antes, o capital controla a esfera da produção através da esfera da circulação. A seguir, o capital mercantil se transforma em capital produtivo e estabelece o controle da esfera da circulação a partir do controle da esfera da produção [...] Mesmo que se expressem sob normas próprias de construção (produção-organização) social, estas duas formas que o capitalismo assume em seu processo de formação histórica podem se imbricar *têmporo-espacialmente*”. (Moreira, p. 28 e 29, 1985). Outras análises deste processo podem ser obtidas em Oliveira (1981) e Martins (1981).

O processo histórico de passagem da agricultura brasileira do chamado 'complexo rural' para uma dinâmica comandada pelos 'complexos agroindustriais'- CAIs: a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário. (Graziano da Silva, 1996, p.1)

Conforme Kageyama *et al.* (1990) e Graziano da Silva (1996), a evolução da agricultura brasileira recente, pode ser analisada considerando dois períodos. O primeiro se estende de 1930 até meados da década de 1960, onde se inicia o segundo período caracterizado, sobretudo pela incorporação tecnológica, que altera profundamente as formas de produzir nesse setor.

No primeiro período, a expansão da agricultura brasileira ocorreu por meio da incorporação de novas áreas, ou seja, aproveitando-se das fronteiras agrícolas próximas aos pólos mais urbanizados da Região Centro-Sul. Nesta época já havia um incipiente processo de modernização da agricultura em gestação, contudo não podendo se desenvolver completamente devido às dificuldades de internalização do D_1 ¹², ou seja, a modernização vê-se restringida pela capacidade de importar. Porém o Governo de Juscelino Kubitschek, por meio do Plano de Metas, possibilitou a implantação de um grande volume de indústrias no país e concomitantemente àquelas voltadas para a agricultura, principalmente de implementos e máquinas.

O segundo período iniciado em meados da década de 1960 caracterizou-se pela superação do modelo de incorporação de novas áreas, resultando no estreitamento das relações entre agricultura e indústria e, conseqüentemente, nas formas de produzir no campo conforme evidenciam Sorj (1986), Müller (1989) e Graziano da Silva (1996).

Grande parte da produção agrícola passa a ser utilizada como matéria-prima pelas agroindústrias que se expandiram e pelas novas que surgiram e adotaram uma postura tipicamente industrial de processar, beneficiar e comercializar, abandonando o caráter artesanal-manufatureiro da agroindústria¹³ existente até então, conforme evidencia Müller (1989).

Neste contexto, o processo de produção se torna cada vez mais complexo, mais dependente da produção de outros setores da economia, mais intensivo no uso de capital

¹² Departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura.

¹³ Ver a obra de Thomaz Jr. (2002), acerca das transformações ocorridas na agroindústria canavieira paulista e os seus reflexos nas relações capital x trabalho.

fixo e circulante, conforme ressaltam Delgado (1985), Graziano da Silva (1996), Kageyama *et al.* (1990) e Sorj (1986).

A partir de meados da década de 1960 a dinâmica da agricultura passa a ser definida pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais (CAIs). Nesse contexto, a ação do Estado orienta-se para a modernização da agricultura, visando a integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima, gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor, redundando na reorganização das formas de trabalho nas classes sociais envolvidas no processo produtivo agrícola, conforme salienta Sorj (1986):

O processo de penetração crescente do capital na base do processo produtivo agrícola determina uma transformação e diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas. Grande parte dos latifúndios se transformam em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais assentados na exploração da renda do pequeno produtor. A pequena produção por sua vez ou é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial [...]. (SORJ, 1986, p. 12).

O processo de modernização da agricultura brasileira consiste basicamente no aprofundamento do capitalismo no campo. O Estado brasileiro definiu este novo padrão de regulação do crescimento capitalista e das novas formas de inserção e/ou subordinação dos atores sociais definidas pela consolidação do capital financeiro, que contribuiu para a constituição e consolidação dos complexos agroindustriais no país, conforme demonstram Delgado (1985), Sorj (1986), Müller (1989), Kageyama *et al.* (1990) e Graziano da Silva (1996).

A respeito da intervenção do Estado, Kageyama *et al.* (1990), afirmam que:

Em termos históricos, a intervenção do Estado estimulando a modernização da agricultura brasileira pode ser vista como uma nova etapa de um processo que já vinha se desdobrando desde os anos 30 e que constitui um dos problemas fundamentais do processo de industrialização brasileira – conformar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor urbano-industrial. O instrumento central da intervenção foi a política de financiamento [...]. (KAGEYAMA *et al.*, 1990, p. 157-158).

Conforme Kageyama *et al.* (1990) e Graziano da Silva (1996), a constituição dos CAIs (Complexos Agroindustriais), pode ser localizada na década de 1970, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura,

agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura.

Os autores supra citados enfatizam que a consolidação dos CAIs se dá pelo capital financeiro, basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e de políticas específicas de agroindustrialização, tais como a criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI) em 1965.

Neste contexto, verifica-se que no início dos anos 1970, o país apresentava um conjunto de setores agrícolas e industriais interdependentes entre si que pode ser designado por complexo agroindustrial. Praticamente metade da produção agrícola era de interesse imediato dos setores demandantes de matérias-primas e metade das condições de produção na agricultura dependia de máquinas e demais insumos industriais, conforme evidenciam Müller (1989) e Graziano da Silva (1996).

A produção agrícola passa a constituir-se em capital circulante da agroindústria, ou seja, a agricultura passa a ser cada vez menos dependente do laboratório natural (DELGADO, 1985), tornando-se amplamente subordinada ao capital industrial. Deste modo “[...] a produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital”. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p.44).

Sobre esta questão Delgado (1985), considera que:

Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura significa que a reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colhedoras etc.), que cumpriria, grosso modo, o papel de Departamento de Meios de Produção da indústria para a agricultura. (DELGADO, 1985, p.19-20).

Analisando o processo de modernização da agricultura brasileira, verifica-se que este atingiu de forma diferenciada as várias regiões do país. O padrão produtivo de alguns espaços foi profundamente alterado, enquanto o de outros, sobretudo por se encontrarem vinculados a segmentos produtivos tradicionais, apresentaram pequenas alterações na forma de produzir e de organizar a produção, não usufruindo integralmente do arsenal tecnológico implementado no país.

Assim, verifica-se que a modernização da agricultura brasileira, apesar de ter sido expressiva não se generalizou, apresentando-se de forma seletiva e diferenciada.

Conforme Delgado (1985):

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza (sic) o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. (DELGADO, 1985, p. 42).

Desta forma verifica-se que apesar de não ter atingido diretamente todos os produtos, regiões e produtores, o processo de modernização gerou profundos impactos sobre a agricultura brasileira. O resultado desse processo de modernização seletiva, consubstanciada no crédito rural farto e barato (aos grandes produtores), redundou na expansão de produtos exportáveis e na estagnação de produtos voltados ao mercado interno (principalmente os alimentícios), conforme evidencia Hespanhol (1996).

Este modelo de modernização baseado no crédito subsidiado pelo Estado perdurou entre meados da década de 1960 e início da década de 1980, quando a economia brasileira entrou em profunda crise com reflexos extremamente negativos sobre todo o setor agrícola do país, conforme evidencia Graziano da Silva (1996).

A profunda crise que assolou o Estado brasileiro a partir dos anos 1980, atingiu diretamente o modelo de modernização da agricultura em vigor desde meados dos anos 1960.

O crédito rural que desde a década de 1960 havia sido o principal instrumento de política agrícola fomentador da modernização implementada no país, passa a perder progressivamente a sua importância, entrando em cena um novo instrumento de intervenção do Governo Federal, consubstanciado na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), conforme evidencia Hespanhol (1997).

Em termos de política agrícola efetivamente atuante, a Política de Preços Mínimos foi adquirindo destaque com o objetivo explícito de compensar a ineficiência do Sistema Nacional de Crédito Rural, em decadência, conforme salienta Graziano da Silva (1996).

A implementação da PGPM deu-se através das operações de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Contudo:

[...] a maioria dos pequenos produtores rurais, por falta de informação e de organização, via de regra acaba vendendo seus produtos aos intermediários capitalistas (cerealistas), muitas vezes por valor inferior ao preço de garantia. Os cerealistas por sua vez, ou armazenam o produto aguardando a elevação do preço (muitas vezes utilizando recursos do EGF) ou eles próprios vendem para o governo através do mecanismo do AGF. (HESPANHOL, 1996, p. 197).

Nota-se desta forma, que mais uma vez os pequenos produtores rurais permaneceram excluídos da política agrícola, tendo em vista que não foram eles que

efetivamente se beneficiaram da PGPM implantada pelo Governo Federal, assim como ocorrera com o crédito rural.

Assim, os segmentos mais capitalizados e com maior nível de integração a atividade agroindustrial, vêm encontrando formas de se viabilizar, mesmo estando sujeitos as flutuações do mercado nacional e internacional e a retirada do Estado enquanto financiador do setor agropecuário. Ao passo que os pequenos produtores rurais descapitalizados e excluídos do processo de modernização, continuaram sendo marginalizados, além de terem agravado ainda mais a sua situação frente a crise que passou a assolar o país nos anos 1980 e a ausência de incentivos dos diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal), conforme evidencia Hespanhol (1996).

Nos anos 1990 a intervenção do Estado na agricultura, foi sendo estabelecida tendo a PGPM, como um dos principais instrumentos de ação, embora a sua operacionalização tenha encontrado diversas barreiras, face a ausência de sintonia entre a universalidade da aplicação de garantia de preços mínimos e a restrita alocação orçamentária para a sua execução, além das irregularidades na condução política, dificultando o planejamento das atividades em longo prazo, por parte dos produtores, conforme evidencia Rocha (1997).

Contudo, o que vem perdurando durante o modelo de modernização da agricultura é a desigualdade social, espacial e tecnológica. Esse processo faz com que a maioria dos produtores rurais seja desprovida do acesso aos meios de produção (inclusive a terra), devido ao caráter excludente e concentrador do processo modernizante. Igualmente, grande parte das regiões do país estão à margem deste processo, não sendo diretamente afetadas pelos impactos da modernização da agricultura, ou seja, não obtiveram grandes alterações em sua base técnica, econômica e organizacional, e sobretudo, o melhoramento do quadro social do campo, conforme enfatizam Delgado (1985) e Hespanhol (1997).

Vale ressaltar, que mesmo não sendo diretamente afetadas estas regiões são fortemente influenciadas pelo novo padrão de acumulação do setor agroindustrial. Atualmente não se pode compreender a estrutura e a dinâmica da agricultura brasileira sem considerar as relações intersetoriais com o capital industrial, comercial e financeiro e as relações que se estabelecem entre eles, conforme salienta Graziano da Silva (1996).

Neste contexto a dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro, vem sendo profundamente alterada face: a) ao arrefecimento das políticas agrícolas até então subsidiadas pelo Estado; b) a estagnação do modelo de desenvolvimento agrícola sob os padrões da “Revolução Verde”, e; c) a abertura comercial realizada no início dos anos

1990, orientada pela onda neoliberal implementada pelo governo Collor, conforme evidenciam Costa & Mazzali (1995) e Graziano da Silva (1996).

A dinâmica da agricultura consiste num dos temas dos estudos geográficos, tendo em vista que as relações sociais que a permeiam, a exemplo da apropriação da renda da terra pelo grande capital industrial, comercial e financeiro, afetam direta ou indiretamente os produtores rurais, gerando uma massa de pequenos produtores rurais pauperizados no campo.

Neste contexto, buscar-se-á discutir a inserção da atividade frutícola que se constitui num nicho de mercado em potencial enquanto produto agrícola, que está sendo utilizado como estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais na Região de Dracena.

3.2 - As potencialidades da produção frutícola no Brasil

As transformações ocorridas no desenvolvimento da agricultura no período recente, sobretudo na década de 1990, configuraram um cenário de competitividade no qual os produtores rurais têm que buscar o fortalecimento de sua produção, desenvolvendo atividades de interesse direto dos grandes complexos agroindustriais, haja vista a ocupação do cerrado brasileiro por empresas capitalistas com o desenvolvimento de atividades vinculadas aos Complexos Soja/Milho/Carnes. Contudo, o espaço aberto aos pequenos produtores nestes complexos é bastante reduzido face a descapitalização e as exigências de competitividade impostas pelo mercado.

Nesse contexto, os pequenos produtores rurais cujas unidades de produção são comandadas pelo trabalho familiar têm que optar por diferentes estratégias de reprodução social, configuradas na busca de organizações coletivas como associações e cooperativas e o desenvolvimento de produtos que possuem nichos específicos de mercado, como as frutas.

Neste sentido, o Brasil com sua extensão territorial, situação geográfica, topografia, diversidade climática dentre outros atributos, consiste num dos poucos países do mundo, que proporciona aos produtores rurais, produzirem frutas provenientes de climas tropical, subtropical e temperado. Exemplos da diversificação frutícola são encontrados em diversos espaços regionais do país, a exemplo da produção do vale do rio São Francisco na divisa estadual entre Bahia e Pernambuco (eixo Juazeiro-Petrolina) bem como no vale do rio Açu no Rio Grande do Norte, ambos na Região Nordeste.

Evidentemente que o desenvolvimento da fruticultura no Brasil, tem sido consolidado em grande parte pela ação de grandes empresas capitalistas que possuem elevada capacidade de incorporação tecnológica¹⁴. Contudo, a utilização de mão-de-obra familiar é um dos principais trunfos dos pequenos produtores, permitindo tratamentos culturais especializados e conferindo flexibilidade de custos frente às variações de preços, pelo baixo custo monetário, propiciado pela auto-exploração da mão-de-obra familiar. Neste

¹⁴ Comparando as diferencialidades do desenvolvimento da viticultura na Região de Jales, no Noroeste Paulista e na Região Nordeste, Tarsitano (2000), salienta que “Na região nordeste, mais especificamente em Pernambuco a produção de uva originou-se com o aparecimento de grandes grupos nacionais e internacionais, que utilizando os incentivos governamentais, passaram a investir na região, sendo que do número total das propriedades 55,3% apresentam áreas maiores que 100 ha”. (p. 12). E acrescenta ainda que: “O Vale do Rio São Francisco ao possibilitar o uso da irrigação, com temperaturas médias anuais altas, escassez de geadas e excelentes solos, apresenta condições perfeitas para produção de frutas de alta qualidade”. (CORRÊA & BOLIANI, 2000 *apud*. TARSITANO, 2000, p.12).

âmbito a atividade apresenta um panorama favorável aos pequenos produtores rurais sobremaneira nas regiões em que se estabelecem práticas de organização coletiva, a exemplo da Região de Dracena e Porto Feliz no Estado de São Paulo.

A produção de frutas para a exportação é baseada na pequena propriedade com sistema de comércio acoplado a grandes companhias ou estruturas que organizam a colocação do produto no mercado internacional, conforme ressalta Favaret Filho *et. al.* (s.d.).

O potencial da fruticultura no mercado mundial é bastante amplo, embora o Brasil ainda tenha uma participação bastante reduzida considerando as suas potencialidades produtivas. Para se ter uma idéia da relevância obtida pela fruticultura, basta observar na Tabela 01, os dados do DATAFRUTA/IBRAF, referentes às exportações das principais frutas frescas produzidas nos anos de 2001 e 2002.

Tabela 01: Exportações brasileiras de frutas frescas – 2001/2002 (Valor em mil US\$)				
	2001		2002	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Manga	94.291	50.814	103.598	50.849
Melancia	99.434	39.297	98.690	37.778
Uva	20.660	21.563	26.357	33.789
Banana	105.112	16.036	241.038	33.574
Maça	35.786	18.139	65.927	34.403
Papaya	22.804	18.503	28.541	21.624
Lima ácida	14.811	7.635	21.826	9.891
Laranja	139.582	27.538	40.374	8.125
Tangerina	17.258	6.697	19.554	7.016
Melancia	13.698	2.299	12.251	2.757
Abacaxi	14.457	3.408	8.860	1.791
Figo	633	1.086	622	1.093
Outras frutas frescas	238	190	445	416
Framboesas	64	372	60	307
Abacate	306	345	570	276
Morango	228	413	67	133
Outros cítricos	1	17	54	63
Coco	384	125	167	61
Ameixas	5	5	19,75	22
Pêssego	8	6	19,09	11
Pêra	3	4	5,212	11
Airelas, mirtilos	10	69	4	24
Quivis frescos	13	11	35	20
Pomelos	49	16	23	7
Brugnos e nectarinas	0,35	0,10	0	0
Total	579.835	214.588	669.107	244.041

Fonte: DATAFRUTA/IBRAF/SECEX/DTIC

* Caqui: Vide campo outras frutas frescas.

* Goiaba: Vide manga, pois as estatísticas de manga e goiaba foram agrupadas.

* Limões: Vide limas, pois as estatísticas de limões e limas foram agrupadas.

Conforme pode ser observado na Tabela 01, houve um aumento de 15% na quantidade de toneladas e 14% no valor da produção das frutas exportadas.

A despeito da demanda do mercado, conforme os dados do IBRAF (Instituto Brasileiro de Frutas), no ano de 1994 foram comercializadas 40 milhões de toneladas de frutas. Entretanto a participação brasileira neste montante era bastante restrita considerando que:

[...] Desse total, aproximadamente 95% são comprados por países do Hemisfério Norte. Com relação à origem dessas frutas, 30 milhões de toneladas são produzidas no próprio Hemisfério Norte, e os outros 10 milhões de toneladas são oriundos do Hemisfério Sul, e podem ser divididas em frutas contra estação e frutas tropicais. O mercado de frutas tropicais apresenta-se dominado por frutas já bem conhecidas, como a banana e o abacaxi, e apresenta um potencial de crescimento maior graças a certas frutas como o abacate, a manga, o mamão papaia e as limas ácidas, cujos mercados têm crescido e estão longe de atingirem o seu potencial. (TOMICH, 1998, p. 36).

O aumento da demanda pelo consumo de frutas, está vinculado a fatores diversos, dentre os quais, sobressaem: i) mudanças nos hábitos de consumo da população, que passou a valorizar a importância de alimentos naturais bem como de elevado valor protéico e vitamínico e ii) mudanças nos sistemas de comercialização, tanto em nível de atacado como de varejo, com a incorporação de técnicas de conservação e manutenção da qualidade dos produtos, conforme salienta Fioravanço (2000).

De acordo com Santiago & Rocha (2001), a fruticultura brasileira, constitui-se numa das mais importantes do mundo em termos de valor agregado, entretanto exporta aproximadamente 1% da sua produção total, estimada em 33 milhões de toneladas, tendo como destino principal o mercado europeu, seguido pelo MERCOSUL.

Para os autores:

[...] o Brasil é um país marginal no comércio mundial de frutas frescas, o que abre espaço para um melhor posicionamento a médio e longo prazos, particularmente se o setor for alvo de políticas oficiais de estímulo. Do total produzido internamente, parcela substancial destina-se ao abastecimento doméstico sob a forma in natura – ao redor de 53% -, sendo os restantes 46% (*sic*) absorvidos pela indústria de confecções de sucos, polpas, doces e conservas. (SANTIAGO & ROCHA, 2001, p. 7).

Com base no levantamento efetuado pela FAO, o IBRAF classificou a produção brasileira de frutas diante da produção mundial, conforme pode ser observado na Tabela 02:

Tabela 02: Produção brasileira de frutas frescas em relação à produção mundial - 1999

Frutas	Brasil	Mundo	Principais produtores	Posição brasileira no <i>Ranking</i> mundial
Abacaxi	1.612.060	12.562.440	Tailândia e Índia	3º
Banana	5.550.792	51.618.083	Índia e Equador	3º
Mamão	1.762.500	4.823.826	-	1º
Manga	455.979	23.063.943	Índia, China, México, Filipinas e Nigéria	7º
Melão	640.000	17.764.188	China, Turquia, EUA, Espanha e Irã	6º

Fonte: FAO - Food and Agriculture Organization (Organização de Alimento e de Agricultura das Nações Unidas).
Organização: IBRAF – Instituto Brasileiro de Frutas (2002).

Observa-se pelos dados da Tabela 02, que a participação do Brasil no *ranking* dos países produtores de frutas frescas, apesar de ser relevante, poderia se apresentar de forma mais competitiva se suas potencialidades fossem melhor exploradas, considerando suas dimensões territoriais e a possibilidade de desenvolvimento da atividade por meio de incentivos que potencializem os pequenos produtores rurais, que têm a força de trabalho familiar como um elemento importante para o desenvolvimento dessa atividade.

Analisando os principais problemas do setor exportador de frutas brasileiro, Tomich (1998):

[...] *i)* os níveis de qualidade e produtividade ainda são baixos, comparados aos padrões do mercado mundial; *ii)* existe uma falta de estudos de viabilidade econômica das culturas de base em informações dos mercados; *iii)* a infraestrutura necessária é deficiente e insuficiente; *iv)* não existe uma política governamental voltada para o setor, e *v)* há deficiências nos sistemas de fiscalização e inspeção dos produtos destinados ao mercado externo. (IBRAF, 1993, sp. *apud* TOMICH, 1998, p. 50).

Tal conjuntura coloca a necessidade de atuação governamental mais pronunciada na gestão do setor exportador de frutas, dando ênfase ao incentivo de pesquisas tecnológicas e a atuação pronunciada junto a OMC (Organização Mundial do Comércio), no intuito de combater as diversas barreiras não-tarifárias impostas por vários países, conforme ressalta Tomich (1998). De acordo com o autor, as iniciativas assinaladas são prioritariamente tarefas do governo, levando em conta a questão da diplomacia entre Estados-Nações em relação a OMC, e com relação às pesquisas, por conta das dificuldades (e até mesmo falta de iniciativa) do setor privado em determinados tipos de pesquisas.

Neste sentido, a intervenção do Estado é primordial para a elaboração de políticas e instrumentos capazes de socializar os resultados obtidos em pesquisas, além de facilitar a inserção dos produtos no mercado interno e externo.

No âmbito do mercado interno, cabe ao governo federal, expandir o mercado consumidor de frutas frescas e/ou industrializadas, por meio do incentivo a alteração dos

padrões de consumo substituindo os produtos artificiais (em escolas e creches, por exemplo), por produtos de origem natural e nacional. Outra forma de expandir o mercado consumidor nacional, seria o investimento no barateamento dos custos dos produtos naturais, tendo em vista que via de regra, os preços praticados sobre estes produtos, acaba restringindo o uso a uma diminuta parcela da sociedade.

Cabe salientar que o desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena, mesmo apresentando um crescimento sistemático no decorrer da década de 1990, não deixou de ser afetado direta e/ou indiretamente pelas transformações conjunturais decorrentes das políticas públicas. É evidente que a abertura comercial implementada pelo governo Collor no início dos 1990, acarretou a fragilização não somente das atividades frutícolas mas também outros segmentos, considerando que os preços praticados pelos produtos nacionais tiveram que concorrer diretamente com os dos produtos oriundos de países que subsidiam fortemente o setor.

Neste contexto, é importante frisar que a expansão do segmento produtor de frutas em virtude de suas potencialidades no âmbito do mercado interno e externo pode ser alavancado por meio de políticas públicas que visem, sobretudo o incentivo ao desenvolvimento destas atividades em unidades de produção com base na absorção da mão-de-obra familiar, possibilitando a reprodução social de pequenos produtores rurais e proporcionando a dinamização de regiões que possuem a agropecuária como principal atividade econômica, como é o caso da Região de Dracena.

4 - A ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO DE DRACENA

Efetuar-se-á neste capítulo a análise da estrutura produtiva agrícola da Região de Dracena, no período que se estende de 1970 ao final dos anos de 1990. Neste período ocorreram profundas alterações na estrutura produtiva do país como um todo, considerando que no setor agrícola, houve o aprofundamento da modernização, a constituição e consolidação do que diversos autores denominam de complexo agroindustrial (CAI)¹⁵.

Na Região de Dracena, conforme o referencial bibliográfico e os dados obtidos não ocorreram alterações substanciais na estrutura produtiva. O desempenho do setor agropecuário no período pós-1960, correspondente à implantação do projeto nacional de modernização da agricultura, foi caracterizado pela inserção da cafeicultura e de outras lavouras tradicionais e, mais recentemente, pelo desenvolvimento da fruticultura, como um “nicho” específico de mercado, encontrado por muitos pequenos produtores, anteriormente vinculados à cafeicultura, como atividade que tem lhes propiciado a permanência no campo.

A análise da estrutura produtiva agrícola da Região de Dracena¹⁶, será pautada em dados e informações referentes aos seguintes aspectos¹⁷:

- utilização das terras (lavouras, pastagens, matas, etc.); produção e produtividade das lavouras temporárias e permanentes; produção de origem animal (efetivo bovino, produção de leite, etc.);
- estrutura fundiária;
- condição dos produtores rurais (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante)
- nível tecnológico empregado pelas atividades agropecuárias (utilização de insumos químicos, número e potência das máquinas e implementos agrícolas);
- utilização das terras (lavouras, pastagens, matas, etc.); produção e produtividade das lavouras temporárias e permanentes; produção de origem animal (efetivo bovino);
- pessoal ocupado no campo; e,
- evolução da população urbana e rural da Região.

¹⁵ Dentre outros autores, destacam-se Guimarães (1979), Wilkinson (1986), Müller (1989), Kageyama et al. (1990).

¹⁶ É importante frisar que os dados utilizados para a caracterização da Região de Dracena, embora tenham sido coletados majoritariamente junto às publicações da FIBGE, foram coletados por municípios separadamente e posteriormente agrupados para que se pudesse abranger os dezesseis municípios que compõem a região do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena.

¹⁷ Os dados de fonte secundária utilizados nesta etapa do trabalho foram levantados, principalmente, nas seguintes publicações:

- Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 da FIBGE;
- Produção Agrícola Municipal de 1990 e 2000 da FIBGE;
- Pesquisa Pecuária Municipal de 1990 e 2000 da FIBGE; e,
- Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena.

4.1 - Estrutura Fundiária

A formação e ocupação efetiva da área que configura atualmente a Região de Dracena se consolidaram a partir da década de 1940, com a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro associada à intervenção das Companhias de Colonização, conforme salientado no capítulo 1.

Analizando os dados disponíveis no Censo Agropecuário de 1970, constata-se que havia uma pequena parcela de grandes estabelecimentos agropecuários, ocupando grandes extensões de terras. Inversamente, um elevado número de pequenos estabelecimentos que ocupava área reduzida. Conforme constatado, anteriormente, tal fato se explica, pela multiplicidade de pequenos estabelecimentos, incorporados ao processo produtivo da cafeicultura, pela intervenção das Companhias de Colonização que ao retalharem as glebas, vendiam os lotes aos ex-colonos das antigas zonas de produção de café.

Para se ter uma idéia desta disparidade fundiária, basta salientar que os estabelecimentos com menos de 20 ha perfaziam 83,4 % do número total e ocupavam somente 23,9 % da área total dos estabelecimentos no ano de 1970, enquanto os estabelecimentos com área superior a 1000 ha representavam somente 0,3 % do número total e detinham 25,6 % da área total dos estabelecimentos agropecuários, neste mesmo ano.

Tal disparidade pode ser compreendida, na medida em que se analisa o processo de ocupação regional, considerando que sua formação histórica é caracterizada pela intervenção das Companhias de Colonização. Assim, na medida em que houve o retalhamento das glebas, proliferaram-se os pequenos estabelecimentos, ocupando dimensões reduzidas. Paralelamente, as glebas pertencentes às Companhias, ainda concentravam grandes áreas, e conforme os interesses especulativos iam sendo retalhadas e comercializadas.

Cabe ressaltar que, as disparidades no âmbito da estrutura fundiária existente na década 1970, permaneceram sem grandes alterações nas décadas subseqüentes, conforme demonstram os dados dos Censos Agropecuários da FIBGE. Tal realidade pode ser constatada na Figura 03, onde se procurou apresentar a evolução da estrutura fundiária concernente ao Número de Estabelecimentos e a Área ocupada por estes, na Região de Dracena.

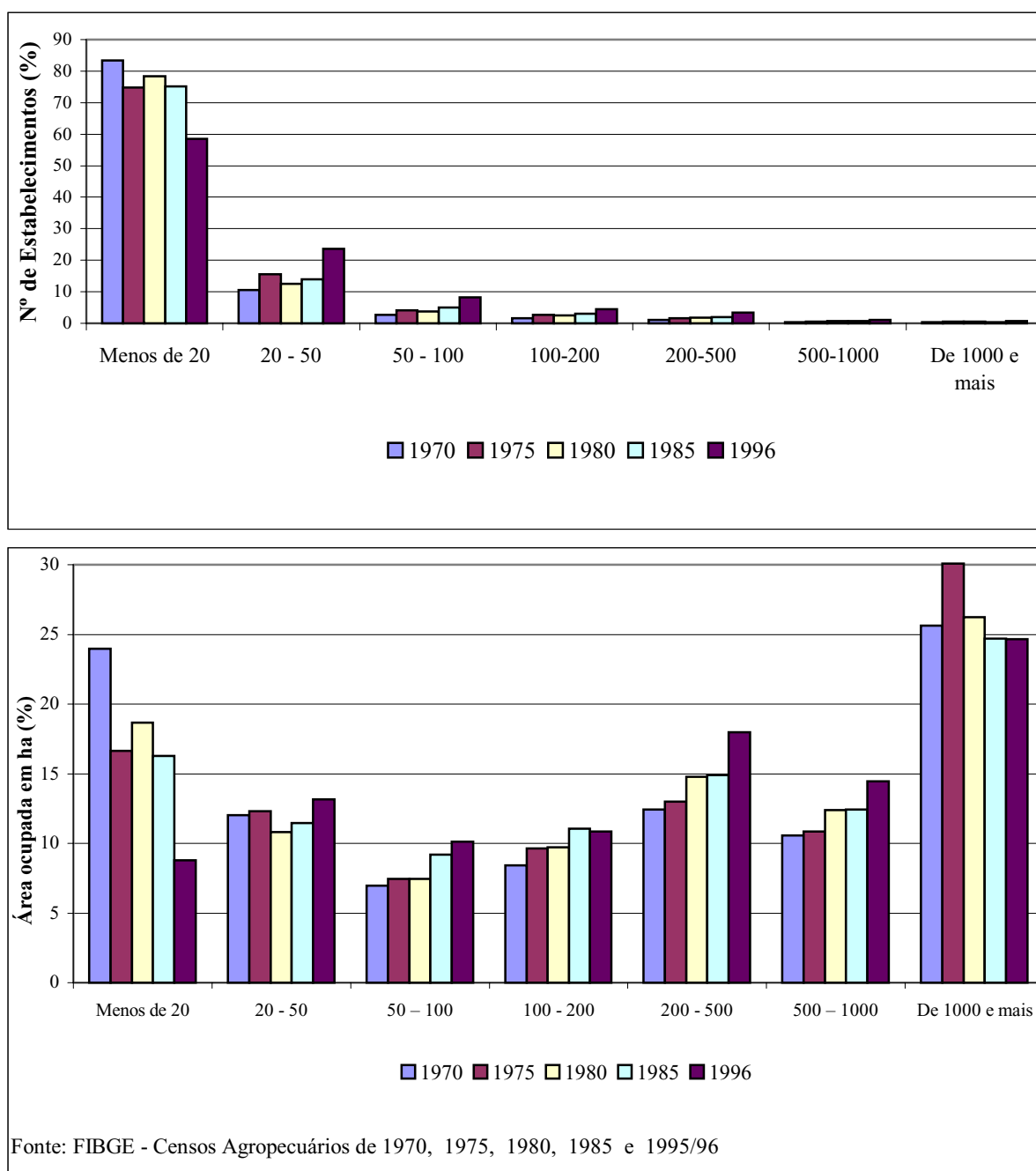


Figura 03: Estrutura Fundiária da Região de Dracena – 1970 a 1996

Conforme pode ser observado na Figura 03, ainda na década de 1970, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1975, a estrutura fundiária da Região manteve-se praticamente inalterada, com destaque para a perda sistemática da representatividade dos estabelecimentos com área inferior a 20 ha, que perfaziam 74,8 % do número total e ocupavam uma área equivalente a 16,6 % do total. Por outro lado, os estabelecimentos com

área superior a 1000 ha, passaram a representar 0,6 % do número total, ocupando uma área equivalente a 30,1 % do total. Assim, verifica-se que em relação ao ano de 1970, os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares perderam a sua representatividade tanto em número quanto em área ocupada.

No ano de 1980, os estabelecimentos com área inferior a 20 ha representavam 78,4 % e ocupavam uma área de 18,7 % do total, ao passo que os estabelecimentos com área superior a 1000 ha perfaziam 0,5 % do total de estabelecimentos e detinham uma área equivalente a 26,2 %.

Constata-se pelos dados que entre 1970 e 1980, houve uma redução de 26,3 % na área e de 17,9 % no número de estabelecimentos com área inferior a 20 ha. Paralelamente, houve um acréscimo de 7,8 % na área e de 22,6 % no número de estabelecimentos com área superior a 1000 ha.

No ano de 1985, os estabelecimentos com área inferior a 20 ha perfaziam 75,2 % do total de estabelecimentos e ocupavam uma área de apenas 16,3 % do total, ao passo que os estabelecimentos com área superior a 1000 hectares, perfaziam 0,4 % do total e ocupavam uma área de 24,7 %. Novamente, os dados indicam a perda sistemática da representatividade dos estabelecimentos com menos de 20.

E finalmente na análise dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96¹⁸, constatou-se que os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares perfaziam 58,4 % do número total de estabelecimentos e ocupavam apenas 8,8 % da área total, ao passo que os estabelecimentos com área superior a 1000 hectares perfaziam 0,7 % e, detinham uma área de 24,6 %. Nota-se que novamente os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares continuaram perdendo sistematicamente sua participação tanto em número quanto em área, ao passo que os estabelecimentos com área superior a 1000 obtiveram um acréscimo na participação quanto ao número e mantiveram o percentual de área ocupada.

Entre 1970 e 1996, os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares sofreram redução absoluta de sua área em 62,6 % e de 66,5 % no número total de estabelecimentos. Por outro lado, os estabelecimentos com área superior a 1000 hectares tiveram neste mesmo período uma pequena redução de sua área ocupada correspondente a 1,9 % e um acréscimo de 7,5 % no número de estabelecimentos.

¹⁸ É necessário salientar a alteração ocorrida nos procedimentos metodológicos estabelecidos pela FIBGE na obtenção dos dados para o Censo Agropecuário de 1995/96, tendo em vista que nos Censos Agropecuários anteriores o Instituto utilizava como recorte temporal na realização das entrevistas à campo o ano civil (Janeiro - Dezembro), ao passo que no último Censo Agropecuário (1995/96), foi considerado o ano agrícola (Ago/1995- Julho/1996).

A análise dos demais estratos de área dos estabelecimentos agropecuários, apresentados na Figura 03, evidencia um acréscimo da área ocupada e do número total de estabelecimentos no período de 1970 a 1996. Dentre os estabelecimentos com área entre 20 e 50 ha, houve um acréscimo de 11,6 % da área ocupada e de 7,5 % do número total de estabelecimentos. No conjunto de estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha, houve um aumento de 48,4 % da área ocupada e de 45,8 % do número total. No estrato de área entre 100 e 200 ha, ocorreu uma elevação da área ocupada na ordem de 31,3 % e de 34,0 % do número total. No conjunto de estabelecimentos com área entre 200 e 500 ha, observa-se um aumento de 47,4 % na área ocupada e de 52,2 % em relação ao número total. Por fim, no conjunto de estabelecimentos com área entre 500 e 1000 ha, houve um acréscimo de 39,5 % da área ocupada e de 46,8 % do número total de estabelecimentos agropecuários.

Constata-se por estas informações que os estabelecimentos considerados como minifúndios (que possuem área inferior a 20 ha), têm apresentado perda sistemática de sua participação absoluta e relativa no conjunto dos estabelecimentos agropecuários da Região de Dracena. Paralelamente a este quadro, constata-se que os demais estratos de área têm apresentado acréscimo em sua participação na área ocupada e no total de estabelecimentos agropecuários.

No período de 1970 a 1996 a área total dos estabelecimentos agropecuários foi ampliada em 2,0 %, considerando que em 1970 era composta por 432.848 ha e em 1996 passou a cobrir 441.414 ha. Entretanto, neste mesmo período, o número total de estabelecimentos agropecuários foi reduzido em 52,2 %, tendo em vista que em 1970 totalizavam 16.405 e em 1996 somavam apenas 7.840 estabelecimentos agropecuários. Isto denota a expansão do território ocupado pela agricultura paralelamente a concentração fundiária que pode ser constatada pela redução do número de estabelecimentos.

4.2 - Exploração das terras, segundo a Condição do Produtor

A exploração das terras na Região de Dracena, segundo as categorias de produtores rurais consideradas pela FIBGE, tem sido desenvolvida principalmente pela categoria de proprietários, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos como na área ocupada por estes, coincidentemente com a média geral do Estado de São Paulo¹⁹.

As demais categorias consideradas pela FIBGE, apesar de exercerem um papel relevante na exploração dos estabelecimentos agropecuários, apresentaram participações restritas tanto no âmbito do número de estabelecimentos quanto das áreas que lhes couberam explorar, durante o período desta análise.

Considerando a relevância do setor agropecuário no processo de ocupação da região, é possível compreender o papel desempenhado pelas diferentes categorias de produtores rurais.

Assim, no ano de 1970, a categoria dos proprietários era responsável pela exploração de 42,1% do número de estabelecimentos agropecuários e ocupava uma área correspondente a 77,5% do total. Neste mesmo ano, as categorias de parceiros, arrendatários e ocupantes em conjunto, eram responsáveis pela exploração de 57,9% do número total dos estabelecimentos e ocupavam uma área equivalente a 22,5%, conforme pode ser verificado na Figura 04.

Cabe destacar que neste período as categorias de parceiros e arrendatários, tiveram um papel de destaque no cultivo da cafeicultura, ainda que lhes coubessem áreas reduzidas, considerando que estes contribuíam sobremaneira para desonerar o custo inicial referente aos tratos culturais do café.

Entretanto, seguindo a orientação da produção agrícola da região que esteve sempre consubstanciada em lavouras permanentes, associada as crescentes dificuldades encontradas por aqueles produtores que não possuíam a propriedade das terras, a categoria dos proprietários rurais apresentou um crescimento sistemático tanto no que se refere ao número de estabelecimentos quanto da área explorada. Paralelamente a categoria dos parceiros, obteve uma participação singular neste período, sobretudo na exploração da

¹⁹ De acordo com as categorias selecionadas pela FIBGE, a média geral do Estado de São Paulo para o número total dos proprietários, representava 63,6% em 1970, 71,6% em 1975, 68,5% em 1980, 69,4% em 1985 e 82,1% em 1996. Na Região de Dracena, o número total da categoria dos proprietários representava 42,1% em 1970, 60,9% em 1975, 47,1% em 1980, 51,4% em 1985 e 84,8% em 1996, conforme pode ser visualizado na Figura 04.

cafeicultura que a partir de meados da década de 1980 perde substancialmente a sua representatividade em relação à fruticultura.

Entre 1970 e 1996, corroborando as informações acerca da estrutura fundiária, houve uma redução de 52,8% do número total de estabelecimentos agropecuários, embora neste mesmo período tenha havido uma ampliação de 2,9% na área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários.

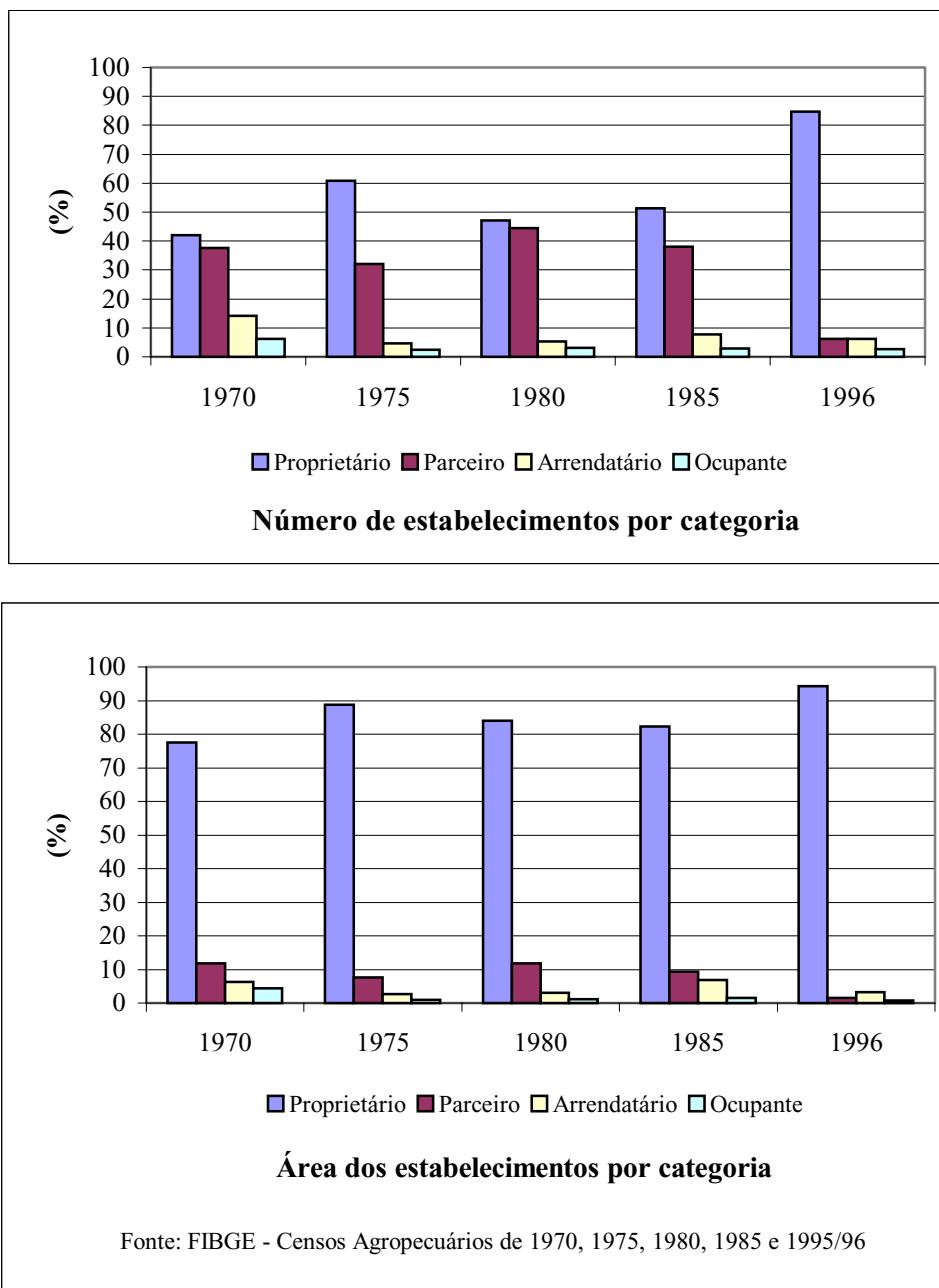


Figura 04: Número e Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da Região de Dracena, segundo a Condição do Produtor – 1970 a 1996

Tal fato explica a redução absoluta do número de estabelecimentos em todas as categorias de produtores rurais. No período, a categoria de proprietários apresentou queda de 4,8% do número total de estabelecimentos explorados, ao passo que área ocupada por estes apresentou acréscimo de 25,2%. A categoria de parceiros sofreu perda de 92,2% do número total de estabelecimentos e conseqüentemente uma redução de 85,9 % da área explorada. A categoria de arrendatários apresentou uma redução de 79,4% no número de estabelecimentos e 44,7% da área ocupada. Por fim a categoria de ocupantes perdeu 78,5% do número de estabelecimentos e 81,1% da área ocupada, conforme pode ser verificado na Figura 04.

4.3 - Utilização das Terras nos Estabelecimentos Agropecuários

Considerando o processo de ocupação da Região de Dracena, consubstanciado no setor agropecuário, observa-se que a utilização das terras no que se refere à área esteve majoritariamente ocupada pelas pastagens, associada ainda que com menor intensidade às lavouras permanentes e temporárias, conforme pode ser observado na Figura 05.

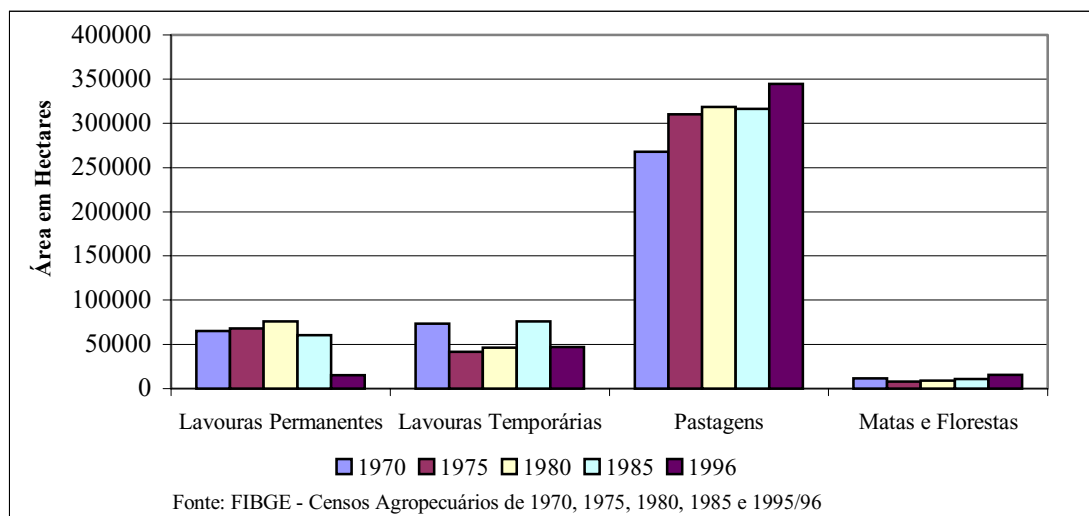


Figura 05: Utilização das Terras na Região de Dracena – 1970 a 1996

Conforme pode ser observado na Figura 05, no ano de 1970 as pastagens naturais e plantadas predominavam na Região ocupando 62,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Neste mesmo ano, as lavouras permanentes perfaziam 15,4% (desse total 89,0% da área ocupada pela cafeicultura), da área total dos estabelecimentos agropecuários. As lavouras temporárias ocupavam 17,3% do total. Assim, as lavouras temporárias e

permanentes perfaziam juntas 32,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários no ano de 1970, restando 2,7% das terras ocupadas por matas e florestas e 1,7% era composta por terras não utilizadas e/ou em descanso.

Conforme os dados obtidos junto aos Censos Agropecuários da FIBGE, constata-se que no período compreendido entre 1970 e 1996 a expansão das pastagens foi de 28,7% na Região de Dracena.

No âmbito das lavouras permanentes e temporárias, a área ocupada manteve-se sem grandes alterações até o ano de 1985. O período compreendido entre 1985/1996, foi caracterizado por uma queda substancial das áreas ocupadas pelas lavouras, levando em consideração que as lavouras permanentes e temporárias ocupavam 28,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários em 1985, declinando para 14,4% em 1996. A redução das áreas ocupadas por lavouras permanentes deveu-se essencialmente à decadência da cafeicultura – até então, a principal cultura permanente - na região, ocorrida justamente na segunda metade da década de 1980. No âmbito das lavouras temporárias, as diversas lavouras como o amendoim, o arroz, o feijão, dentre outras culturas tradicionais, sofreram uma sistemática substituição por pastagens ou pela territorialização da cultura da cana-de-açúcar que teve o cultivo estimulado pela instalação da Destilaria Vale Verde²⁰ em meados da década de 1980.

Ainda considerando o período de 1970 a 1996, as matas e florestas naturais e, sobretudo, artificiais tiveram um acréscimo 36,4% na área ocupada nos estabelecimentos agropecuários. Neste mesmo período, as terras em descanso e/ou não utilizadas apresentaram um aumento de 14,1% na área ocupada nos estabelecimentos agropecuários. Cabe ressaltar que estes acréscimos tanto das áreas ocupadas pelas matas e florestas como dos estabelecimentos com terras em descanso e/ou não utilizadas, são resultantes de ações

²⁰ Implantada em 1984 no município de Junqueirópolis, atualmente esta destilaria se transformou na Usina de Açúcar e Álcool -USAALPA – Usina de Açúcar e Álcool da Alta Paulista, sediada em Junqueirópolis. A Região conta ainda com outras duas destilarias: Branco Peres Álcool S/A no município de Adamantina; e, Destilaria Florálcool no município de Flórida Paulista. É importante frisar que a instalação da Destilaria de Vale Verde no município de Junqueirópolis no decorrer da década de 1980 esteve estreitamente vinculada a política de expansão da “agricultura energética” implementada pelo governo brasileiro, tendo o PROÁLCOOL, como principal política propulsora. A territorialização da cultura canavieira para o Oeste Paulista foi estimulada pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo por meio do Programa denominado “Bases Para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRO-OESTE”, no intuito de promover o “equilíbrio econômico regional”, pela interiorização do desenvolvimento e fortalecimento das economias regionais criando diversos empregos diretos e indiretos. Embora esse tenha sido o discurso utilizado pelo Estado, “[...] na essência, o Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo veio contribuir com a expansão dos tradicionais grupos usineiros do leste paulista, deixando o ‘território livre’ e evitando um maior conflito na disputa de terras entre estes grupos, como também com os novos grupos de destilarias autônomas que se instalassem nas áreas canavieiras de Piracicaba, Sertãozinho/Ribeirão Preto, Jaú e Araraquara”. (FERREIRA & BRAY, 1984, p. 109).

diversas que foram sendo implementadas sobremaneira na década de 1990, com ênfase a fiscalização e conscientização ambiental²¹.

Numa análise geral da utilização das terras na Região de Dracena, pode-se salientar que a ampliação sistemática das pastagens tem sido acompanhada de perto pelo aumento do efetivo bovino. No que tange a utilização das terras pelas lavouras nos estabelecimentos agropecuários, pode-se inferir que embora a área ocupada pelas lavouras permanentes tenha sido reduzida, a inserção da fruticultura tem possibilitado – com todas as suas peculiaridades – um elevado valor de produção por área ocupada. No âmbito das lavouras temporárias, os acréscimos de área ocupada têm sido propiciados pela expansão da cultura canavieira²².

Cabe salientar ainda que a utilização das terras na Região de Dracena demonstra algumas peculiaridades, considerando que embora grandes extensões territoriais sejam ocupadas pelas pastagens inversamente às áreas ocupadas pelas lavouras que ocupam comparativamente dimensões bem inferiores, têm proporcionado um elevado valor de produção, conforme pode ser observado na Tabela 03.

Tabela 03: Valor da Produção Agropecuária da Região de Dracena/SP – 1995/96		
Atividade	Valor em Reais	%
Lavouras Permanentes	13.189.956	14,0
Lavouras Temporárias	30.350.325	32,3
Produção Animal	50.442.000	53,7
Total	93.982.281	100

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1995/96

As lavouras temporárias e permanentes em conjunto perfaziam 46,3% do valor total de produção agropecuária em 1995/96, ao passo que a produção animal era responsável por 53,7% (da qual a pecuária bovina era responsável por cerca de 90,0% do total²³). Deste

²¹ A Legislação Ambiental define que ao menos 20% da área das propriedades rurais sejam cobertas por vegetação nativa e/ou reflorestamento. Além disso, nos últimos anos, tem sido implementado o Programa de Microbacias Hidrográficas, que consiste numa das principais ações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

²² É importante destacar que em outras regiões do Oeste Paulista a cana-de-açúcar tem se territorializado nas áreas ocupadas pelas pastagens onde até então era desenvolvida a pecuária bovina. Os pecuaristas têm optado pelo cultivo da cana-de-açúcar nas regiões de Andradina e Araçatuba em função do elevado rendimento proporcionado pela atividade na produção de açúcar e álcool, conforme salienta Rocha (2002): “No último ano, o movimento cresceu devido à valorização de preços do açúcar e do álcool. E ainda que a expectativa para o mercado em 2002 seja mais modesta devido à maior produção esperada, quem está ampliando as áreas de cana tem uma convicção: mesmo em anos menos favoráveis, a cultura rende mais que o boi. Em alguns casos, com plantio de cana própria, o lucro é até sete vezes maior”. (Documento eletrônico disponível em <www.agrolink.com.br>, acesso em 27/04/2003).

²³ Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>

modo, considerando que as pastagens ocupavam 79,9% da área dos estabelecimentos agropecuários, pode-se inferir o baixo rendimento proporcionado pela produção animal, ao passo que as lavouras permanentes e temporárias, mesmo ocupando apenas 14,4% da área total, propiciaram quase a metade do valor da produção agropecuária da Região de Dracena.

4.3.1 - Área ocupada pelas principais lavouras²⁴

Conforme já foi mencionado, a ocupação da Região de Dracena foi consubstanciada pela intervenção das Companhias de Colonização, que efetuaram o loteamento das glebas associada à instalação dos trilhos da Estrada de Ferro da Companhia Paulista visando o escoamento da produção agropecuária, principalmente o café.

Deste modo, paralelamente à cafeicultura, outras culturas comerciais tornaram-se expressivas com destaque para as culturas de amendoim, milho, algodão, arroz, feijão e cana-de-açúcar a partir dos anos 1980. A evolução da área ocupada por estas lavouras pode ser observada na Figura 06.

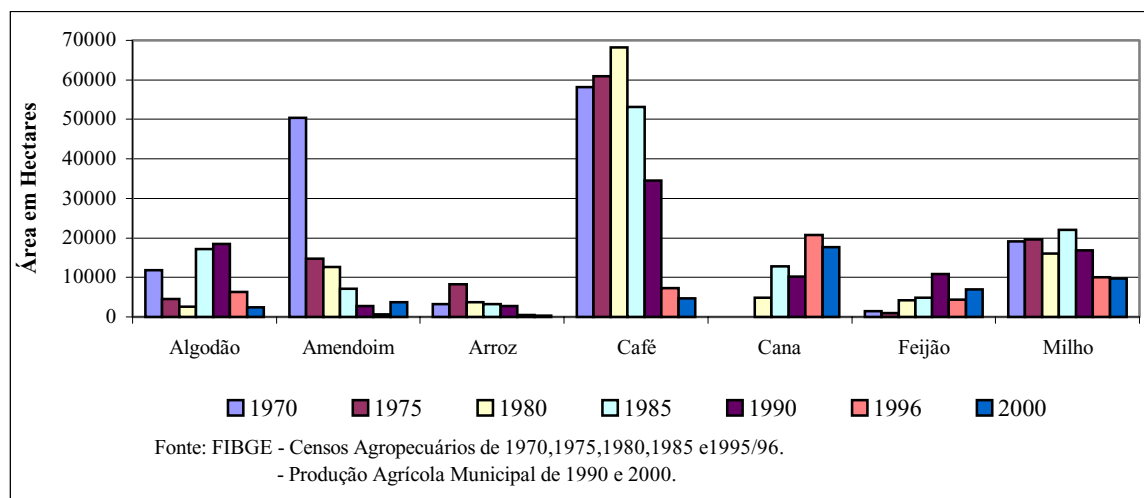


Figura 06: Área ocupada pelas principais lavouras na Região de Dracena: 1970-2000.

Conforme pode ser observado pela Figura 06, entre 1970 e 2000 a área ocupada por essas lavouras teve uma redução equivalente 68,5%, corroborando os dados acerca da área ocupada pelas lavouras permanentes e temporárias que entre 1970 e 1996 tiveram uma perda de 55,2% na área total ocupada.

²⁴ Neste item, serão utilizados, além dos dados dos Censos Agropecuários, os dados da Produção Agrícola Municipal referentes aos anos de 1990 e 2000, disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>

Entre 1970 e 2000, o algodão, o amendoim, o arroz, o café, e o milho tiveram respectivamente uma redução de 79,8%, 92,7%, 92,1%, 92,0% e 48,9% na área ocupada. Por outro lado, neste mesmo período, a cana-de-açúcar e o feijão apresentaram respectivamente, uma expansão de 47.656,8% e 456% da área ocupada.

Ao se analisar a evolução das lavouras no decorrer das três décadas das quais se dispõem de dados sobre a área ocupada, podem ser evidenciadas algumas singularidades. No decênio entre 1970 e 1980, as culturas de arroz, café, cana-de-açúcar e feijão apresentaram expansão de 17,6%, 17,3%, 13.210,8% e 176,4%, respectivamente. Neste mesmo período as lavouras de algodão, amendoim e milho apresentaram redução de 78,6%, 74,9% e 16,1%, respectivamente.

Conforme pode ser evidenciado pelos dados apresentados anteriormente, nesta década fica evidente a expressividade de culturas comerciais que, via de regra, eram exploradas associadas ao cultivo do café. Cabe salientar que a expansão territorial da cana-de-açúcar que numa visão apriorística pode parecer muito elevada pode ser compreendida levando-se em consideração que na década de 1970 essa cultura praticamente inexistia na Região²⁵.

No período subsequente, correspondente ao decênio de 1980 a 1990, tiveram acréscimo de sua área de cultivo as lavouras de algodão, cana-de-açúcar, feijão e milho, com um aumento de 631,2%, 108,9%, 157,6 e 5,2% respectivamente ao passo que as culturas de amendoim, arroz e café tiveram um decréscimo de 78,6%, 24,8% e 49,5%.

Na análise destes dados, pode-se verificar uma recuperação das lavouras de algodão, feijão e milho em detrimento das áreas anteriormente ocupadas pelas lavouras de amendoim, arroz e café. Tal situação foi provocada pela incidência de nematóides nos cafeeiros, aliada à queda dos preços deste produto nos mercados nacional e internacional, forçando os produtores a buscarem lavouras que propiciassem um retorno econômico em curto prazo, e em médio prazo foi sendo incorporada a fruticultura. Já o avanço da área ocupada pela cana-de-açúcar, conforme salientado anteriormente, se deu em virtude da implantação da destilaria de álcool Vale Verde no município de Junqueirópolis.

Por fim, no decênio correspondente a década de 1990 a 2000, observa-se uma ligeira recuperação da área ocupada pelo amendoim que obteve no período um acréscimo na ordem de 36,8%, ao mesmo tempo em que a área ocupada pela cana-de-açúcar ampliou-se em 71,6%, em virtude da incorporação tecnológica efetivada pela destilaria Vale Verde

²⁵ Em 1970, havia apenas 37 hectares de cana forrageira na Região de Dracena.

para a produção de açúcar constituindo-se na USAALPA (Usina de Açúcar e Álcool da Alta Paulista), além da implantação de outras duas destilarias nos municípios de Adamantina e Flórida Paulista: Branco Peres S/A e Florálcool.

É importante frisar que as alterações ocorridas na área ocupada pelas lavouras, apesar de terem suas explicações no âmbito regional, foram afetadas pelo movimento maior de mudança do padrão tecnológico da agricultura nacional, com reflexos diretos sobre as distintas regiões, transformando profundamente as formas tradicionais de produção e privilegiando alguns produtos.

É justamente neste contexto, que o setor agropecuário da Região de Dracena, inicia um processo de reorientação da produção, por meio da incorporação da fruticultura, como alternativa econômica, sobretudo àqueles produtores anteriormente vinculados a cafeicultura. No intuito de compreender melhor este processo far-se-á no próximo item a análise da produção e produtividade das principais lavouras da Região, e posteriormente evidenciará a inserção da fruticultura.

4.3.2 - Produção e produtividade das principais lavouras

Na análise da produção e produtividade média das principais lavouras da Região de Dracena no período de 1970 a 2000, observou-se que as oscilações no volume de produção estão associadas, sobretudo a extensão territorial ocupada pelas atividades agropecuárias, embora determinadas culturas tenham apresentado expressiva ampliação da produtividade média.

Evidentemente que a expansão e/ou retração da área ocupada pelas principais culturas, ocorreram no contexto das mudanças sócio-econômicas provocadas pela tecnificação da agricultura brasileira, afetando diretamente as formas de produção na esfera regional. Além destes fatores de ordem estrutural, deve-se considerar os aspectos físicos aos quais qualquer atividade agrícola, por mais que incorpore tecnologia, está susceptível. Deste modo, as transformações ocorridas no período em questão, devem ser analisadas pela articulação de aspectos diversos que afetam direta e/ou indiretamente o espaço regional.

Entre 1970 e 1980, todas as principais culturas tiveram a expansão da produtividade média por hectare. Os cultivos de algodão e amendoim embora tenham apresentado redução na produção em 70,7% e 74,9% respectivamente, em função da redução da área em torno 78,6% e 74,9%, ambos tiveram ampliação da produtividade média. O algodão

apresentou um acréscimo equivalente a 36,6% e o amendoim 19,2%. Neste mesmo período, as culturas de arroz, café, cana-de-açúcar e feijão não somente tiveram o aumento da produção como da produtividade de 16,9%, 143,3%, 172,0% e 33,5%, respectivamente. Os dados acerca da produção e produtividade média das principais lavouras de Região de Dracena podem ser observados na Tabela 04:

Tabela 04: Produção e produtividade média das principais lavouras da Região de Dracena – 1970 a 2000

Produção (Em Toneladas)							
Anos	Algodão	Amendoim	Arroz	Cafê	Cana-de-açúcar	Feijão	Milho
1970	11659	68843	2618	21462	658	472	20733
1975	4636	18671	7421	99225	516	414	28727
1980	3415	20521	3599	61222	238207	1960	27152
1985	24270	13080	3257	84404	730430	2277	44781
1990	26149	4315	2970	31421	636345	6333	42015
1996	7190	1282	785	5725	957292	2936	27693
2000	3357	5792	324	5905	1091300	6493	28783

Produtividade Média das Principais Lavouras (kg/ha)							
Anos	Algodão	Amendoim	Arroz	Cafê	Cana-de-açúcar	Feijão	Milho
1970	989	1366	827	369	17784	307	1085
1975	1028	1268	895	1627	16645	401	1468
1980	1351	1628	967	898	48367	462	1693
1985	1414	1830	1060	1589	57280	462	2035
1990	1415	1599	1019	912	61853	579	2491
1996	1141	1945	1435	794	46262	662	2762
2000	1410	1569	1296	1271	61760	928	2946

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.
– Produção Agrícola Municipal de 1990 e 2000.

Entre 1980 e 1990, novamente as principais culturas que constam na Tabela 04 apresentaram ganhos de produtividade média, embora o arroz e o café tenham sofrido perda na quantidade produzida equivalente a 17,5% e 48,7%, em função da redução da área ocupada em 24,8% e 49,5%, respectivamente.

Entre 1990 e 2000, as culturas de algodão, amendoim e cana-de-açúcar apresentaram queda de 0,4%, 1,9% e 0,2% na produtividade média por hectare. Tal fato pode ser explicado pela redução da produção e da área ocupada por estas lavouras. Por outro lado, as lavouras de arroz, café, feijão e milho continuaram a apresentar o aumento da produtividade média, mesmo com a redução da área ocupada.

Conforme se evidenciou, em sua maioria, as culturas apresentaram aumento da produtividade média, mesmo com a redução da extensão territorial. Assim, pode-se inferir que houve ainda que de forma menos pronunciada do que em outras regiões do Estado de São Paulo, a incorporação de tecnologias para o melhoramento da produção agropecuária.

Deve-se considerar que as culturas tradicionalmente desenvolvidas na Região desde o início de seu processo de ocupação tais como: algodão, amendoim, arroz, café, feijão, dentre outras apresentam oscilações mais marcantes na produtividade média, por hectare. Por outro lado, a cultura de cana-de-açúcar por ser diretamente vinculada ao capital industrial, não apresenta grandes alterações em sua produtividade média. Via de regra, observa-se que os produtos que não possuem uma vinculação direta ao capital industrial apresentam grandes oscilações em sua produtividade média em função do maior e/ou menor investimento realizado de acordo com os preços obtidos na comercialização a cada safra. Por outro lado, as lavouras que são cultivadas como matéria-prima industrial, a exemplo da cana-de-açúcar, soja e trigo, que além de serem desenvolvidas majoritariamente por produtores com maiores níveis de capitalização (ou às vezes pelo próprio capital agroindustrial), possuem patamares de investimento médio que propicia a manutenção da produtividade média anual de acordo com a demanda da planta industrial. Hespanhol (1996), analisando as oscilações na produtividade média entre os produtores da Região de Andradina, ressalta que:

[...] a ocorrência de uma grande diferenciação da produtividade entre os agricultores, [...] pode ser atribuída ao fato de tais produtos encontrarem-se vinculados ao capital comercial que, via de regra, não influi diretamente no processo produtivo. No caso dos produtos e/ou regiões onde há o interesse imediato do capital industrial, como a cana-de-açúcar, por exemplo, a produtividade média alcançada tende a se aproximar da produtividade potencial, não havendo grandes oscilações da produtividade média auferida entre os agricultores e as regiões produtoras. (Hespanhol, 1996, p. 137).

No âmbito da produção das principais atividades frutícolas, é importante frisar que tais culturas passaram a adquirir dinamicidade a partir de meados da década de 1980, com a crise da cafeicultura associada à queda da representatividade econômica das demais culturas tradicionais, em função dos altos preços dos insumos que têm sido sistematicamente incorporados na atividade produtiva como necessidade básica para a manutenção destas atividades agrícolas. Os dados acerca das principais atividades frutícolas podem ser visualizados na Tabela 05, na qual constam as informações da área e produção no período de 1970 a 2000.

Tabela 05: Área e produção das principais frutas da Região de Dracena: 1985-2000

Anos	Acerola ⁽¹⁾		Coco da Baía ⁽²⁾		Laranja ⁽²⁾		Mamão ⁽²⁾		Manga ⁽²⁾		Maracujá ⁽²⁾		Uva ⁽¹⁾	
	Área	Prod.	área	prod.	área	prod.	área	prod.	área	prod.	área	prod.	área	prod.
1985	--	--	--	--	3	210	--	--	181	2942	15	2736	7	143
1990	--	--	--	--	391	33421	--	--	567	15529	201	23316	14	217
1996	72	156	14	63	346	20921	28	543	639	8863	505	20682	314	3393
2000	--	--	--	--	175	31350	2	110	989	20208	188	18680	282	6901

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96.

– Produção Agrícola Municipal de 1990 e 2000.

– (1) Toneladas

– (2) Mil frutos

-- Não consta

Conforme se observa na Tabela 05, as principais atividades frutícolas desenvolvidas na Região são: laranja, uva, manga, e maracujá que no período entre 1985 e 2000 obtiveram um acréscimo na produção equivalente a 14.828%, 4726%, 587% e 583% respectivamente. Embora na Tabela, estejam apresentadas somente sete culturas, os dados disponíveis no último Censo Agropecuário e na Produção Agrícola Municipal²⁶, ambos publicados pela FIBGE, permitem visualizar uma maior diversidade de culturas que embora sejam incipientes já apresentam expressividade econômica na Região a partir da década de 1990, como são os casos da acerola, banana, goiaba e limão.

No âmbito da produção de acerola, embora os dados da FIBGE, não possibilitem a visualização da dinâmica desta atividade na Região, informações da CATI/EDR (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena) e da Associação Agrícola de Junqueirópolis (principal responsável pelo cultivo da cultura na Região), indicam que 60,0% (4 mil toneladas) da produção de acerola do Estado de São Paulo é proveniente do município de Junqueirópolis, que integra a Região de Dracena²⁷.

As informações detalhadas acerca das principais frutas desenvolvidas, destacando a área ocupada e o valor da produção, segundo o levantamento da CATI/EDR podem ser visualizadas na Tabela 06.

²⁶ Censo Agropecuário de 1995/96 e Pesquisa Agrícola Municipal disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>.

²⁷ Ver artigo **Salvação da lavoura**, publicado na Revista **Globo Rural**, Ano 16. Nº 190, Agosto de 2001.

Tabela 06: Frutas cultivadas na Região de Dracena-SP

Culturas	Área (ha)	(% sobre a área total)	Valor da Produção	(% sobre o valor total das frutas)
Uva	362,4	17,4	7.325.880,00	54,3
Acerola	190,2	9,1	1.633.024,00	12,1
Maracujá	235,5	11,3	1.489.200,00	11,0
Banana	290,7	14	1.029.700,00	7,6
Manga	573	27,5	835.500,00	6,2
Coco	201,2	9,7	551.920,00	4,1
Ponkã	124,4	6	297.300,00	2,2
Anona	17,7	0,85	91.360,00	0,7
Melancia	29	1,4	59.250,00	0,4
Limão	11	0,5	52.500,00	0,4
Goiaba	9,8	0,4	35.280,00	0,3
Pupunha	6	0,3	30.240,00	0,2
Laranja	17	0,8	27.000,00	0,2
Abacaxi	3,5	0,2	25.000,00	0,2
Abacate	11	0,5	13.920,00	0,1
Jabuticaba	1	0,05	7.000,00	0,05
Total	2.083	100,0	13.504.074,00	100,0

Fonte: Escritório de Desenvolvimento Rural, 2001. Org. Adriano R. de Oliveira.

Conforme pode ser observado na Tabela 06, a área total coberta com a fruticultura corresponde a 2083 hectares e o rendimento anual é de R\$ 13.504.074,00.

A partir da análise das cinco principais frutas desenvolvidas na região, com base no rendimento anual gerado. Estas cinco culturas são respectivamente: uva, acerola, maracujá, banana e manga.

A uva é a atividade mais expressiva na região em termos de renda gerada, sendo desenvolvida em treze municípios (81,0 % do total) da região que é composta por dezesseis municípios. Sua área cultivada corresponde a 17,4 % da área ocupada pela fruticultura na região e a renda gerada representa 54,3 % do rendimento total das frutas. Em segundo lugar vem a acerola com uma área correspondente a 9,1 % do total, sendo desenvolvida em três dos dezesseis municípios (19 %) e com rendimento de 12,1 % do total das frutas.

O maracujá é a terceira principal atividade em termos de rendimento, com uma área correspondente a 11,3 % do total, desenvolvida em onze municípios (69,0 %) e uma renda correspondente a 11,0 % do total.

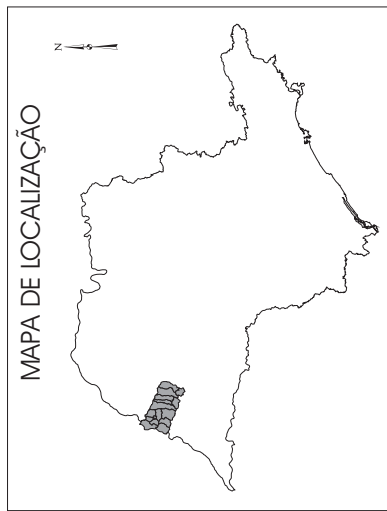
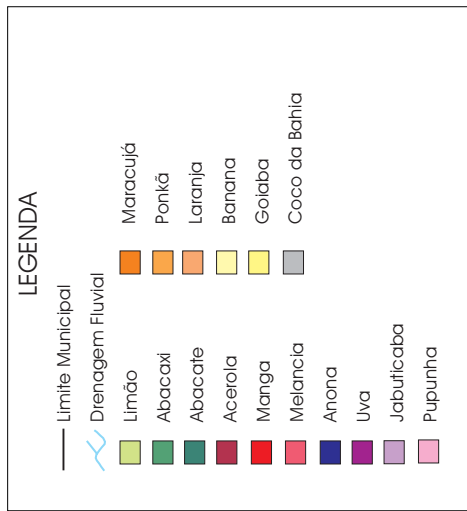
A quarta cultura mais expressiva é a banana com 14,0 % da área total de frutas da região, sendo desenvolvida em dez municípios (63,0 %) e com um rendimento anual

correspondente a 7,6 %. Em quinto lugar aparece a manga com 27,5 % da área total, sendo desenvolvida em treze municípios (81,0 %) e 6,2 % da renda total.

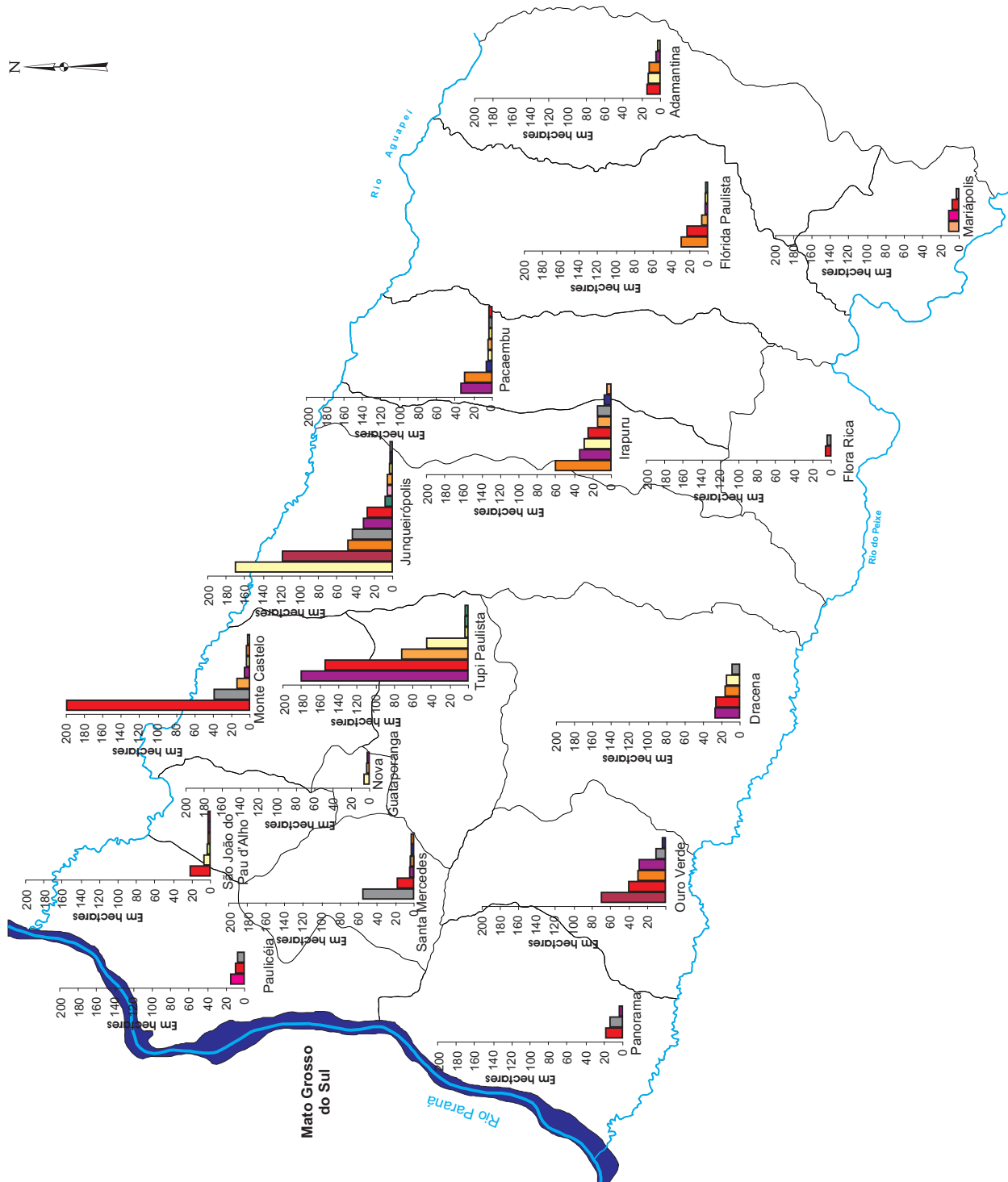
As demais atividades frutícolas desenvolvidas embora representem um percentual menor do que as cinco primeiras são de grande relevância na região, sobretudo pelo caráter de diversificação da produção.

A partir dos dados apresentados na Tabela 06, sobre as frutas desenvolvidas, foram elaborados os mapas da área ocupada e do valor da produção gerado por estas culturas nos dezesseis municípios que compõem a Região de Dracena conforme pode ser observado nas Figuras 07 e 08.

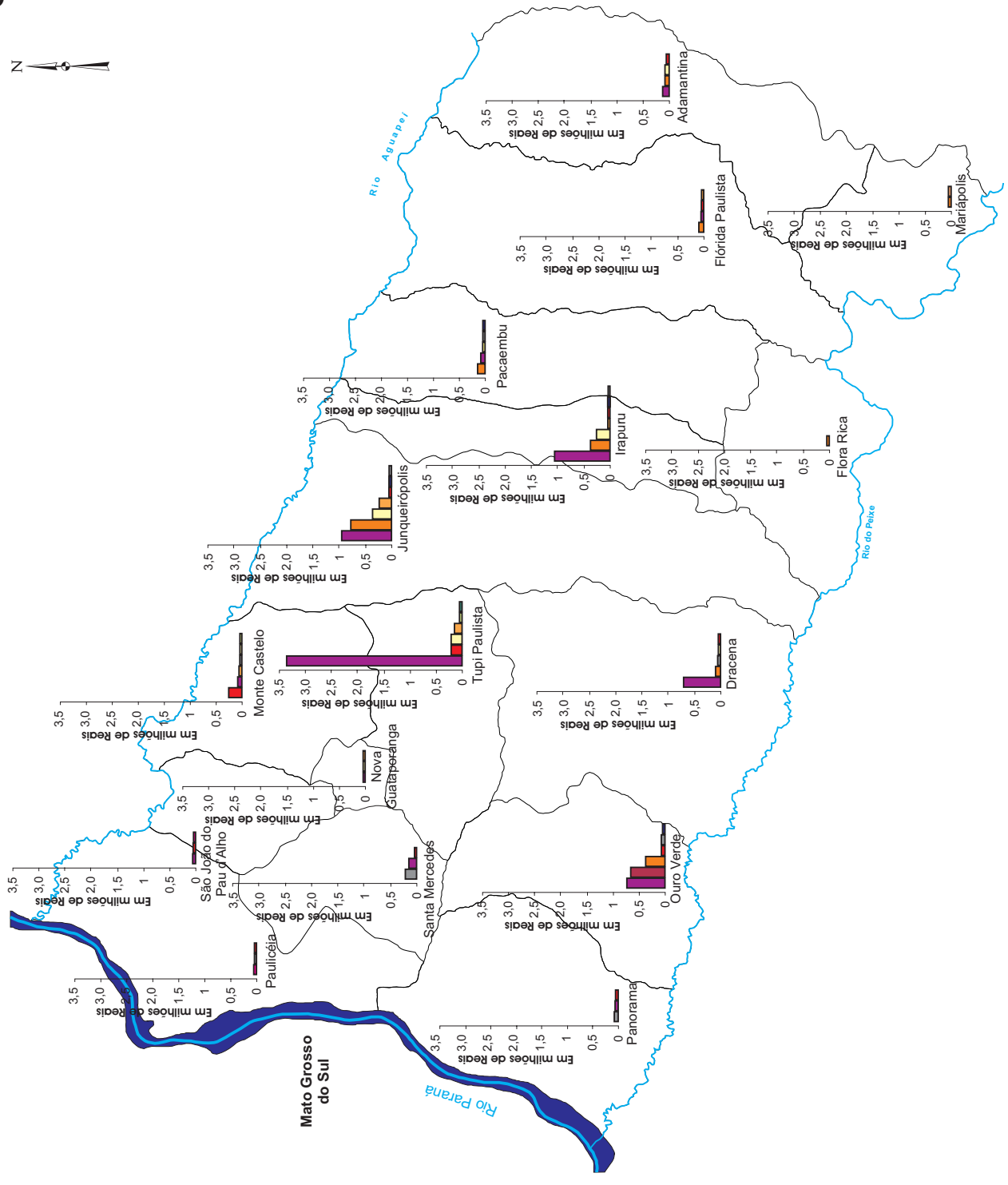
MAPA DA ÁREA OCUPADA PELA FRUTICULTURA POR MUNICÍPIOS EM 2001



Escala: 1:240.000 8 km 4 km 0 4 km 8 km 12 km	Orientador:
Autor: Adiriano Rodrigues de Oliveira	Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
Fonte: Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, Escala 1:200.000, in: Relatório Técnico, Conselho FENIX nº 28/2000, 2001 e EDR-Dracena, 2001.	Desenhista: Adriana Oliva Alves
Apelo Financeiro: UNESP	Figura: 07 Página: 52
Instituição: unesp	



MAPA DO VALOR DE PRODUÇÃO GERADO PELA FRUTICULTURA POR MUNICÍPIO EM 2001



LEGENDA

— Limite Municipal

— Drenagem Fluvial

Limão

Abacaxi

Abacate

Acerola

Manga

Melancia

Anona

Uva

Jabuticaba

Pupunha

Maracujá

Ponkã

Laranja

Banana

Goiaba

Coco da Bahia



Escala: 1:240.000 8 km 4 km 0 4 km 8 km 12 km	Orientador:
Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira	Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
Fonte: Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, Escala 1:200.000, In: Relatório Técnico, Conselho FENIX nº 28/22000, 2001 e EDR-Dracena, 2001.	Desenhista: Adriana Oliva Alves
Apelo Financeiro: FAPESP	Figura: 08 Página: 53
Instituição: unesp	

Outro enfoque que pode ser estabelecido na análise da produção agrícola regional é a comparação entre a área ocupada e o valor de produção gerado, de acordo com os levantamentos da FIBGE por meio do Censo Agropecuário de 1995/96 e da Produção Agrícola Municipal de 2000, considerando as dez principais culturas agrícolas da Região, que podem ser visualizadas na Figura 09:

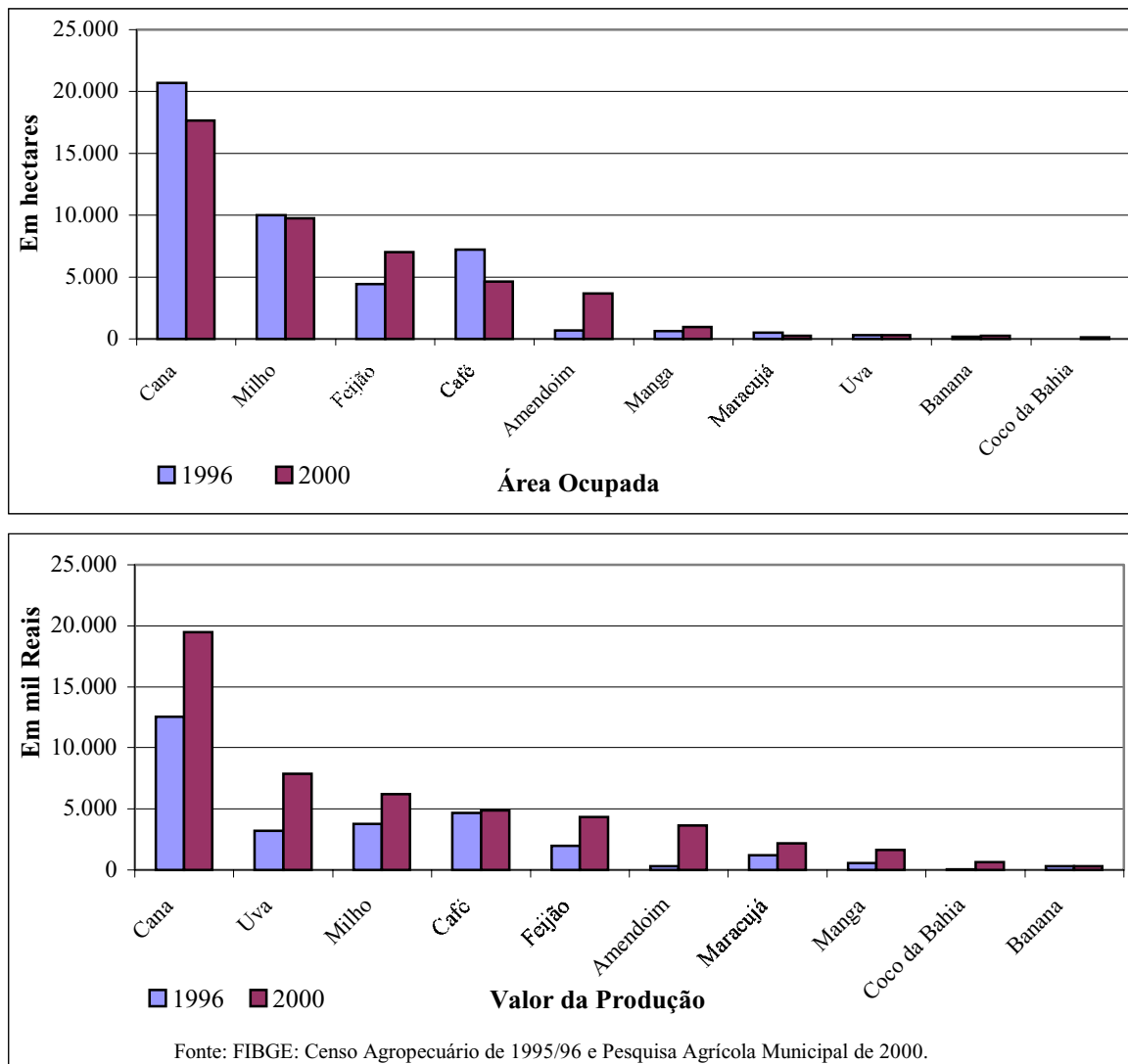
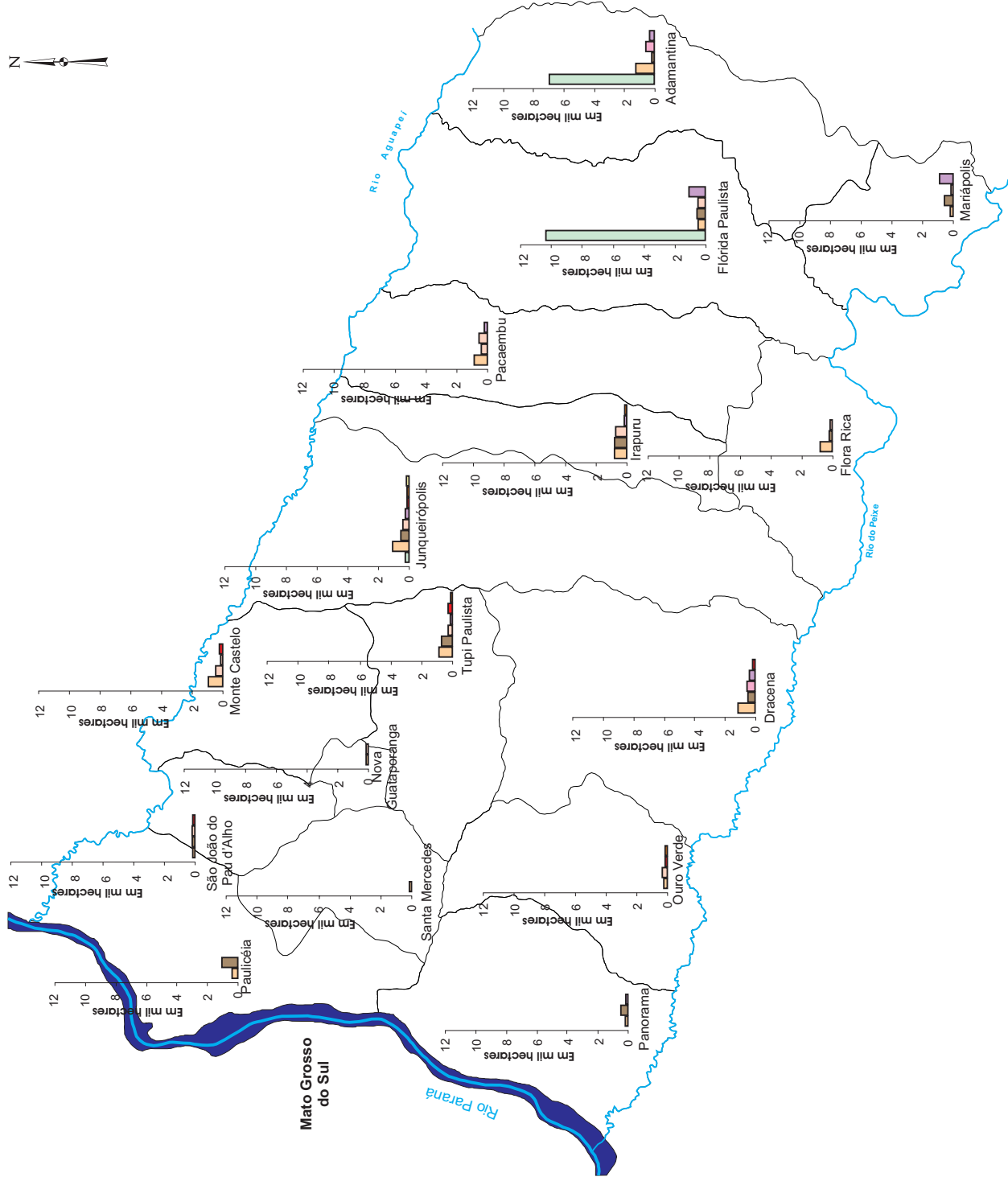


Figura 09: Principais lavouras segundo a área ocupada e o valor de produção na Região de Dracena – 1996 e 2000.

Conforme pode ser observado na Figura 09, a cultura de cana-de-açúcar ocupa o primeiro lugar tanto em termos de área ocupada quanto de valor de produção. Contudo, cabe ressaltar, o elevado valor de produção gerado pela cultura da uva, que embora represente uma pequena extensão territorial nos dois anos em destaque (314 ha em 1995/96 e 282 ha em 2000), ocupa o segundo lugar em termos de valor de produção gerado.

No intuito de pormenorizar a análise, os dados da área e do valor de produção gerado pelas principais culturas no ano de 2000, foram sistematizados por municípios, conforme pode ser observado nos mapas das Figuras 10 e 11.

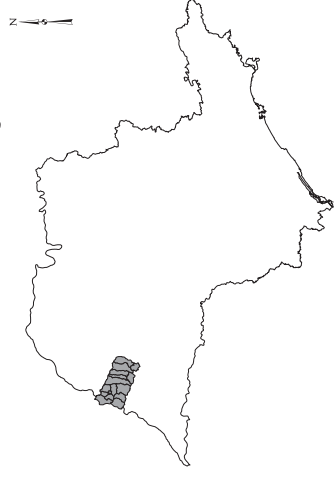
MAPA DA ÁREA OCUPADA PELAS PRINCIPAIS LAVOURAS POR MUNICÍPIO EM 2000



LEGENDA

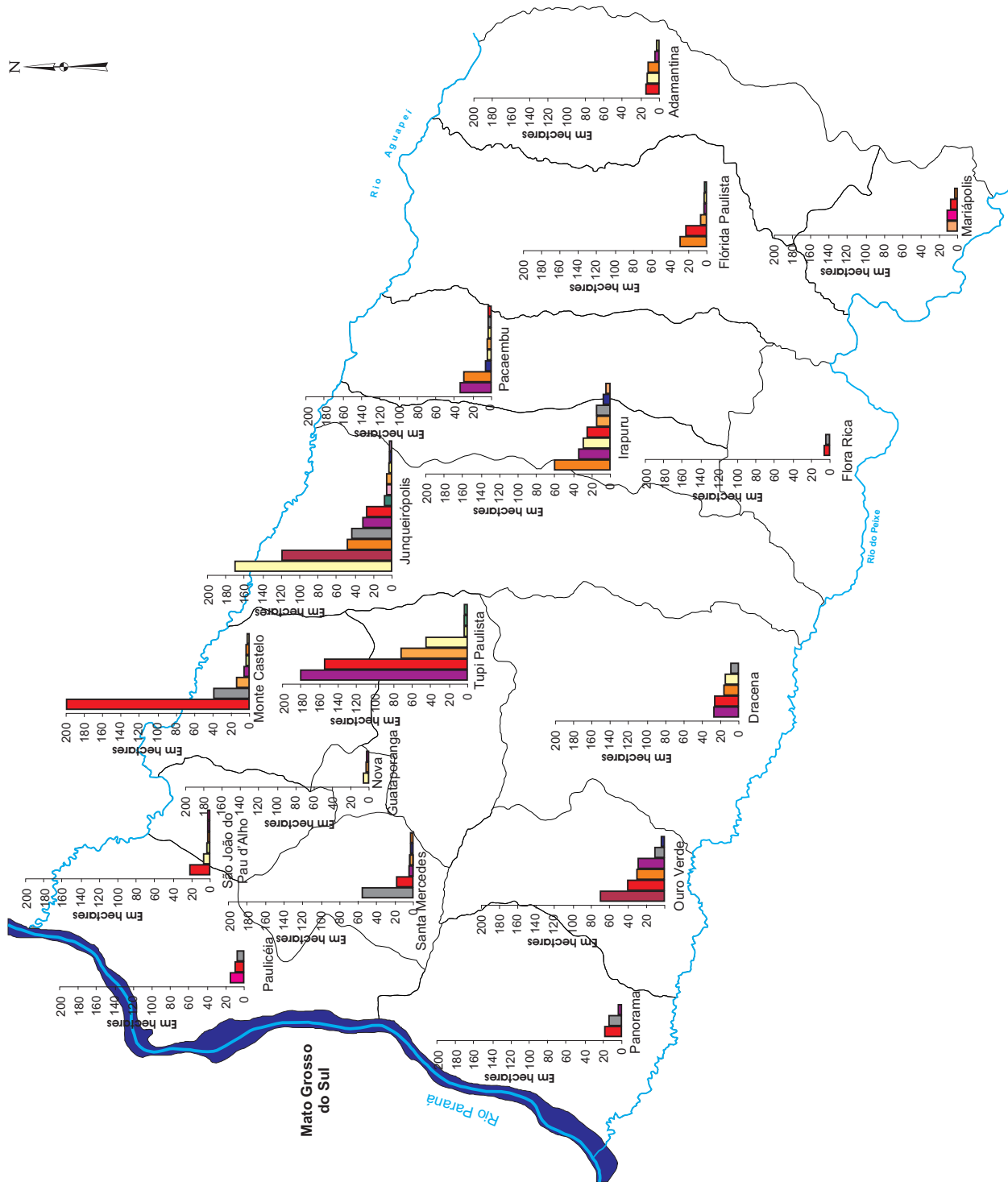
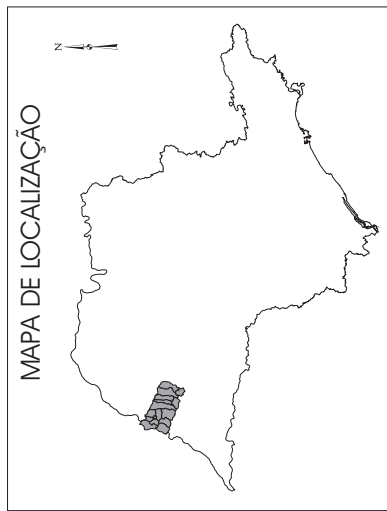
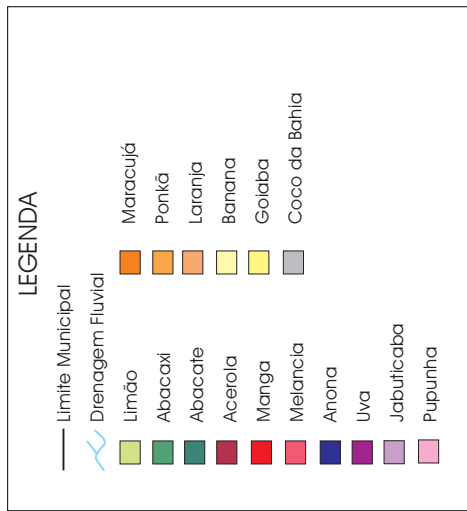
- Limite Municipal
- Drenagem Fluvial
- Cana-de-açúcar
- Milho
- Feijão
- Café
- Amendoim
- Manga
- Maracujá
- Banana

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Escala: 1:240.000 8 km 4 km 0 4 km 8 km 12 km	Orientador:
Autor: Adiriano Rodrigues de Oliveira	Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
Fonte: Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aquapuí e Peixe, Escala 1:200.000, In: Relatório Técnico, Contrato FENIX/IO nº 282/2000, 2001 e FIBGE, Produção Agrícola Municipal (2000).	Desenhista: Adriana Olívia Alves
Apelo Financeiro: UNESP	Figura: 10
Instituição: unesp	Página: 56

MAPA DA ÁREA OCUPADA PELA FRUTICULTURA POR MUNICÍPIOS EM 2001



Escala: 1:240.000 8 km 4 km 0 4 km 8 km 12 km	Orientador:
Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira	Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
Fonte: Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapey e Peixe, Escala 1:200.000, in: Relatório Técnico, Conselho FENIX nº 28/2000, 2001 e EDR-Dracena, 2001.	Desenhista: Adriana Oliva Alves
Apelo Financeiro: UNESP	Figura: 07 Página: 52
Instituição: unesp	

4.4 - Pecuária Bovina

A pecuária bovina se constitui numa atividade relevante na Região de Dracena, ainda que a área ocupada pelas pastagens seja amplamente superior à destinada às lavouras, considerando que em 1996 as pastagens correspondiam a 79,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários e que o valor da produção animal em 1996 compunha 53,7%²⁸ do valor total da produção agropecuária da Região.

A pecuária bovina na Região de Dracena segue em linhas gerais o mesmo padrão do Oeste Paulista e até mesmo do país como um todo, tendo em vista que não apresenta grande nível de absorção tecnológica, sendo desenvolvida, sobretudo de maneira extensiva e semi-extensiva.

4.4.1. Pecuária bovina de corte

Segundo Negri (1996), o Estado de São Paulo concentra o terceiro maior rebanho bovino do país e ocupa a primeira colocação em termos de abate de cabeças. No entanto, predomina na Região de Dracena uma pecuária extensiva, nas grandes e pequenas propriedades. Tal quadro implica na baixa utilização de mão-de-obra nas grandes propriedades, ao passo que nas pequenas o seu desenvolvimento possui o caráter de complementaridade da renda proporcionada nas lavouras, tendo em vista a maior liquidez proporcionada pela pecuária bovina de leite.

Deste modo, a pecuária bovina, apresenta dentre outros aspectos, um baixo índice de lotação de pastagens que em 1996 era equivalente 1,41 cabeças por hectare, aproximando-se da média do Estado de São Paulo que era de 1,35 cabeças por hectare.

A evolução da pecuária bovina pode ser visualizada na Tabela 07, na qual estão apresentados os dados referentes ao efetivo bovino e respectivamente, a extensão territorial das pastagens no período de 1970 a 1996.

²⁸ Conforme já foi mencionado deste montante, a pecuária bovina corresponde aproximadamente 90,0%.

Tabela 07: Efetivo bovino da Região de Dracena 1970 - 1996

Anos	Efetivo Bovino Nº de Cabeças	Efetivo Bovino Índice 1970 = 100	Área de Pastagens (em hectares.)	Área de Pastagens (em hectares) Índice 1970 = 100	Lotação das pastagens (cabeças por hectare)
1970	310246	100	267588	100	1,16
1975	370914	120	309892	116	1,20
1980	354192	114	318574	119	1,11
1985	416377	134	315891	118	1,32
1996	484066	156	344361	129	1,41

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Conforme se pode observar na Tabela 07, o aumento do efetivo bovino ocorreu pelo crescimento da produtividade derivado tanto da ampliação da extensão territorial das pastagens quanto do melhoramento da qualidade das pastagens em função da substituição gradativa das pastagens naturais por pastagens plantadas. Contudo, constata-se um baixo nível de melhoramento dos rebanhos na região considerando a seqüência histórica acerca da lotação das pastagens que não sofreu alterações significativas no período de 1970 a 1996, seguindo a lógica do Estado de São Paulo.

A despeito do desenvolvimento da pecuária bovina no país, Mazzali (2000), constata que grande parte do processo de modernização do segmento se deu entre 1968-1973:

[...] A modernização ocorreu acentuadamente na fase de abate e beneficiamento, consubstanciada em modificações profundas na estrutura tecno-organizacional da produção. Foi um processo induzido pelo Estado, mediante políticas de estímulo à exportação e da imposição de rigorosos padrões sanitários para o conjunto do parque abatedor, o que provocou a interdição temporária ou definitiva das unidades incapazes de atendê-los. (MAZZALI, 2000, p. 62-63).

Deste modo, pode-se inferir que as transformações ocorridas no segmento da pecuária bovina não atingiram diretamente o manejo da atividade por parte dos produtores rurais, refletindo na manutenção do caráter de produção extensiva. Em outras palavras, não há articulação entre o setor industrial e os produtores rurais, ou seja:

[...] não se promoveu uma “revolução” no processo de reprodução e de nutrição animal, de modo a proporcionar a modificação das condições estruturais de produção. Permaneceram, pois, a falta de articulação entre a indústria e o abastecimento da matéria-prima e sobressaiu-se a manutenção do grau de autonomia e o poder econômico da pecuária. (MAZZALI, 2000, p. 63).

Constata-se desta maneira que o baixo desempenho da pecuária bovina na Região de Dracena está diretamente vinculado ao desajuste deste segmento econômico em âmbito nacional. Por outro lado, autores como Hespanhol (1996) analisando a dinâmica agroindustrial na Região de Andradina e Mazzali (2000), em seu estudo sobre a

reorganização de alguns segmentos do complexo agroindustrial brasileiro, enfatizam que o processo de modernização do setor tem sido efetivamente implementando pelos investimentos de grandes empresas dos Complexos Carnes/Soja/Óleos na Região Centro-Oeste do país.

Este processo de deslocamento e incorporação tecnológica por parte de grandes empresas no setor agropecuário na Região Centro-Oeste do país tem ocorrido pelo estímulo proporcionado pela implementação de políticas estatais. Os estímulos à ocupação da Região Centro-Oeste, remontam a década de 1930 por meio da denominada “Marcha para o Oeste” e foram aprofundados no período pós-1970, com objetivo de expandir a fronteira agrícola nas áreas de cerrado. Conforme Hespanhol (2000):

No início da década de 1970, foram implantados vários programas de desenvolvimento na Região Centro-Oeste, os quais encontravam-se inseridos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Tais programas contaram com o apoio de importantes instituições federais e regionais, destacando-se dentre elas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Banco do Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). (HESPANHOL, 2000, p. 14).

Nota-se que a incorporação de tecnologias e o melhoramento da qualidade do setor de carnes no Centro-Oeste, tem ocorrido pela implementação de políticas públicas que sistematicamente têm favorecido o capital industrial, comercial e os grandes produtores naquela região. Comumente se observa o deslocamento de frigoríficos que possuíam suas atividades na Região Oeste Paulista, para o Estado do Mato Grosso do Sul, atraídos pelas isenções de impostos e/ou linhas de financiamentos contemplados pelos diversos programas de desenvolvimento para estas áreas de ocupação recente.

4.4.2. Pecuária bovina de leite

O desenvolvimento da pecuária bovina de leite na Região de Dracena, embora não apresente grande nível de incorporação tecnológica, se constitui numa atividade relevante aos pequenos produtores rurais, em virtude da possibilidade de complementaridade da renda das lavouras, proporcionando uma maior liquidez que contribui sobremaneira para a manutenção das despesas da família e até mesmo das demais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários.

Neste sentido, cabe analisar a evolução da atividade pecuária bovina leiteira na Região de Dracena, destacando a sua representatividade em relação ao Estado de São Paulo, conforme pode ser observado na Tabela 08.

Tabela 08: Produção leiteira e quantidade de vacas ordenhadas na Região de Dracena-SP, 1970-1996

Anos	Produção	Índice	Nº de Vacas Ordenhadas	Índice	Produção Média de leite/vaca/dia - Dracena	Prod. de Leite Dracena/ Estado (%)	Nº de Vacas Ord. Dracena/Estado (%)
1970	15025	100	21701	100	1,92	1,34	1,78
1975	22691	151	28660	132	2,21	1,55	1,90
1980	30121	200	29007	134	2,88	1,75	2,14
1985	41078	273	38555	178	2,96	2,26	2,76
1996	47771	318	62690	289	2,12	2,59	3,23

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 e Pesquisa Pecuária Municipal de 1996.

Conforme pode ser observado, a produção leiteira da Região de Dracena apresentou um acréscimo de 318% no período de 1970 a 1996. Com esse aumento a produção regional que em 1970 representava apenas 1,34% da produção estadual, passou a equivaler a 2,59% do total.

Esse acréscimo na produção não significa que houve grandes alterações na produção leiteira regional do ponto de vista de incorporação tecnológica no processo de produção (melhorias na qualidade do rebanho, manejo fitossanitário, nutrição, etc), haja vista que a quantidade de vacas ordenhadas teve um aumento equivalente a 289%, sendo que em 1970 o rebanho leiteiro equivalia a 1,78% do estadual e em 1996 este rebanho passou a representar 3,23% do total do Estado de São Paulo.

Isso denota que o pequeno aumento ocorrido tanto na produção leiteira regional quanto da quantidade de vacas ordenhadas está muito mais atrelado à melhoria das pastagens (substituição das pastagens naturais por pastagens plantadas) do que efetivamente da incorporação tecnológica ao processo produtivo. Para corroborar tal afirmativa, basta observar os dados na Tabela 08, referentes a quantidade média de leite produzida por cabeça/dia que manteve-se praticamente inalterado girando em torno de 2 litros/cabeça/dia, no período em apreço.

Nesse âmbito, o desenvolvimento da pecuária bovina de leite destaca-se pela sua complementaridade de renda às lavouras – dentre elas a fruticultura -, sobretudo para os pequenos produtores rurais. Lopes *et al.* (1999), salienta que:

A pecuária leiteira tem importante papel junto ao setor agrícola brasileiro, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto sob o prisma social. Por um lado, sua participação é fundamental na formação da renda de um grande número de pequenos produtores agrícolas, e mesmo na renda nacional; por outro, merece destaque a esfera econômica, onde essa atividade representa cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário nacional. Possui ainda, expressiva

participação junto ao setor industrial, onde participa simultaneamente como fornecedora de matéria-prima e como demandante de insumos. Além dessas questões, há que se realçar sua contribuição como alimento básico à população infante-juvenil quanto adulta. (p.1).

Ainda sobre a importância social da produção leiteira na Região de Presidente Prudente, Santos & Hespanhol (2002), acrescentam que:

O papel relevante que o leite desempenha na agropecuária nacional tem repercussões no quadro social do país, principalmente no que concerne à geração de empregos, visto que o país tem, hoje, acima de um milhão e cem mil propriedades que produzem o leite, ocupando diretamente 3,6 milhões de pessoas. (s.p.).

Apesar da produção leiteira ser extremamente relevante para os pequenos produtores rurais, tanto do ponto de vista social quanto econômico, a partir da década de 1990, o sistema agroindustrial do leite tem sido sistematicamente afetado pelas políticas públicas de abertura comercial, que tem submetido à produção nacional em concorrência direta com os países do Mercosul, (que possuem uma cadeia leiteira bem mais consolidada e competitiva do que a brasileira). Além dos países latino-americanos, a abertura comercial ainda expôs a produção nacional ao capital de empresas multinacionais. Nesse sentido:

A partir da abertura da economia brasileira no início dos anos 1990, os setores de produção e processamento de leite receberam um grande volume de capital estrangeiro, sendo que dessa forma ocorreu um aumento significativo da concorrência e várias empresas multinacionais do setor lácteo ampliaram a sua atuação no Brasil. Dentre essas empresas merecem destaque a Nestlé, a Parmalat e a Danone, que realizam vultosos investimentos em marketing e lançamento de novos produtos. (Santos & Hespanhol, s.p., 2002).

Como se não bastasse a concorrência desigual com os países do Mercosul e o capital estrangeiro, o governo FHC, por meio do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade de Leite (PNMQL), restringiu as linhas de financiamentos e investimentos para a produção leiteira (Portaria 56), aos investimentos em tanques de expansão para o resfriamento da produção como forma de restringir a utilização dos tradicionais tambores de 50 litros de leite, o que poderá acarretar a exclusão de uma grande parcela de pequenos produtores rurais do sistema agroindustrial leiteiro. (Santos & Hespanhol, s.p., 2002).

Neste contexto, como forma de reverter esse quadro de iminente exclusão do sistema agroindustrial do leite, resta aos pequenos produtores, - a exemplo dos produtores de frutas - a organização coletiva para que possam efetuar a aquisição de tanques de expansão e atendam as exigências impostas pelo capital industrial e pelo Estado, por meio das exigências sanitárias.

4.5 - A utilização de máquinas, implementos agrícolas e insumos modernos

A análise de alguns indicadores que indicam a incorporação de tecnologia ao processo produtivo agrícola na Região de Dracena será pautada na classificação estabelecida por Graziano da Silva (1981), em seu estudo sobre o progresso técnico na agricultura do Estado de São Paulo. O referido autor enfatiza a ocorrência de três variáveis que contribuem sobremaneira para a alteração do padrão tecnológico da agricultura:

- a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) inovações físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 32).

Associada a esta classificação utilizar-se-á os critérios adotados por Hespanhol (1996), enfatizando que:

[...] a agropecuária, ao se modernizar, passa a utilizar quantidades crescentes de fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, sementes selecionadas, produtos veterinários, por um lado, e uma ampla gama de máquinas e implementos, por outro. [...] o número e a potência, no caso das máquinas, e a quantidade empregada e o número de estabelecimentos que utilizam, no caso dos insumos, são, entre outros, indicadores importantes para dimensionar o grau de modernização da agropecuária. (HESPANHOL, 1996, p. 149-150).

Sabe-se, entretanto, que embora os “indicadores de modernização” apontados pelos autores supra mencionados sejam importantes para a compreensão dos reflexos do processo de modernização da agricultura brasileira, não são suficientes para contemplar toda a realidade posta na atualidade.

É importante ressaltar que, a presença marcante do Estado na alteração do padrão tecnológico da agricultura brasileira, esteve fortemente associado aos interesses do capital industrial, uma vez que a busca de maiores índices de produtividade agrícola, por meio da incorporação de novas técnicas de produção, permaneceu vinculado a expansão do mercado interno de máquinas e insumos industriais, contribuindo para o acréscimo do montante de produtos de exportação e matéria-prima para o setor agroindustrial. Beneficiou-se deste processo o capital financeiro, por meio da absorção de parte do crédito rural concedido aos produtores, bem como o capital comercial que se fortaleceu pela

ausência de informações acerca dos procedimentos de liberação de crédito, política de garantia de preços mínimos, dentre outras implementadas pelo Estado²⁹.

Este processo resulta na redução da dependência da agricultura em relação ao meio físico natural, paralelamente a ampliação da subordinação dos produtores rurais ao capital industrial e sua complexa relação de monopólios e/ou oligopólios de procedência nacional e/ou internacional.

Neste sentido, será analisada a incorporação de insumos industrializados nos estabelecimentos agropecuários com base nos dados da FIBGE, abrangendo o uso de defensivos animais e vegetais, calcário, adubos químicos e orgânicos³⁰.

De acordo com os dados da FIBGE, o número de estabelecimentos agropecuários que utilizavam adubação química elevou-se de 28,5% em 1970, para 73,0% em 1975, 82,8% em 1980, reduzindo-se para 75,7% em 1985, conforme se verifica na Tabela 08.

A utilização de defensivos vegetais e animais, embora não seja apresentada no ano de 1970, permanece sem grandes alterações nas décadas subseqüentes, haja vista que em 1975, os defensivos vegetais eram empregados em 69,4%, passando a 69,0% em 1980 e sofrendo uma pequena queda atingindo o equivalente a 61,1% dos estabelecimentos agropecuários em 1985. No âmbito da utilização de defensivos animais, 54,5% dos estabelecimentos agropecuários realizavam o seu uso em 1975, decaindo para 36,9% em 1980 e atingindo a cifra de 45,6% do total de estabelecimentos em 1985. As alterações ocorridas no âmbito da utilização destes defensivos estiveram diretamente associadas com a maior e/ou menor número de estabelecimentos agropecuários, embora não se pode deixar de explicitar que no período em apreço o número total de estabelecimentos sofreu uma redução equivalente a 24,5%.

Embora a aplicação do calcário seja primordial para a correção da acidez dos solos, esta forma de manejo de solo não apresentou grande relevância no período em que se dispõe de dados³¹. Em 1970, apenas 0,3% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam o calcário para a correção do solo. Tal cifra foi sendo elevada de forma gradativa, tendo em vista que atingiu 1,2% dos estabelecimentos 1975, 5,4% em 1980, alcançando apenas

²⁹ Sobre a abordagem das políticas do Estado brasileiro que beneficiaram diretamente o capital financeiro, comercial e industrial, ver Delgado (1985).

³⁰ Ressalta-se que o Censo Agropecuário de 1995/96 da FIBGE, não apresenta as informações referentes a utilização destes insumos industrializados.

³¹ Se os dados disponibilizados pela FIBGE fossem atualizados, certamente revelariam um elevado número de estabelecimentos agropecuários que passaram a incorporar esta prática de correção do solo. Isto pode ser ressaltado, baseando-se nas informações coletadas em entrevistas junto aos produtores, que pelo tipo de atividade desenvolvida, realizam freqüentemente análises do solo para efetuar quaisquer tipos de correção necessárias.

10,5% dos estabelecimentos agropecuários em 1985, conforme pode ser observado na Tabela 09.

Tabela 09: Número de Estabelecimentos Agropecuários com Utilização de Defensivos (Animais e Vegetais), Calcário, Adubos Químicos e Orgânicos na Região de Dracena-SP: 1970-1985

	Adubação Química	Índice 1970 =100	Adubação Orgânica	Índice 1970 =100	Uso de Calcário	Índice 1970 =100	Defensivos Vegetais	Índice 1975 =100	Defensivos Animais	Índice 1975 =100
1970	4673	100	769	100	43	100	--	--	--	--
1975	8444	181	2091	271	144	335	8039	100	4600	100
1980	10659	228	2654	345	700	1628	8880	110	4743	103
1985	9379	201	9518	1238	1305	3035	7564	94	5651	123

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Paralelamente a expansão do número de estabelecimentos que passaram a utilizar fertilizantes e defensivos agropecuários, nota-se a expansão do número de máquinas e implementos agrícolas, bem como a ampliação da potência média das máquinas utilizadas, na Região de Dracena, no período de 1970 a 1996, conforme pode observado na Tabela 10.

Tabela 10: Número de tratores na Região de Dracena, por Faixas de Potência: 1970-1996

Anos	Menos de 10 Cv	Índice 1970 = 100	De 10 e menos De 50 Cv	Índice 1970 = 100	De 50 a menos de 100 Cv	Índice 1970 = 100	De 100 Cv e mais	Índice 1970 = 100	Total	Índice 1970 = 100
1970	72	100	708	100	301	100	9	100	1072	100
1975	60	83	647	91	806	268	28	311	1541	144
1980	65	72	743	105	1564	520	144	1600	2516	235
1985	76	106	683	96	1916	637	164	1822	2839	265
1996	91	126	652	92	1802	599	338	3756	2883	269

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 10, o número total de tratores elevou-se de 1072 em 1970, para 1541 em 1975, 2516 em 1980, 2839 em 1985, alcançando o número de 2883 em 1996, representando um acréscimo de 169,0% no período compreendido entre 1970 e 1996.

Este aumento do número de tratores esteve pautado significativamente na ampliação da potência média dos tratores. De acordo com os dados da Tabela 10, o maior índice de acréscimo ocorreu no conjunto de tratores com mais de 100 Cv de potência (3.756% entre 1970 e 1996).

No que diz respeito ao índice de tratorização, em 1970 a média da Região era de um trator a cada 404 hectares, ao passo que em 1996 a média foi de um trator a cada 153 hectares. Se a análise for empreendida no âmbito da quantidade média de tratores por

estabelecimento agropecuário, constata-se que em 1970 havia um trator para cada 15 estabelecimentos agropecuários, sendo que em 1996, a média era de um trator para cada 3 estabelecimentos agropecuários.

Observa-se pelos dados da Tabela 11, que apesar de ter ocorrido um acréscimo absoluto na ordem de 169% no número total de tratores (aumento absoluto superior a média estadual), a média regional de tratores por hectares esteve sempre abaixo da estadual que em 1970 era de um trator a cada 303 hectares e em 1996 era de um trator a cada 101 hectares, representando um acréscimo na média regional de tratores por hectare equivalente a 154,0%, no período de 1970 a 1996.

Tabela 11: Média de Tratores por área na Região de Dracena e no Estado de São Paulo

Anos	Nº Total de Tratores – EDR de Dracena	Tratores por Área dos Estab. no EDR de Dracena	Total de Tratores – Est. de SP	Tratores Área dos Estab. no Est. de SP
1970	1072	404	67.213	303
1975	1541	291	101.359	203
1980	2516	181	138.739	145
1985	2839	166	159.625	127
1996	2883	153	170.573	101

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

É importante salientar, que esse processo de tratorização nos estabelecimentos agropecuários da Região de Dracena, bem como na esfera estadual e nacional, segue a lógica do pacote tecnológico introduzido na agricultura brasileira, como forma de ampliar os lucros do capital industrial, uma vez que a aquisição de insumos e máquinas modernas consistia num pressuposto básico para a obtenção do crédito rural. Deste modo, ao invés do acréscimo de tratores provocar o aumento da produção e produtividade média da agricultura, inversamente ocorreu à redução das áreas cultivadas com lavouras e poucos avanços no âmbito da produtividade agrícola.

Esse consiste num dos diversos aspectos que permite o questionamento acerca do modelo de modernização da agricultura brasileira, tendo em vista que o que efetivamente ocorreu – excluindo boa parte dos produtores, produtos e regiões – foi a tecnificação do processo de produção agrícola, via incorporação de máquinas, implementos e insumos agrícolas, instituindo no imaginário do agricultor a idéia de que a aquisição destes equipamentos “modernos” era suficiente para se modernizar a unidade de produção, provocando o endividamento de muitos produtores que buscaram se “modernizar”.

Outro importante elemento da tecnificação da agricultura é a evolução do número de arados e sua força motriz, ou seja, de tração animal ou de tração mecânica (Tabela 12).

Tabela 12: Número de arados de tração animal e de tração mecânica na Região de Dracena-SP: 1970-1996

	Tração Animal	Índice 1970 = 100	Tração Mecânica	Índice 1970 = 100
1970	21275	100	1312	100
1975	16786	79	2590	197
1980	13129	62	3901	297
1985	10915	51	3803	290
1996	4063	19	3193	243

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

A quantidade de arados de tração animal foi reduzida em 80,9% no período de 1970 a 1996. Paralelamente o número de arados de tração mecânica apresentou um acréscimo de 143,4%, neste mesmo período. A redução do número de arados de tração animal e a expansão do número de arados de tração mecânica estão intrinsecamente vinculadas ao aumento do nível de tratorização da Região, conforme foi constatado anteriormente.

4.6 - Composição da força de trabalho nas atividades agropecuárias

As transformações ocorridas na composição da força de trabalho na Região de Dracena resultam das alterações da estrutura fundiária, das diferentes formas de acesso a terra (posse, parceria, ocupante, arrendamento, etc), e do tipo de atividade produtiva desenvolvida associada à incorporação de novas técnicas e tecnologias de produção.

Neste sentido, torna-se relevante a análise do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias da Região de Dracena, visando a identificar as alterações ocorridas, e posteriormente, salientar os seus reflexos na dinâmica populacional.

O número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários sofreu uma redução absoluta de 69,5%, tendo em vista que em 1970 equivalia a 74.113 pessoas, se restringindo a 22.633 pessoas em 1996, conforme pode ser evidenciado na Tabela 13.

Tabela 13: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da Região de Dracena, 1970-1996

Anos	Responsáveis e familiares não remunerados		Empregado Permanente		Empregado Temporário		Parceiros		Outra Condição		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Índice
1970	56802	76,6	4107	5,5	12398	16,7	721	1,0	85	0,1	74113	100,0
1975	43053	74,0	5992	10,3	5179	8,9	3637	6,3	306	0,5	58167	78,5
1980	35577	77,1	5106	11,1	4832	10,5	60	0,1	559	1,2	46134	62,2
1985	35673	76,6	4841	10,4	5287	11,4	512	1,1	242	0,5	46555	62,8
1996	14296	63,1	4776	21,1	1541	6,9	633	2,8	1387	6,1	22633	30,5

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Ao se analisar detalhadamente cada grupo de pessoal ocupado na agropecuária, observa-se que a redução afetou principalmente a mão-de-obra familiar, considerando que esse contingente teve uma redução absoluta de 74,8% entre 1970 e 1996. Contudo, é importante frisar que apesar deste grupo ter sido o principal afetado pelas transformações ocorridas na agropecuária regional, os dados indicam que relativamente, a produção familiar permanece como principal condutora do processo produtivo agrícola, sendo responsável por 63,1% do pessoal ocupado nos estabelecimentos.

Tal fato pode ser explicado, sobretudo pela expressividade dos pequenos estabelecimentos agropecuários, que conforme ficou explicitado na análise da estrutura fundiária regional, apesar de ocuparem dimensões reduzidas, são amplamente expressivos na agropecuária regional, desde o desenvolvimento da cafeicultura até a inserção da fruticultura. Associado ao grande contingente de pequenos estabelecimentos agropecuários, a descapitalização dos produtores rurais pode ser apontada como mais um elemento responsável pela predominância da família na condução do processo produtivo, considerando-se que este tipo de força de trabalho comumente não é remunerada, denotando a superexploração da família, como estratégia encontrada pelos pequenos produtores rurais para permanecerem no campo.

O desenvolvimento da fruticultura, não pode deixar de ser mencionado como um outro elemento capaz de garantir a reprodução social da família, na condução do processo produtivo. Conforme já foi ressaltado, a atividade frutícola, propicia a maximização do espaço rural, na medida em que possibilita a absorção de um elevado contingente de mão-de-obra, mesmo que seja desenvolvida em pequenas dimensões de áreas proporcionando lucros relativamente elevados em comparação com outras atividades agropecuárias.

Do ponto de vista da utilização de pessoal contratado nos estabelecimentos agropecuários, observa-se que houve um acréscimo significativo principalmente no grupo de empregado permanentes, que passou de 4107 pessoas em 1970 para 4776 pessoas em 1996, representando uma elevação de 16,3% no período em apreço. Embora o aumento absoluto deste pessoal tenha sido modesto, relativamente eles passaram de 5,5% em 1970 para 21,1% em 1996, tornando-se o segundo principal responsável pela condução do processo produtivo nos estabelecimentos agropecuários. A participação deste grupo de força de trabalho no campo pode ser atribuída tanto ao desenvolvimento de atividades agrícolas nos pequenos estabelecimentos, como também no desenvolvimento da pecuária bovina nos grandes estabelecimentos.

O grupo de empregados temporários aparece como o mais afetado pela redução absoluta em seu contingente, considerando que em 1970 totalizavam 12.398 pessoas, declinando para 1.541 pessoas, resultando numa perda de 87,6% neste tipo de força de trabalho na condução do processo produtivo agrícola regional. Em termos relativos a participação deste grupo declina de 16,7% em 1970 para 6,9% em 1996.

No que se refere ao grupo de outras condições de força de trabalho, embora não sejam caracterizadas nos Censos Agropecuários, podem ser atribuídas a utilização de outras formas precárias de acesso a terra e exploração da força de trabalho (meeiros, ocupantes, dentre outros). Este grupo teve um acréscimo significativo na região levando em consideração que em 1970 perfazia apenas 0,1% do pessoal ocupado e em 1996 representava 6,1% do pessoal ocupado no espaço rural.

Em linhas gerais, observa-se diante da análise da composição da força de trabalho a redução do pessoal ocupado na agropecuária regional é bastante significativa. Tal conjuntura pode ser atribuída a diversos elementos estruturais e conjunturais que afetam a região.

Um aspecto relevante que afetou diretamente a composição do pessoal ocupado no espaço agrário no decorrer da década de 1960, foi a institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural (redigido em 1962 e implementado em 1963), que estendeu aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores urbanos (como férias, jornada de trabalho de oito horas diárias, horas-extras, descanso semanal remunerado, dentre outros).

A institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural resultou de acalorados debates políticos e ideológicos que compunham a pauta das reformas progressistas do governo de João Goulart, no período que antecedeu ao Golpe militar. Para os partidos de esquerda, com destaque ao Partido Comunista, pautados na concepção da consciência histórica do operariado assalariado urbano, a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, formaria uma consciência operária no campo, contribuindo posteriormente para revolucionar o meio rural secularmente dominado pelas oligarquias agrárias, que utilizavam relações de trabalho arcaicas para explorar a força de trabalho. E assim o que:

[...] se consumou com o que na prática foi a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais, supondo-se que isso transformaria as atrasadas relações de colonato no café, da moradia na cana-de-açúcar, do arrendamento em espécie e em trabalho e da parceria em relações contratuais e assalariadas. Era a reivindicação das esquerdas, que racionavam a partir de uma concepção

histórica por etapas. Aí se proclamava a suposta superioridade histórica do trabalho assalariado sobre o trabalho camponês e familiar. Foi assim, aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, durante o governo de João Goulart, que viabilizava a interpretação legal dos conflitos não como conflitos fundiários, embora muitas vezes o fossem, mas como conflitos trabalhistas, embora nem sempre os fossem. (MARTINS, 2000, p. 97).

Entretanto, do ponto de vista histórico, o que se consumou com a institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural, foram efeitos adversos ao que se deveria proporcionar. Ao invés de melhorar as condições de trabalho daqueles que trabalhavam no campo, provocou o seu esvaziamento. As formas de acesso a terra por meio do arrendamento, parceria, contratos permanentes e temporários de trabalho passou a significar riscos para os proprietários rurais, principalmente para os pequenos produtores que se sentiram ameaçados em perder a pouca terra que dispunham, em disputas judiciais com os seus contratados.

Tal fato associado a outros aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, além de contribuem sobremaneira para entender o porquê, da redução do contingente de pessoal ocupado na agropecuária regional, explicam ainda as alterações na dinâmica populacional regional conforme será analisado a seguir.

4.7- A dinâmica populacional da Região de Dracena

Ao se analisar a dinâmica populacional da Região de Dracena constata-se pelos dados disponíveis nos Censos Demográficos e na Contagem Populacional de 1996 da FIBGE, que está ocorrendo um processo de êxodo rural-urbano associado à evasão populacional. No período posterior a década de 1970, tornou-se corriqueiro a migração de habitantes com destino a outros conglomerados urbanos, principalmente a Região Metropolitana de São Paulo e suas proximidades.

De acordo com os dados apresentados na Figura 12, em 1970, a Região correspondente ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, possuía uma população total de 199.667 habitantes, reduzindo-se para 178.658 habitantes em 2000, o que significa uma redução de 10,5%, em termos absolutos.

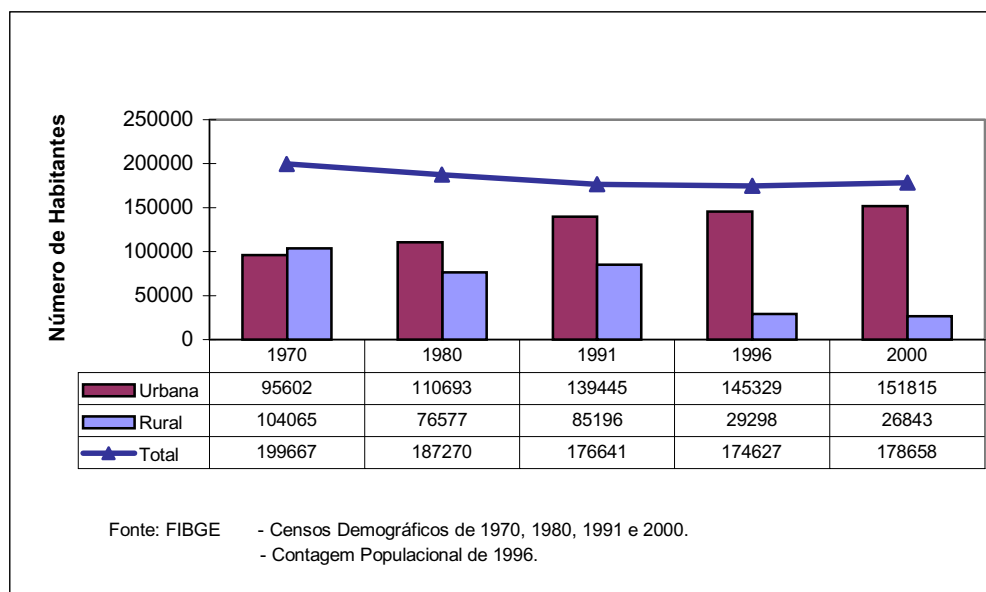


Figura 12: População Rural, Urbana e Total da Região de Dracena: 1970-2000

A população rural da região em 1970 era de 104.602 habitantes, sendo reduzida sistematicamente nas décadas subseqüentes sendo que no ano de 2000 contava com apenas 26.842 habitantes, apresentando uma perda equivalente a 74,2% em termos absolutos.

Contudo, no que se refere a população urbana, no ano de 1970 era de 95.602 habitantes, tendo sido progressivamente ampliada nas décadas subseqüentes, perfazendo em 2000, um total de 151.815 habitantes, o que representa um acréscimo na ordem de 58,8% em termos absolutos.

Assim, numa análise dos dados de 1970 a 2000 observa-se que a população rural e total tem sido sistematicamente reduzida, ao passo que no âmbito interno a população urbana tem sido ampliada. Ao se comparar à média de crescimento regional, observa-se uma queda de 10,5%, conforme foi ressaltado anteriormente, contrapondo-se a média do Estado de São Paulo que neste mesmo período teve um acréscimo de 106,2%.

A população rural do Estado foi reduzida no período em 69,0% (abaixo da média regional) e a população urbana foi ampliada em 139,0% (acima da média regional).

Neste contexto, constata-se que a perda da dinamicidade econômica da Região de Dracena, que está pautada sobremaneira no setor agropecuário tem provocado o esvaziamento populacional. No período de 1970 a 2000, somente entre 1996 e 2000, houve um pequeno acréscimo de 2,3% na população total. Entretanto, não se tem informações suficientes para afirmar que esta elevação foi provocada apenas pelo crescimento

vegetativo, ou se está havendo uma retomada do crescimento econômico regional em função da inserção da fruticultura.

Grosso modo pode-se afirmar que o esvaziamento populacional que vinha sendo sistematicamente assistido tem a sua causa na baixa perspectiva de reprodução social, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, materializadas, sobretudo na ausência de geração de empregos na região. Assim, grande parte da população que permanece na região é composta por idosos e crianças, sendo que a população mais jovem tem migrado em busca de empregos e formação profissional³².

Desta forma, nota-se que estas transformações que vêm ocorrendo na Região de Dracena, estão inseridas na dinâmica da população em contexto nacional, tendo em vista que no período posterior a década de 1960, foram intensificados os fluxos de caráter rural-urbano, provocados pela intensificação da concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos conforme ressalta Becker (1997).

Entretanto, cabe ressaltar o papel exercido pelos movimentos sociais no campo, - com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - que têm contribuído sobremaneira para a retração deste processo e o regresso de um grande contingente populacional ao campo, embora especificamente na Região de Dracena tais movimentos não tenham adquirido relevância por causa da regularidade dos títulos de propriedade da terra e pela estrutura fundiária se apresentar um pouco menos concentrada do que as regiões de conflitos em torno da terra, à exemplo do Pontal do Paranapanema, na Região de Presidente Prudente.

Via de regra, conforme já foi salientado anteriormente, as transformações que afetam a Região de Dracena concomitantemente a outras regiões que compõem a porção do oeste paulista, estão amplamente relacionadas à concentração fundiária; ao desenvolvimento da pecuária extensiva e a conseqüente estagnação das lavouras associada à modernização capitalista no campo, que conforme se evidenciou anteriormente, apesar de não ter atingido de forma explícita a região, acabou influenciando-a.

No âmbito do processo de modernização implantado no país, Martine (1995) afirma que esse:

[...] veio a beneficiar, de forma complementar, a concentração da propriedade e do uso da terra. Por um lado, os subsídios incentivaram a mecanização e, conseqüentemente, a redução da necessidade de mão-de-obra. Por outro lado, incentivou-se a especulação com a propriedade da terra, expulsando pequenos

³² Durante as entrevistas com os produtores, observou-se que é bastante comum, que estes tenham filhos trabalhando ou estudando nas proximidades da capital paulista em cidades como Americana, Campinas e Sorocaba, dentre outras.

produtores. Desse modo, a concentração da propriedade rural expulsou da terra um grande número de pequenos agricultores, posseiros, parceiros e arrendatários. E como essas categorias de produtores eram justamente as que utilizavam mais intensamente mão-de-obra, uma parcela significativa da população agrícola acabou sendo “liberada” ao mesmo tempo [...] (MARTINE 1995, p.64).

Outra questão a ser enfatizada, está relacionada às mudanças estruturais ocorridas no país a partir da década de 1960, como parte das ações dos governos militares que no intuito de legitimar a sua modernização conservadora do campo, buscaram diversas formas embutir a ideologia de que o “rural” é o lugar do atraso, ao passo que o “urbano” é sinônimo de moderno. Segundo Martins (1975) isso proporcionou:

“[...] a redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos, levou rapidamente à distinção valorativa, também, entre o rural e o urbano. A afirmação da existência urbana, ainda que anômica, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural. (MARTINS, 1975, p.4).

Neste contexto verifica-se que as transformações em processo na Região de Dracena estão intrinsecamente relacionadas à dinâmica populacional, expressas não só em mudanças econômicas, mas também sociais e culturais. A inserção da atividade frutícola, ainda que de forma parcial, pelo seu curto período temporal, tem propiciado a intensificação do processo de trabalho no campo a partir da absorção da mão-de-obra familiar e a geração de empregos temporários e/ou permanentes. Além disso, o desenvolvimento desta atividade tem se configurado numa alternativa econômica no âmbito do setor agropecuário, em relação as demais lavouras que via de regra, têm tido baixos preços no processo de comercialização.

5 - A DINÂMICA DA FRUTICULTURA NO ESPAÇO RURAL DA REGIÃO DE DRACENA

Neste capítulo será efetuada a análise dos dados de fonte primária, obtidos a partir da aplicação de questionários a 73 (setenta e três) produtores rurais vinculados a fruticultura nos cinco municípios delimitados para o levantamento empírico. Deste total, foram aplicados 28,0 % em Tupi Paulista, 23,0 % em Junqueirópolis, 19,0 % em Dracena, 15,0 % em Ouro Verde e 15,0 % em Irapuru.

O critério utilizado para selecionar os produtores foi estabelecido a partir de visitas às casas de agricultura dos municípios delimitados previamente conforme a expressividade do valor de produção gerado pela fruticultura. De posse da listagem de produtores, os questionários foram sendo aplicados de forma aleatória, buscando contemplar um universo diversificado de produtores, que se dedicam a diferentes atividades frutícolas e que possuem distintos níveis de capitalização.

O questionário utilizado foi dividido em diversos itens, buscando abordar os seguintes aspectos:

- Dados referentes ao produtor;
- Condições de moradia do produtor;
- Dados referentes à Unidade de Produção Agropecuária (UPA);
- Rendimento anual aproximado;
- Composição da Força de trabalho utilizada;
- Meios de produção disponíveis ao produtor;
- Utilização de Irrigação;
- Utilização de insumos;
- Práticas de conservação ambiental utilizadas pelos produtores entrevistados;
- Formas de acesso a financiamento de custeio e de investimento;
- Assistência técnica;
- Formas de organização coletiva; e,
- Percepção socioeconômica do produtor.

Os dados e informações foram tabulados e sistematizados, a partir dos quais puderam ser analisados alguns aspectos da estrutura produtiva de frutas do universo de produtores pesquisados na Região de Dracena.

5.1 - Perfil dos produtores que desenvolvem a fruticultura

Buscou-se efetuar o levantamento da faixa etária predominante no conjunto dos produtores, visando a caracterizar o perfil daqueles que desenvolvem a fruticultura e a perspectivas de continuidade da atividade, conforme pode ser observado na Figura 13:

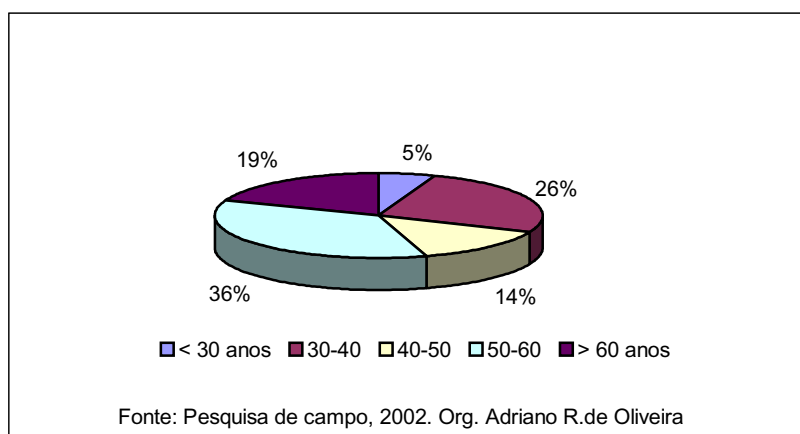


Figura 13: Faixa etária dos produtores entrevistados

Nesse sentido, se a tendência demonstrada pelos dados prevalecer não se pode vislumbrar grandes expectativas de permanência da atividade na região, tendo em vista que é bastante visível a idade avançada da maioria dos produtores, pois 55,0% possuem mais de 50 anos. Entretanto, tal quadro ainda que seja desanimador é comumente encontrado no contexto dos pequenos produtores rurais, que via de regra, detêm as propriedades por herança familiar e possuem fortes vínculos com a terra, ao passo que os filhos, até mesmo estimulados pelos pais, saem na busca de melhores condições de vida nas áreas urbanas, e, ainda que encontrem formas de trabalho precárias, permanecem no urbano, na expectativa de melhorar a sua situação socioeconômica, ainda que isso não ultrapasse o âmbito do imaginário urbano. A expansão dos movimentos sociais no campo entra neste cenário como possibilidade de reverter esse quadro de envelhecimento no campo a partir da instauração de novas formas de pensar o rural. É importante frisar que tais movimentos não têm atuação pronunciada na Região de Dracena, em virtude da regularidade dos títulos de propriedade e da existência de uma estrutura fundiária menos concentrada do que em outras regiões, a exemplo do Pontal do Paranapanema.

Outro aspecto que pode ser destacado a partir da idade avançada dos produtores rurais, é que via de regra, eram antigos cafeicultores que encontraram na fruticultura uma alternativa econômica para se manterem no campo.

A escolaridade dos produtores consiste num dos pontos investigados na pesquisa de campo, conforme pode ser observado na Figura 14:

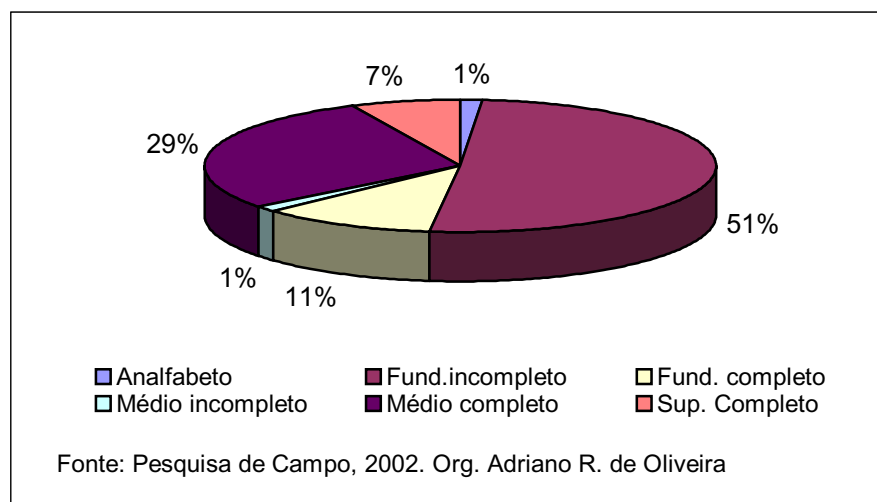


Figura 14: Escolaridade dos produtores entrevistados

No âmbito do nível de escolaridade dos produtores, nota-se que 51,0 % possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Esta é uma informação que pode ser relacionada a Figura 13, tendo em vista que os produtores com idade superior a 50 anos, enfrentavam dificuldades de acesso à escola, sobretudo para àqueles que residiam na zona rural e se dedicavam as atividades agrícolas. Diversos eram os fatores que complicavam o acesso à escola, como a distância dos centros urbanos e a dificuldade de locomoção.

Sabe-se que na atual conjuntura, a obtenção de maiores níveis de escolaridade é de grande relevância. É importante que o homem do campo, tenha a capacidade de assimilar as inovações técnico-científicas, visando a melhorar as suas formas de reprodução social.

Na conjuntura atual, não é mais aceitável o argumento de que a zona rural se configura num espaço no qual àqueles que não possuem escolaridade podem viver de maneira satisfatória. São diversas as mudanças que atingem tanto a cidade quanto o campo, tornando-se necessário a profissionalização para acompanhá-las. É importante ressaltar que não se deve menosprezar os conhecimentos adquiridos por estes produtores rurais em suas experiências de vida, mas sim tentar conciliá-las à inserção de novas perspectivas de vida por meio de diferentes alternativas de produção como é o caso da fruticultura.

Quando se analisa a procedência dos produtores rurais, observa-se que majoritariamente são oriundos do meio rural (86,0%, conforme Figura 15), o que é facilmente explicável numa região que teve o seu processo de ocupação eminentemente pautado no setor agrário num período recente.

:

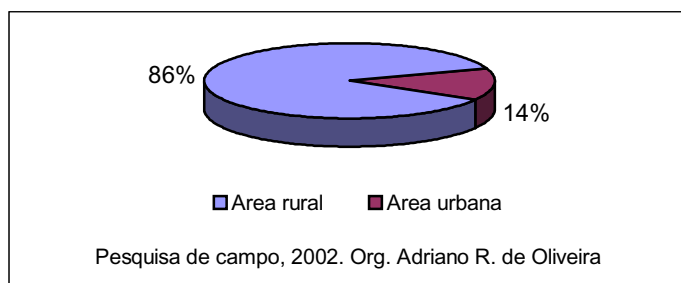


Figura 15: Local de residência anterior dos entrevistados

Quando se efetua esta mesma análise para o local de residência atual, verifica-se ainda a predominância dos produtores na área rural, com 71,0 %, conforme se observa na Figura 16.

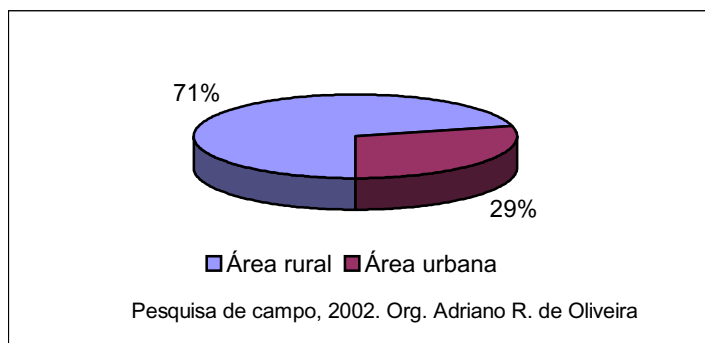


Figura 16: Local de residência atual dos entrevistados

Outro indicador utilizado para a obtenção de dados referentes ao produtor, foi a respeito da quantidade de propriedades que cada produtor possui e área ocupada pela soma total delas, visando a identificar o nível de capitalização dentre o conjunto de entrevistados.

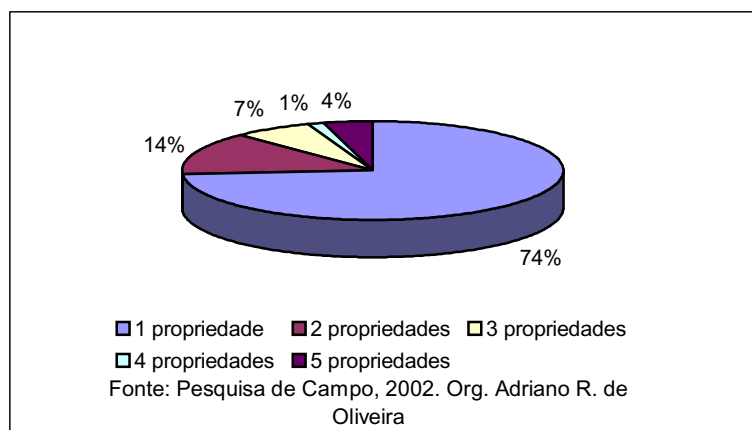


Figura 17: Número de propriedades rurais dos produtores entrevistados

Os dados da Figura 17 se referem a quantidade de propriedades rurais que os 73 produtores entrevistados detêm. Dentre os entrevistados, 54 possuem apenas 1 (uma) propriedade, perfazendo 74,0 % do total. Verifica-se desta forma que apenas 19 produtores possuem mais de uma propriedade, o que representa 26,0 % do total. Neste conjunto, 10 produtores (14,0%) possuem duas propriedades, 5 produtores (7,0%) possuem três propriedades, 1 fruticultor (1,0%) possui quatro propriedades e três produtores (4,0 %) possuem cinco propriedades rurais.

Na Figura 18, objetiva-se apresentar a soma da área total das UPAs onde é desenvolvida a fruticultura, no conjunto dos entrevistados.

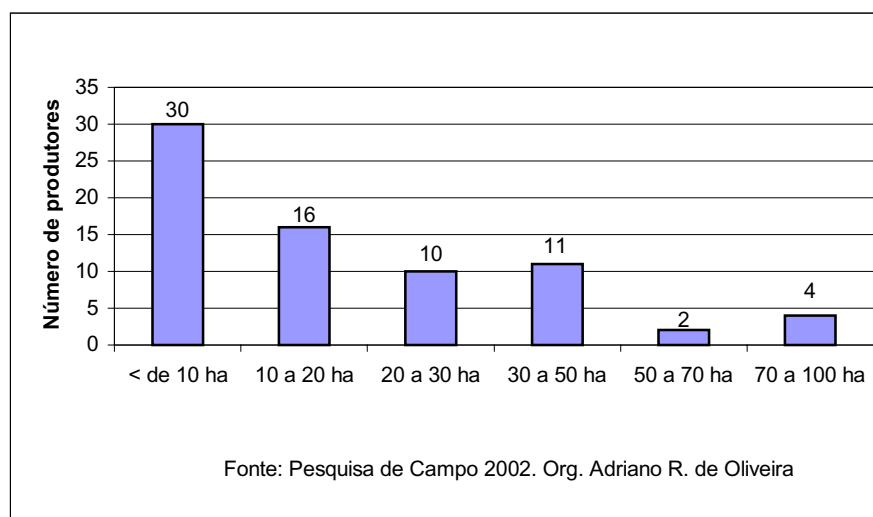


Figura 18: Soma da área total das UPAs onde é desenvolvida a fruticultura

Verifica-se que os estratos de área de propriedades que concentram o maior número de produtores são os que possuem menos de 50 hectares, perfazendo 91,7 % do total de

entrevistados. No contexto dos estratos com área inferior a 50 hectares, cabe destacar que 41,0 % dos produtores entrevistados possuem UPAs com área inferior a 10 hectares.

Tal quadro demonstra que a fruticultura vem sendo desenvolvida majoritariamente por produtores que possuem pequenas dimensões de área. Contudo, não se pode avaliar o nível de capitalização dos produtores rurais, restringindo-se apenas a dimensão de área uma vez que especialmente na fruticultura, uma pequena propriedade pode gerar um elevado valor de produção, demonstrando que nem sempre um pequeno proprietário pode ser considerado como pequeno produtor, o que inversamente também pode ser verdadeiro, pois, dependendo da atividade desenvolvida e inclusive da localização da propriedade rural, um grande proprietário pode ser considerado um pequeno produtor, embora detenha no direito de propriedade a possibilidade de especulação.

No âmbito dos produtores que desenvolvem a fruticultura especialmente naqueles mais especializados podem ser encontrados produtores que conseguem obter lucros elevados, especialmente no desenvolvimento da viticultura. Associado ao valor de produção obtido na condução do processo produtivo agrícola, é importante frisar a composição da força de trabalho utilizada. Assim, o elemento renda associado a composição da força de trabalho utilizada, servem como aspectos relevantes na classificação dos produtores rurais entrevistados.

A composição da renda dos fruticultores da Região de Dracena possui como importante elemento a previdência social por meio das aposentadorias rurais. Do total de 73 produtores entrevistados, 36,0 % são aposentados ou residem com algum familiar aposentado. Os dados acerca do contingente de aposentados pode ser melhor observado na Figura 19.

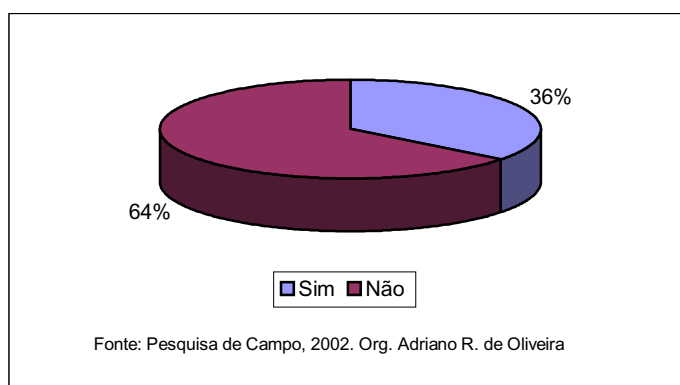


Figura 19: Presença de aposentados nas unidades produtivas pesquisadas (%)

A aposentadoria é bastante importante na composição da renda familiar, tendo em vista que em alguns casos essa fonte de renda serve até mesmo para subsidiar os custos do processo produtivo agrícola, embora esse percentual seja baixo no âmbito dos produtores que desenvolvem a fruticultura, naqueles produtores que praticam o cultivo de lavouras tradicionais, acabam encontrando na aposentadoria uma importante fonte de renda para a manutenção da família.

5.2 - Caracterização das condições de vida dos produtores rurais

Os dados obtidos neste item têm o intuito de efetuar uma caracterização genérica das condições de vida dos produtores rurais que desenvolvem a fruticultura, embora se saiba das limitações desta análise por se tratar de condições materiais subjetivas.

No âmbito das condições de moradia dos produtores, as Figuras 20, 21 e 22, demonstram, respectivamente, o tipo de material de construção utilizado, o tamanho médio das residências e o tempo médio de construção das casas dos 73 produtores entrevistados.

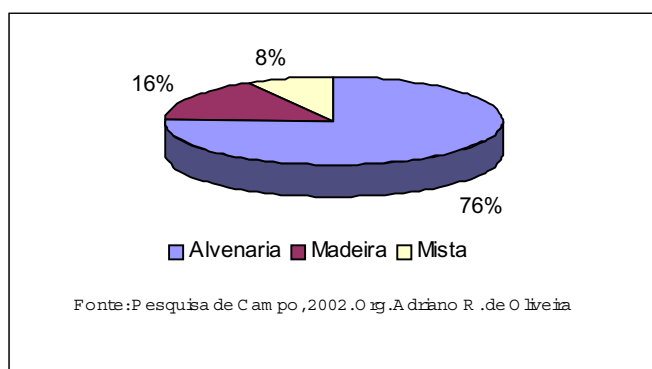


Figura 20: Material de construção da residência do produtor

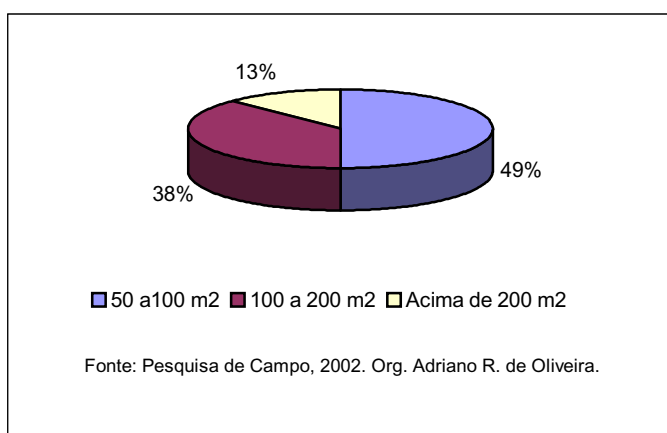


Figura 21: Tamanho médio da residência do produtor

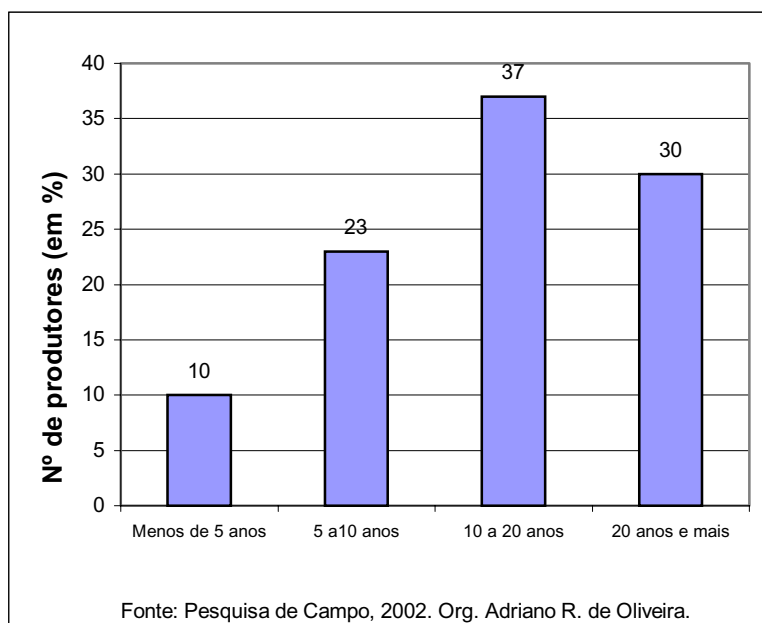


Figura 22: Tempo de construção da residência do produtor

Conforme pôde ser observado prevalece no conjunto de produtores entrevistados a existência de casas predominantemente de alvenaria (76,0%), com tamanho médio acima de 50 m² e, sobretudo com tempo de construção majoritariamente entre 10 e 20 anos de construção (37,0%). Tal quadro denota que via de regra, os produtores de frutas têm tido condições de moradia semelhantes e até mesmo superior a pessoas que mesmo pertencendo a mesma esfera de classe social, desenvolvem atividades econômicas em outros setores da sociedade.

Do ponto de vista dos bens de consumo duráveis disponíveis, nota-se a seguinte situação para o conjunto de produtores entrevistados:

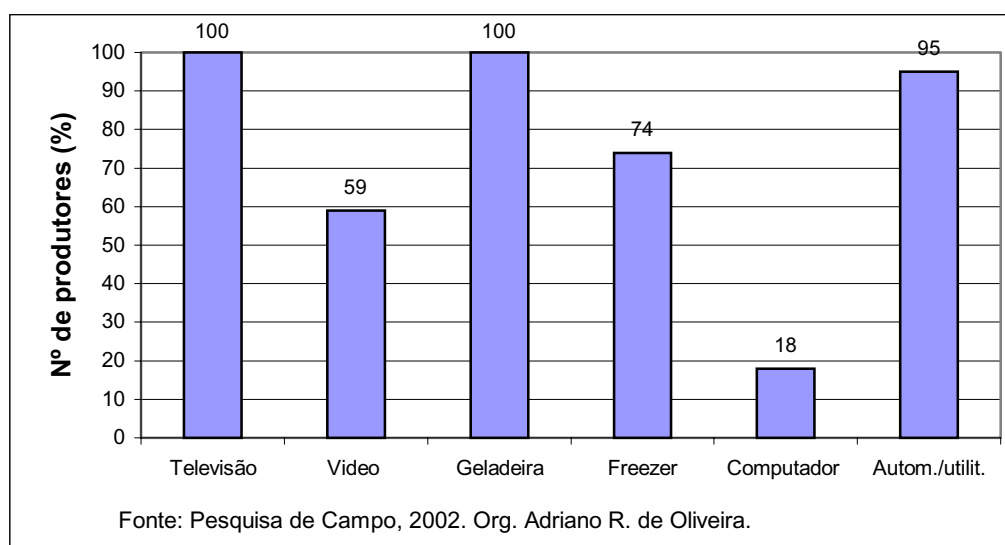


Figura 23: Bens de consumo duráveis disponíveis aos entrevistados

Observa-se pela Figura 23, que os dois itens que todos os produtores dispõem são televisão e geladeira. Dentre os outros itens, 59,0% (43) produtores possuem vídeo cassete; 74,0% (54) possuem freezer, 18,0% (13) possuem computador e 95,0% (69) possuem veículo.

A partir das condições gerais de moradia e dos bens de consumo duráveis que os produtores rurais dispõem, pode-se afirmar que estes têm tido acesso a praticamente todas as condições infra-estruturais que comumente são associadas ao cotidiano urbano. Considerando que 71,0% dos produtores residem nas UPAs, ou seja no espaço rural, pode-se afirmar que a fruticultura tem propiciado do ponto de vista material um modo de vida semelhante ao vivenciado no espaço urbano.

5.3 - Caracterização do processo de produção nas Unidades de Produção de Agropecuária que desenvolvem a fruticultura

Busca-se nesse item caracterizar as formas de exploração e de utilização das terras, as principais culturas desenvolvidas anteriormente à inserção da fruticultura, a produção agrícola atual e sua destinação final, a produção pecuária e sua destinação final e as principais formas de escoamento da produção.

No âmbito da condição de exploração das terras, verifica-se pela Figura 24 que 41,0% dos produtores (30 entrevistados) desenvolvem as suas explorações agrícolas em área de até 10 hectares, sendo que a maior área cultivada não ultrapassa o estrato de 70 a 100 hectares, sendo explorada por 5,0 % dos produtores.

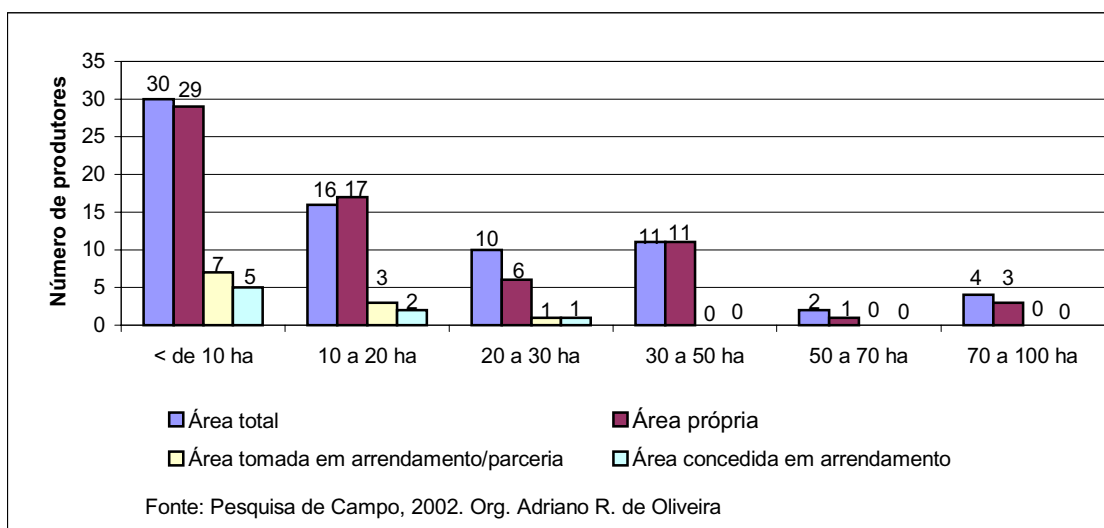


Figura 24: Condição de exploração das terras pelos produtores entrevistados

Esse quadro denota a predominância da fruticultura naquelas propriedades que no período de 1950 a 1980, tinham a cafeicultura como principal atividade, conforme foi demonstrado no processo histórico de ocupação da região.

No contexto de utilização das terras, pode-se ter uma melhor visão a partir dos dados da Tabela 14:

Tabela 14: Utilização das terras nas UPAs dos produtores (área em ha)												
	Menos de 10		10 a 20		20 a 30		30 a 50		50 a 70		70 a 100	
	Nº de prod.	Área	Nº de prod.	Área	Nº de prod.	Área	Nº de prod.	Área	Nº de prod.	Área	Nº de prod.	Área
Lav. Permanentes	56	237	9	125	1	24	3	117	1	56	1	73
Lav. Temporárias	13	28	1	11	1	30	-	-	-	-	-	-
Pastagens	28	105	10	140	8	209	4	154	4	242	-	-
Veget. Nat. e Reflor.	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Org. Adriano R. de Oliveira.

Verifica-se pelos dados da Tabela 14 a expressividade da área ocupada com lavouras permanentes, sobretudo nos estabelecimentos que possuem área com até 20 hectares. Tal situação demonstra a relevância da fruticultura em propriedades de pequenas dimensões tendo em vista a possibilidade de maximização do espaço e a geração de elevado valor de produção por hectare.

No intuito de avaliar a hipótese de que grande parte dos produtores que atualmente desenvolvem a fruticultura anteriormente eram vinculados à cafeicultura, efetuou-se este questionamento junto aos produtores. Os resultados obtidos podem ser melhor observados na Figura 25.

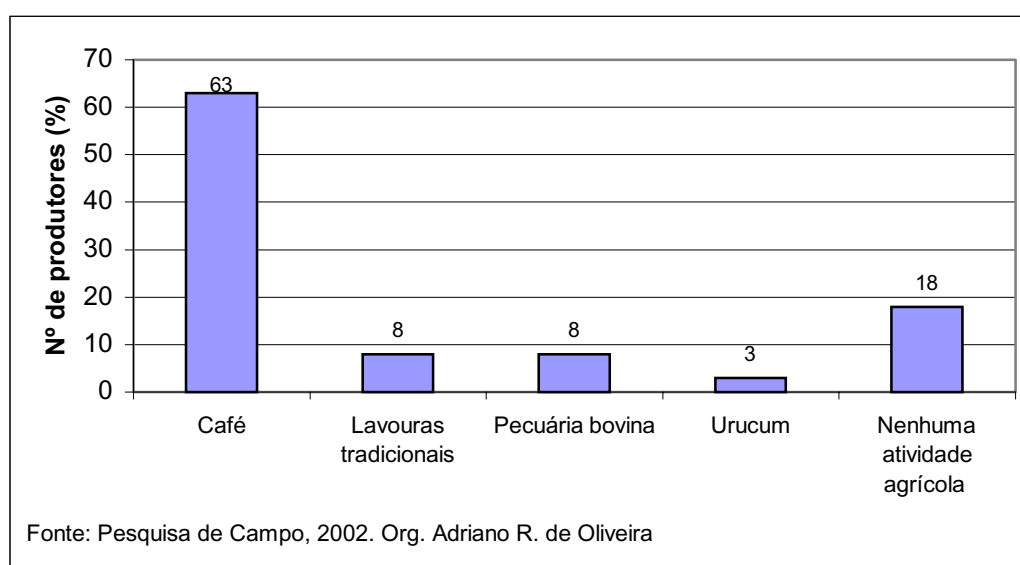


Figura 25: Principal atividade desenvolvida antes da fruticultura

Assim, conforme se observa na Figura 23, 63,0 % dos produtores anteriormente tinham a cafeicultura como principal atividade agrícola e 8,0 % que desempenhava o cultivo de outras atividades tradicionais³³. Deste modo, a hipótese inicialmente formulada, pôde ser confirmada por meio da investigação empírica, onde se constatou que os atuais produtores de frutas desenvolviam anteriormente, sobretudo a cafeicultura.

Quanto ao tempo que estes produtores vêm desenvolvendo a fruticultura, os dados podem ser observados na Figura 26.

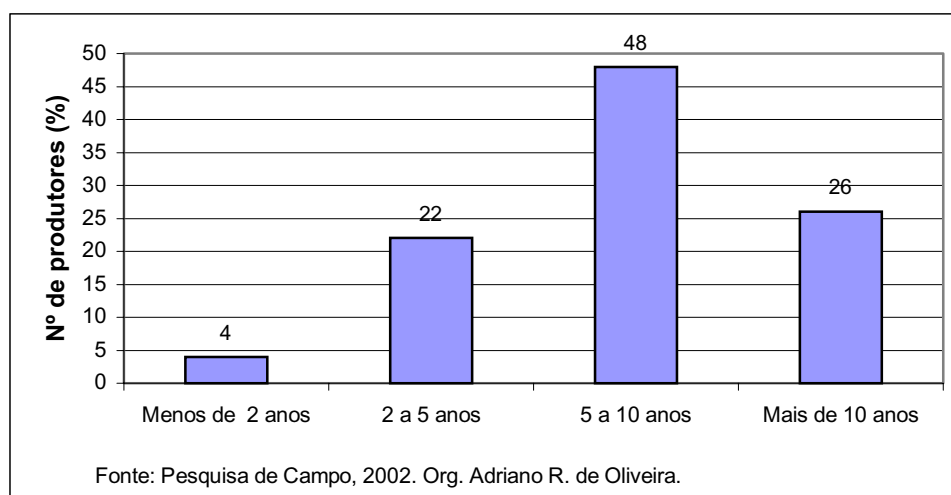


Figura 26: Tempo de cultivo da fruticultura nas UPAs

Nota-se pela análise da Figura 26 que 48,0 % dos produtores, desenvolvem a fruticultura há mais de 5 e menos de 10 anos. Os produtores que desenvolvem a atividade há mais de 10 anos totalizam 26,0 % do total e são àqueles que cultivam, sobretudo a uva, primeira atividade frutícola implantada na região.

No contexto das atividades agrícolas que se destacam no universo de produtores entrevistados, os dados obtidos foram sistematizados por ordem de valor de produção bruto anual gerado por cada atividade, número de produtores que as desenvolvem e a área ocupada, conforme pode ser observado na Tabela 15.

³³ Entende-se por lavouras tradicionais, atividades como o algodão, amendoim, feijão, etc., que tiveram expressividade na região consorciadas ao cultivo do café. Tais culturas eram muito conhecidas na época como “lavouras brancas”. É importante frisar que mesmo, àqueles que tinham como principal atividade a cafeicultura, também realizavam o cultivo deste tipo de cultura.

Tabela 15: Área ocupada pelas principais lavouras, número de produtores e valor bruto de produção anual

Atividade	Nº de produtores	Área ocupada (em ha)	Renda (em R\$)	Rendimento/hectare (em R\$)
Uva	39	125	1.979.550	15.836
Acerola	20	33	248.700	7.536
Ponkã	8	39	208.780	5.353
Café	37	168	92.400	550
Maracujá	11	11	60.780	5.525
Coco	9	20	45.050	2.253
Banana	2	6	30.400	5.067
Seringueira	5	18	29.488	1.638
Abacaxi	1	5	20.000	4.000
Manga	14	108	17.115	158
Urucum	3	5	13.600	2.720
Pinha	7	16	12.750	797
Morango	1	0,5	12.000	24.000
Laranja	1	6	9.000	1.500
Goiaba	2	2,0	7.600	3.800
Palmito	1	0,5	7.500	13.000
Abacate	3	1,6	3.220	2.013
Limão	2	1	875	875

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Org. Adriano R. de Oliveira.

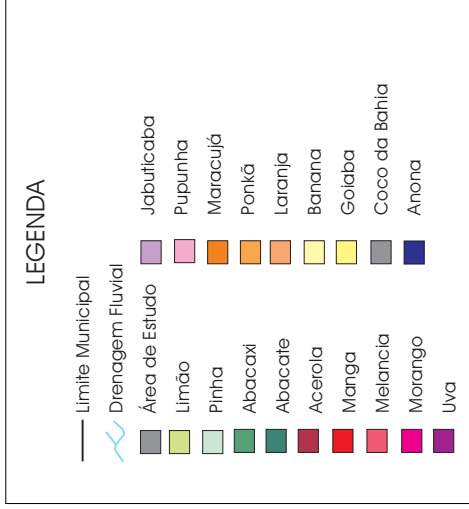
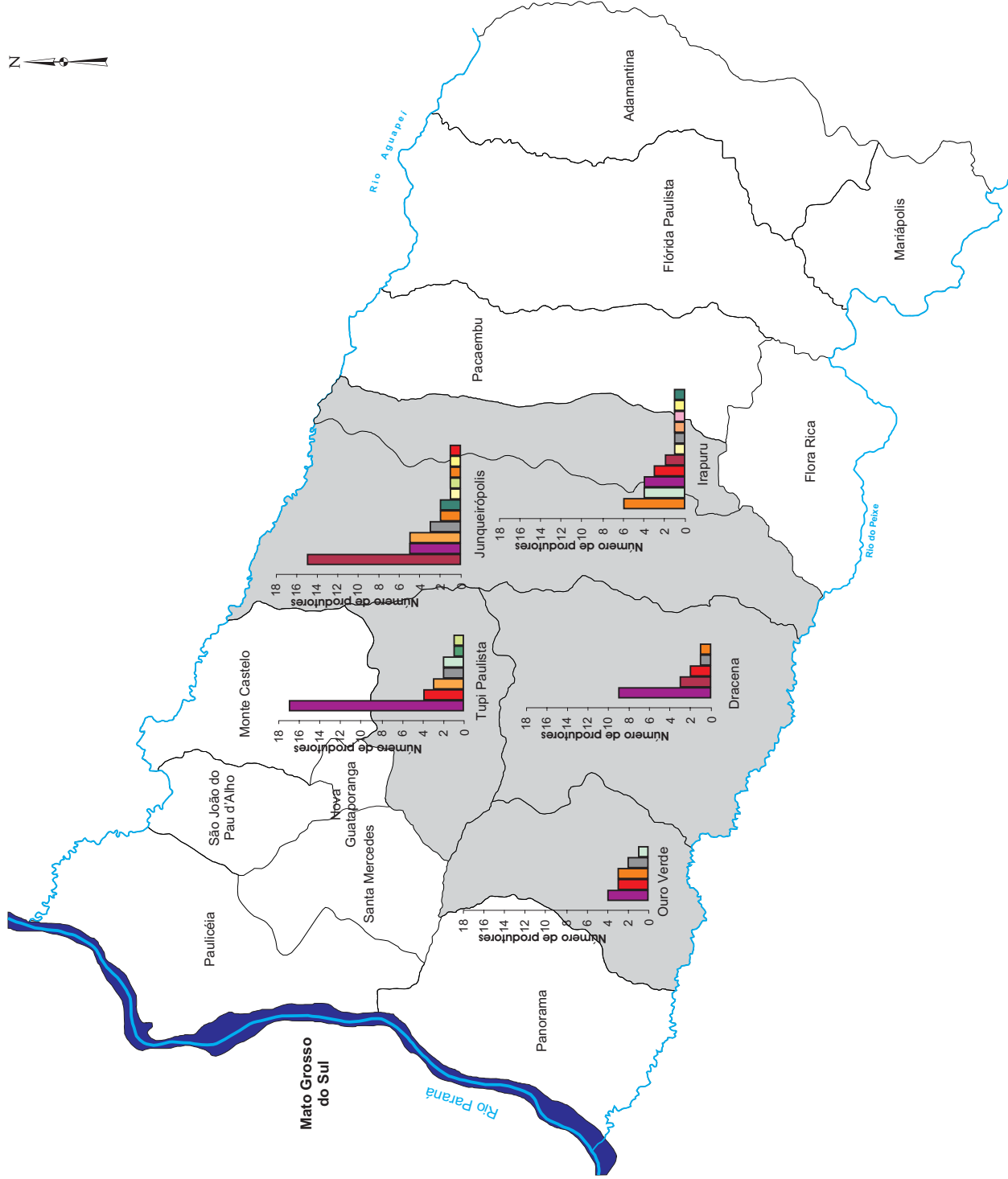
Nota-se pelos dados disponibilizados na Tabela 15 que a uva, consiste na atividade mais expressiva entre os produtores, destacando-se também o alto valor de produção gerado comparativamente, por exemplo, ao café que atualmente vem sistematicamente ganhando espaço na forma de plantio adensado, embora não esteja proporcionando renda satisfatória, conforme destacaram os produtores entrevistados. Faz-se necessário relembrar que a viticultura, conforme se ressaltou anteriormente, foi a primeira atividade frutícola a adquirir relevância na região a partir da década de 1970.

Outra cultura que vem se destacando é a acerola, haja vista que a região é a principal produtora deste produto no Estado de São Paulo, sendo que o município de Junqueirópolis produz o equivalente a 60,0 % da produção paulista, conforme informações disponibilizadas pelo presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis e pelo Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena. A expressividade adquirida pela acerola neste município está consubstanciada no bom desempenho de uma associação, que atualmente conta com 91 pequenos produtores associados.

É importante ressaltar que as demais culturas que compõem a Tabela 15, em sua maioria são implementadas por meio da diversificação da produção agrícola, característica bastante comum no conjunto de produtores entrevistados.

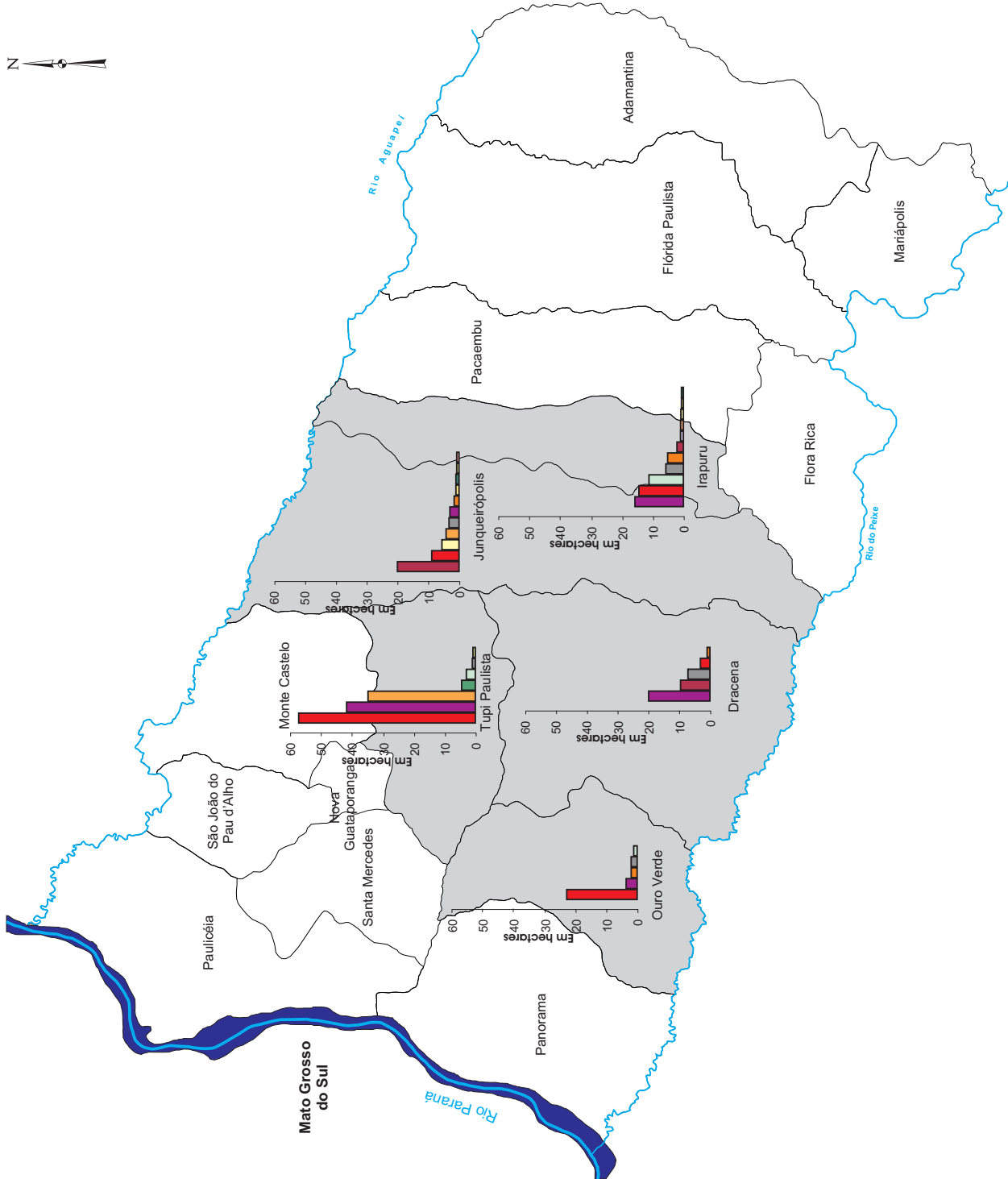
Para efeito de análise da distribuição espacial dos produtores entrevistados, foram elaborados os mapas das Figuras 27 e 28, visando caracterizar o número de produtores que desenvolvem cada tipo de atividade e área cultivada com frutas nos cinco municípios delimitados como área de estudo.

MAPA DO NÚMERO DE PRODUTORES ENTREVISTADOS E VARIEDADES DE FRUTAS CULTIVADAS



Escala: 1:240.000 8 km 4 km 0 4 km 8 km 12 km Orientador:	Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol	Desenhista: Adriana Oliva Alves
Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira	Figura: 27	Página: 88
Fonte: Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, Escala 1:200.000, In: Relatório Técnico, Conselho FEPIDRO nº 28/2000, 2001 e Pesquisa de Campo (2002).	Apoio Financeiro: UNESP	Instituição: unesp

MAPA DA ÁREA CULTIVADA COM FRUTAS PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS



LEGENDA

—

 Limite Municipal

Drenagem Fluvial

Área de Estudo

Limão

Pinha

Abacaxi

Abacate

Acerola

Manga

Melancia

Marango

Uva

Mamão

Maracujá

Ponkã

Laranja

Banana

Goiaba

Coco da Bahia



Escala: 1:240.000

8 km

4 km

0

4 km

8 km

12 km

Orientador:

Autor:

Adiriano Rodrigues de Oliveira

Desenhista:

Adriana Oliva Alves

Figura:

28

Página:

89

Instituição:

unesp

Fonte:

Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, Escala 1:200.000, in: Relatório Técnico, Contrato FEPIDRO nº 28/2000, 2001 e Pesquisa de Campo (2002).

Apoio Financeiro:

No âmbito do destino final da produção agrícola, pode-se observar pelos dados apresentados na Tabela 16, que as atividades desenvolvidas nas UPAs, são destinadas em sua maioria absoluta à comercialização.

Tabela 16: Destino da produção agrícola das lavouras desenvolvidas nas UPAs pesquisadas (%)

Atividade	Nº de produtores	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Abacaxi	1				100,0					100,0
Acerola	20	21,0	47,0	32,0						100,0
Banana	3	84,0					16,0			100,0
Cafê	37		0,6	74,0		0,4		25,0		100,0
Coco	9	46,0	20,0	31,0	3,0					100,0
Pinha	7	100,0								100,0
Laranja	1	100,0								100,0
Limão	2	100,0								100,0
Manga	14	77,0							23,0	100,0
Maracujá	11	89,0		11,0						100,0
Uva	39	97,0	3,0							100,0
Seringueira	5	3,0		97,0						100,0
Urucum	3	53,0	47,0							100,0
Ponkã	8	88,0			5,0				7,0	100,0
Algodão	1							100,0		100,0
Goiaba	2	38,0			31,0		31,0			100,0
Abacate	3	100								100,0
Morango	1		33,0		33,0		33,0			100,0
Palmito	1				100,0					100,0

A- Venda p/ intermediários. B- Venda na associação. C- Venda para agroindústrias. D- Venda na feira. E- Utilização na UPA. F- Venda p/ supermercados. G- Armazenado. H- Não conseguiu vender.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Org. Adriano R. de Oliveira.

Observa-se pelos dados apresentados que o destino da produção agrícola da maioria dos produtores está subordinada à ação dos compradores/intermediários (vide coluna A da Tabela 16). Tal situação se configura no principal ponto de estrangulamento que vem afetando profundamente a fruticultura regional.

A figura do intermediário é entendida não somente como àquele agente que efetua a aquisição dos produtos agrícolas diretamente do produtor e repassa a produção para o mercado atacadista, mas também nos entrepostos da CEASA, que são espaços criados pelo próprio Estado, que acabam (re)criando agentes intermediários que se apropriam de parte significativa da renda gerada pela fruticultura. Sobre esse aspecto, Oliveira (1981) salienta que:

É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado do Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda a infra-estrutura necessária. A essência do processo é que enquanto critica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim comercialização. Sutileza à parte. Uma coisa é certa: nunca o Estado protegeu e deu tanta guarida a esse segmento social [...]. (p. 23-24).

É importante destacar que embora Oliveira (1981), esteja se referindo ao início da década de 1980, o papel da CEASA nesse início de século permanece praticamente inalterado em relação àquele período, e o pior, é que o capital comercial tem encontrado cada vez mais formas de se apropriar da renda territorial extraída dos produtores rurais por meio do monopólio da circulação, ou seja, na comercialização dos produtos agrícolas “[...] estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas”. (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Isso posto, será explicitado nesse momento, as formas de comercialização das principais frutas desenvolvidas na região. No caso específico da uva e do maracujá, verifica-se a presença de empresas de transportes que exercem a função de intermediários, na medida em que levam a produção em consignação aos entrepostos da CEASA das capitais dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É importante frisar que no caso da uva produzida na região, por se constituir em cultivares de consumo *in natura* (uva fina de mesa), possui boa aceitabilidade na região sul do país, tendo em vista que a uva produzida naquela região é destinada ao processamento industrial, ou seja, enquanto na região de Dracena se desenvolve a viticultura, naquela região a atividade relevante é a vinicultura. Desta forma, as empresas transportadoras auferem grandes lucros ao transportar a produção em consignação com destino aos entrepostos da CEASA desses estados.

No âmbito da acerola, verifica-se a menor presença de intermediários (21,0%), por se tratar de uma atividade destinada ao processamento industrial. Isto ocorre pela atuação das duas agroindústrias processadoras na região (Fruteza e Poder Fruit), e em virtude da associação agrícola exercer importante papel na comercialização do produto, tanto no âmbito regional quanto fora dele. O principal problema enfrentado pela atividade está vinculado a capacidade de armazenamento da produção, tendo em vista que a acerola é uma fruta que possui um tempo de maturação muito rápido, podendo se deteriorar facilmente. A fruta tem de ser processada rapidamente ou então congelada e transportada em caminhões refrigerados. É justamente neste contexto que o associativismo tem exercido um papel fundamental para o desempenho do cultivo desta cultura na região, haja vista, que é por meio da associação agrícola que os produtores conseguem efetuar o congelamento da produção.

A manga de consumo *in natura* tem enfrentado sérios problemas relacionados a comercialização. Conforme as informações obtidas, 23,0% da produção da última safra não foi comercializada por falta de compradores. A forma mais comum de comercialização desta fruta se dá pela ação de intermediários que adquirem o produto a preços irrisórios. Para se ter uma idéia da subordinação desta atividade aos intermediários basta observar na Tabela 16 que 77,0 % da produção é comercializada com estes agentes. Isto tem ocorrido na região mesmo com a presença das duas agroindústrias processadoras, haja vista que o cultivar *in natura* não se enquadra nos patamares de coloração e sabor necessários para a extração da polpa. Assim, no âmbito do cultivo da manga, estas empresas têm incentivado a implantação de pomares de manga de cultivares nativos como coquinho e burboun.

Deste modo, observa-se que o desenvolvimento da fruticultura na Região embora esteja propiciando a manutenção do pequeno produtor no meio rural, se constitui numa das formas de expansão do capitalismo no campo, tendo em vista que enquanto o produtor permanece como proprietário da terra, mas produzindo para o mercado, o capital se encarrega de se apropriar da renda no momento da circulação da produção. Tal processo é entendido por Martins (1981), como “sujeição da renda terra ao capital”, ou seja:

Na medida em que a expansão das relações capitalistas de produção não se dá necessariamente em todos os setores da produção agrícola, mas só em alguns (ela ocorre claramente nas fazendas de cana-de-açúcar, mas dificilmente se dá nos setores de produção de alimentos como feijão, milho, mandioca, uva, etc.), a noção de sujeição formal renasce como recurso para explicar um tipo de produção que não é pré-capitalista nem está organizado segundo os pressupostos característicos do modo capitalista de produção. Falta entretanto explicar como se dá a sujeição sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o lavrador seja expulso da terra.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, o que temos não é a sujeição formal do *trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. (MARTINS, 1981, p. 174-175).

Enfim, no que se refere a comercialização da produção agrícola na região, o grande problema a ser superado é a eliminação dos agentes intermediários. A alternativa vislumbrada para essa superação tem se configurado na organização coletiva por meio das associações agrícolas, considerando que ainda que não seja uma alternativa ao capital, tal prática de organização possibilita o fortalecimento dos produtores para que estes não sejam submetidos de forma totalmente fragilizada ao capital mercantil.

5.4 - Rendimento anual aproximado obtido nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)

A análise do rendimento anual aproximado pode ser constatada por meio dos valores de produção animal e vegetal, gerados pelas atividades desenvolvidas pelos produtores entrevistados.

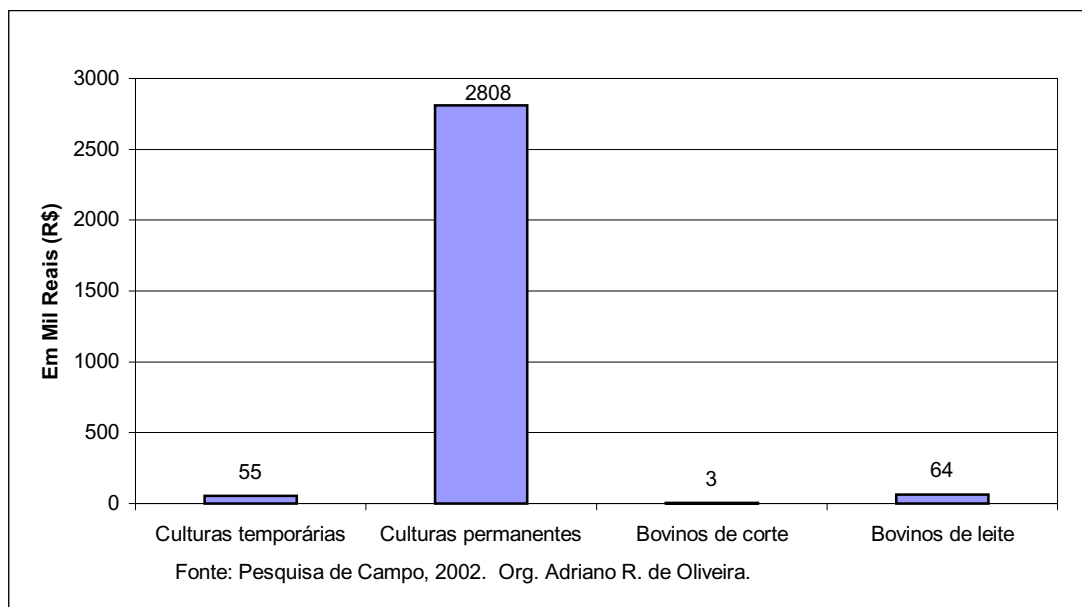


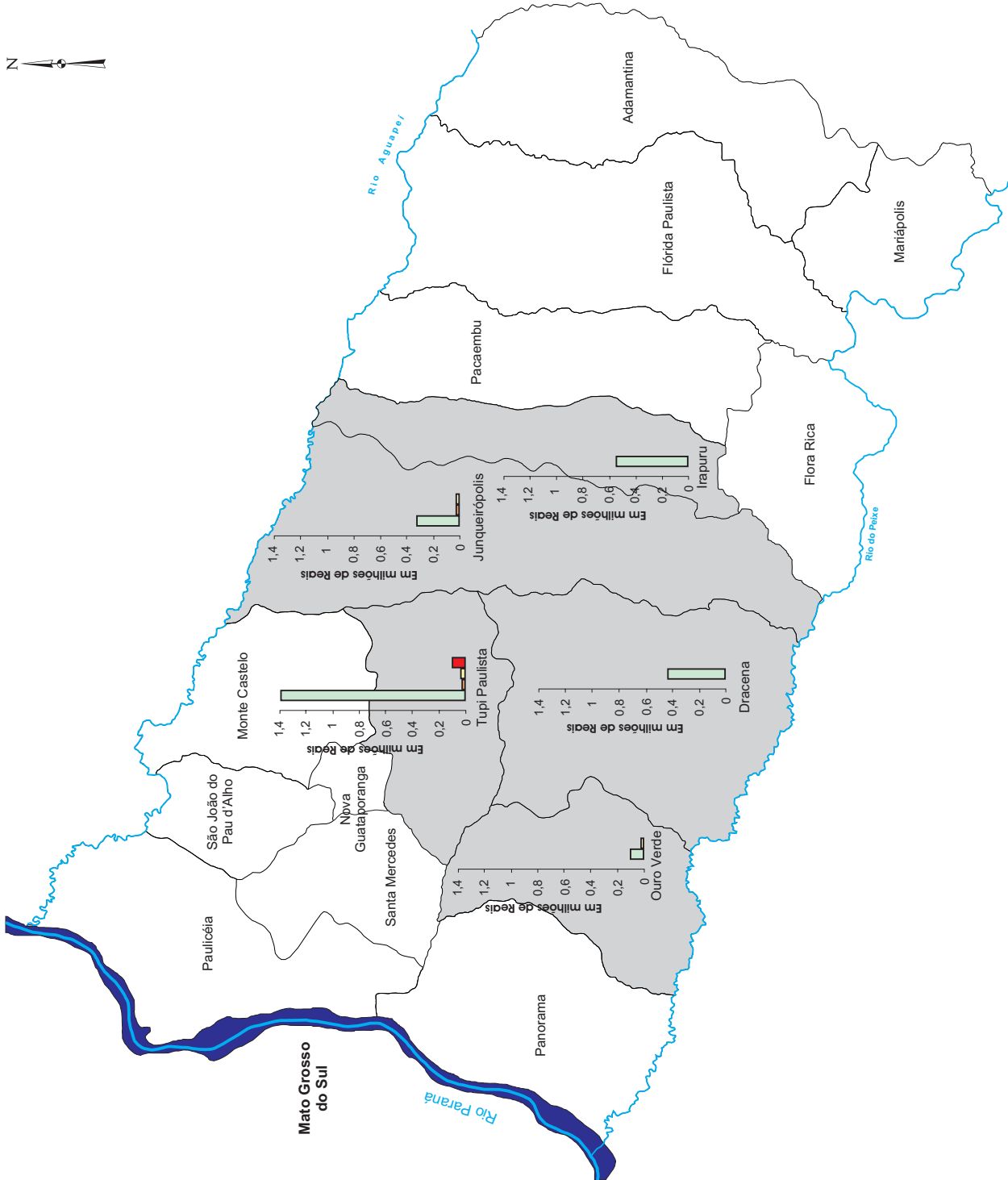
Figura 29: Valor de Produção Animal e Vegetal (Renda Bruta)

Verifica-se na Figura 29 que a renda bruta gerada somente pelas culturas permanentes, é responsável por 93,0 % do valor total. Ao se analisar a divisão entre valor de produção animal e valor de produção vegetal, constata-se que a produção vegetal é responsável por 94,0 % e a produção animal é responsável por apenas 6,0 % do total, no conjunto de produtores entrevistados.

Se esta mesma análise for empreendida considerando a área ocupada por cada uma destas atividades, notar-se-á que a área ocupada pela produção vegetal é de 563 hectares, ou seja, consideravelmente menor do que a produção animal que é de 642 hectares, o que corresponde, respectivamente a 47,0 % de área ocupada pela produção vegetal e 53,0 de área ocupada pela produção animal. A partir deste quadro pode-se inferir que a rentabilidade proporcionada pelo cultivo da fruticultura é amplamente superior àquela gerada pelas atividades de caráter mais extensivo, como é o caso da pecuária bovina.

Os dados acerca do valor de produção animal e vegetal disponibilizados pelos produtores entrevistados, foram sistematizados por município conforme pode ser observado na Figura 30.

MAPA DO VALOR DE PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL OBTIDO PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS



LEGENDA

—

 Limite Municipal

Drenagem Fluvial

Área de Estudo

Culturas permanentes

Culturas temporárias

Bovinos de leite

Bovinos de corte

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Escala: 1:240.000

8 km

4 km

0

4 km

8 km

12 km

Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespagnol

Fonte: Base Georreferenciada das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, Escala 1:200.000, In: Relatório Técnico, Conselho FEPIDRO nº 28/2000, 2001 e Pesquisa de Campo (2002).

Desenhista: Adriana Oliva Alves

Apelo Financeiro: FAPESP

Figura: 30

Página: 94

Instituição: unesp

5.5 - Força de trabalho utilizada pelos produtores entrevistados

A análise da força de trabalho utilizada pelos produtores entrevistados denota o potencial que a fruticultura possui de absorção da mão-de-obra familiar, possibilitando a reprodução social das famílias. Por outro lado, verificar-se-á também a capacidade desta atividade em gerar empregos permanentes e temporários.

As informações levantadas foram sistematizadas e podem ser observadas a partir da Figura 31.

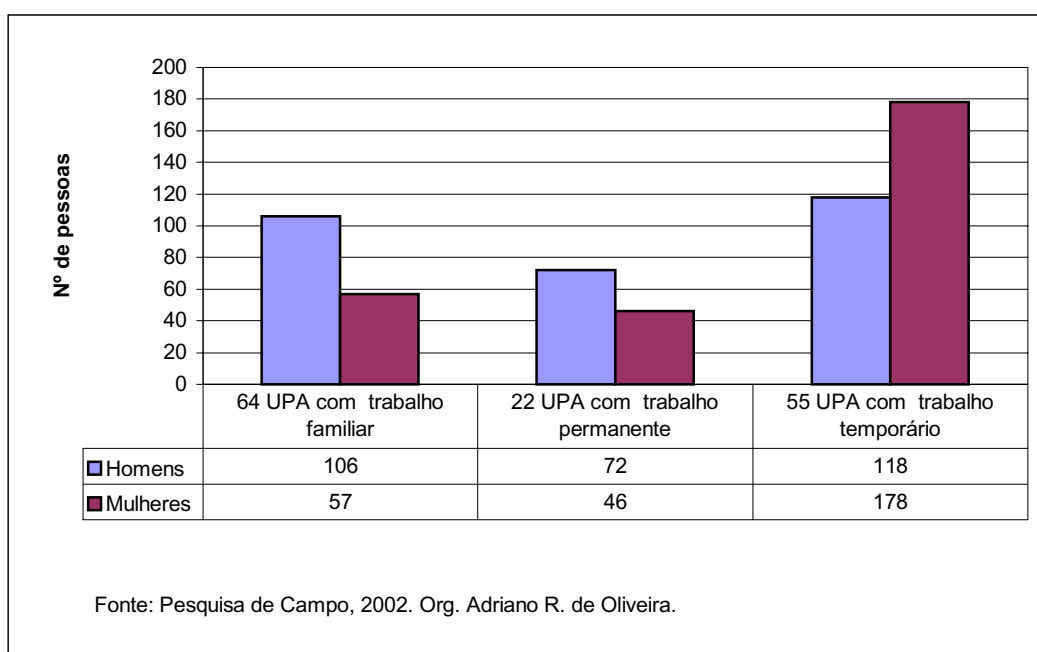


Figura 31: Força de trabalho utilizada pelos produtores entrevistados

Pela análise da Figura 31, pode-se constatar que dos 73 produtores entrevistados, 64 possuem como força de trabalho predominante o trabalho familiar, correspondendo a 88,0% do total. Nas UPAs destes produtores, trabalham efetivamente nas atividades agrícolas 106 homens e 57 mulheres, perfazendo em média 1,7 homens e 0,8 mulheres totalizando 2,5 pessoas da família por UPA.

No que se refere a utilização de trabalho assalariado permanente, dos 73 produtores entrevistados, 22 utilizam trabalho assalariado, correspondendo a 30,0 % do total. Estes produtores contratam os trabalhos de 72 homens e 46 mulheres, perfazendo uma média de 3,3 homens e 2,1 mulheres, totalizando uma média de 5,4 pessoas assalariadas nas 22 UPAs que possuem este tipo de relação de trabalho.

Quanto a utilização de força de trabalho temporária, dos 73 produtores entrevistados, 55 contratam trabalhadores temporários, o que corresponde a 75,0 % do

total. Estes produtores contratam em média a força de trabalho de 118 homens e 178 mulheres, correspondendo a uma média 2,1 homens e 3,3 mulheres, totalizando uma média de 5,4 por UPA.

É importante destacar que este número elevado de trabalhadores temporários, se dá em virtude da demanda no período de colheita da acerola e uva, face ao caráter perecível destas frutas. Normalmente estas pessoas são empregadas num período de três a cinco meses ao ano. Um aspecto interessante da fruticultura é a absorção da força de trabalho feminina nos tratos culturais e colheita. Especificamente no caso da uva, os produtores enfatizam que preferem contratar as mulheres, por serem estas mais cuidadosas nos tratos culturais. Na Figura 32, tem-se uma dimensão das atividades que demandam o maior número de mão-de-obra temporária.

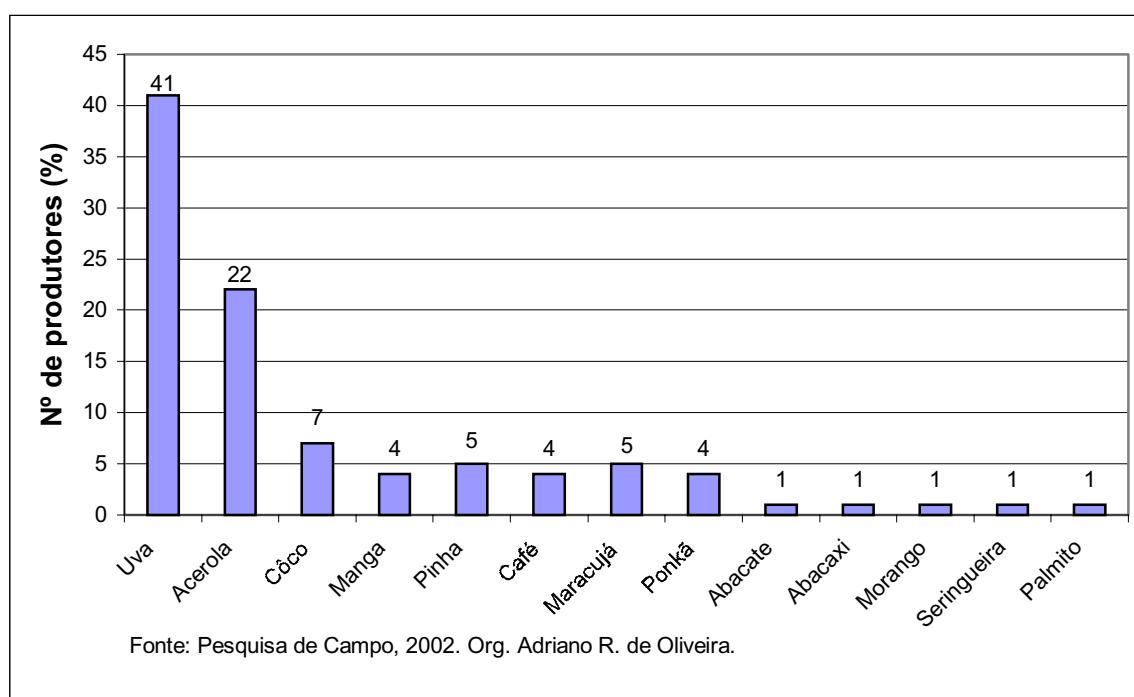


Figura 32: Número de produtores entrevistados que contratam força de trabalho temporária, segundo as lavouras cultivadas

5.6 - Instrumentos de produção disponíveis nas UPAs

Analisando os instrumentos de produção disponíveis aos produtores entrevistados, pode-se avaliar as diferentes formas de acesso às novas técnicas de cultivo na fruticultura regional.

A análise será efetuada no contexto dos diferentes estratos de área, visando a compreender se existem grandes disparidades entre os produtores que possuem áreas de pequenas dimensões e àqueles que possuem áreas maiores. É importante assinalar que em todas as UPAs entrevistadas não existe área superior a 100 hectares, desempenhando a atividade frutícola.

As informações acerca dos instrumentos de produção disponíveis podem ser melhor visualizadas na Figura 33.

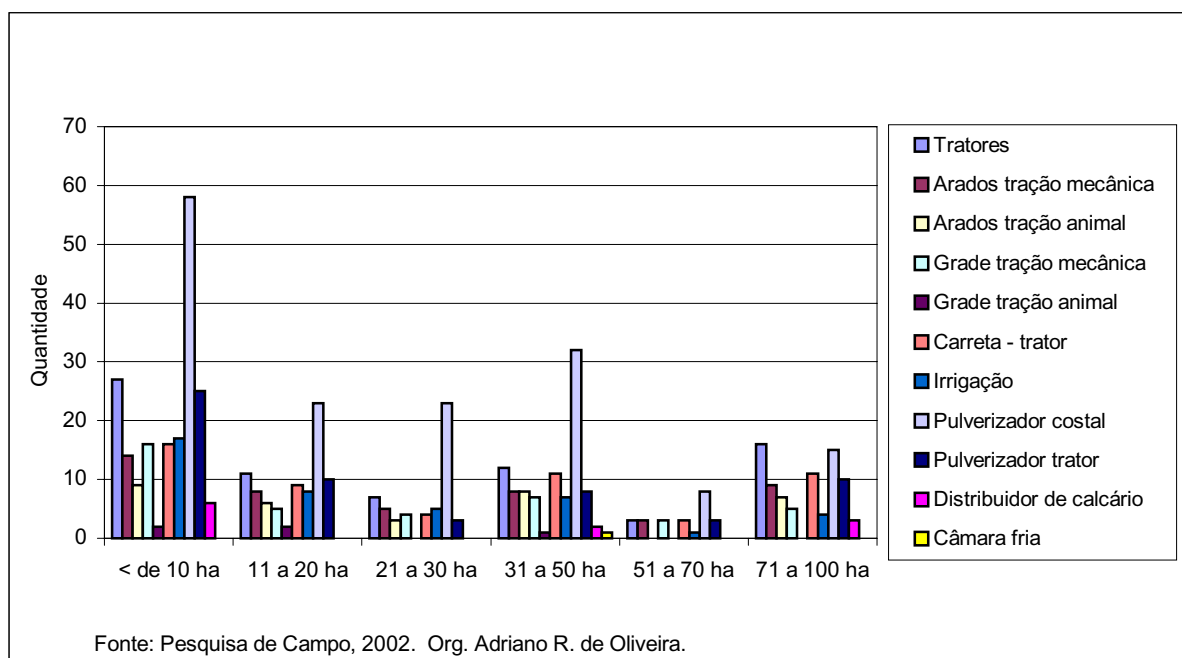


Figura 33: Instrumentos de produção disponíveis aos produtores entrevistados

Constata-se a partir dos dados que não existem grandes disparidades entre os produtores, apesar de que *a priori* se tem a impressão de que os produtores com área menor de 10 hectares possuem relativamente uma quantidade maior de instrumentos de produção. Contudo se a análise for empreendida considerando a relação número de equipamentos com o número de produtores apreende-se uma realidade um pouco mais homogênea.

A critério de exemplificação realizar-se-á neste momento uma análise detalhada do índice de tratorização nas UPAs entrevistadas. Assim este índice é de 1,35 nas UPAs com menos de 10 ha; 1,22 nas UPAs de 10 a 20 ha; 1,16 nas UPAs de 20 a 30 ha; 1,50 nas UPAs de 30 a 50; 1,50 nas UPAs de 50 a 70 e 4,0 nas UPAs de 70 a 100 ha. Desta forma, verifica-se que não há grandes disparidades dentre os produtores entrevistados com exceção do estrato de 70 a 100 ha que possui um índice bem mais elevado.

Tal realidade se repete para os demais tipos de implementos agrícolas nos seis estratos de área que compõem as UPAs dos produtores entrevistados. Assim, pode-se inferir que no universo de produtores entrevistados, a relação que comumente se faz de que, nas áreas com maiores dimensões, os produtores são mais capitalizados ao passo que nas áreas de pequenas dimensões estes são menos capitalizados; não pode ser afirmada.

Conclui-se que um pequeno proprietário pode obter uma renda elevada, mesmo cultivando em pequenas dimensões. Do mesmo modo, um grande proprietário (embora não se tenha grandes UPAs desenvolvendo a fruticultura), pode obter uma renda elevada ou não; dependendo do tipo de atividade desempenhada. Deste modo, um pequeno proprietário pode ser até mesmo considerado um grande produtor, isso dependerá estritamente do tipo de cultura desenvolvida na UPA.

Uma análise mais coerente que se pode fazer eventualmente, a critério de classificação, seria avaliar se a força de trabalho predominante é familiar ou assalariada, associado ao rendimento médio gerado por hectare cultivado. Ou seja, a compreensão da dinâmica da UPA a partir das relações de trabalho e da renda obtida em seu interior.

5.7 - Utilização de irrigação pelos produtores

A utilização de irrigação pelos produtores entrevistados, consiste num indicador de grande relevância para a produção frutícola, tendo em vista que pelo seu caráter intensivo, é praticamente impossível desenvolver algumas culturas sem dispor desta técnica de produção.

Neste sentido, a análise empreendida busca avaliar a quantidade de produtores que utilizam a irrigação, o tipo de irrigação, o tamanho da área irrigada, tipo de cultura irrigada, a procedência da água utilizada, a fonte de energia e o custo mensal de irrigação.

A proporção de produtores entrevistados que utilizam a irrigação pode ser visualizada na Figura 34.

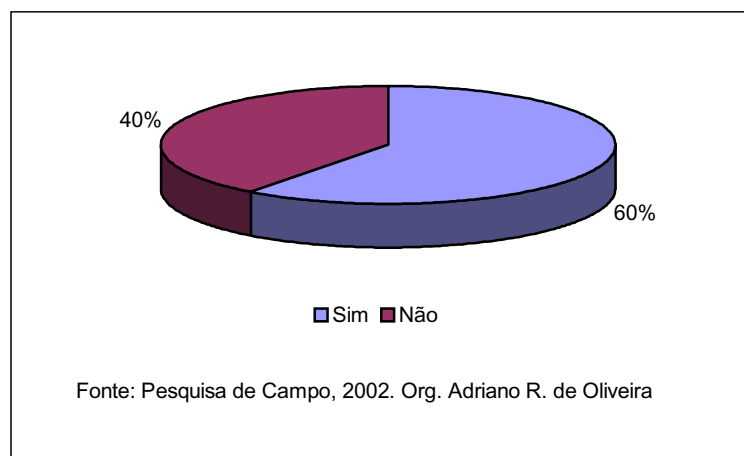


Figura 34: Percentual de produtores que utilizam irrigação

Observa-se pela Figura 34 que 60,0 % dos produtores entrevistados utilizam algum tipo de irrigação, o que representa 44 UPAs. Os produtores que desempenham as suas atividades sem técnicas de irrigação, desenvolvem via de regra, o cultivo da acerola, e salientaram que tal atividade usualmente não requer tais cuidados. Sabe-se, entretanto, que em se tratando de atividade agrícola, seja ela qual for, e principalmente a fruticultura, a implantação de técnicas de irrigação é extremamente relevante, proporcionando inclusive melhoria na qualidade do produto final.

Dentre os produtores que utilizam irrigação, os tipos utilizados são: aspersão, micro-aspersão e gotejamento, conforme pode ser observado na Figura 35:

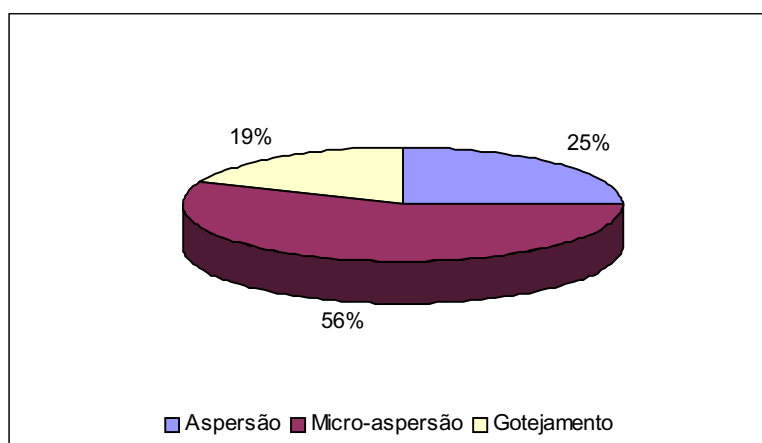


Figura 35: Tipo de irrigação utilizado pelos produtores

Nota-se pela Figura 35, que há a predominância da irrigação por aspersão e micro-aspersão, sobretudo na cultura da uva. De acordo com os produtores de uva, este tipo de irrigação é o mais eficiente para o cultivo da uva tendo em vista o sistema radicular das

plantas. Sabe-se, entretanto que este tipo de irrigação além de provocar o desperdício de água, pode acarretar a incidência de doenças provocadas por fungos.

No que se refere a área média irrigada nas UPAs dos produtores entrevistados, as informações coletadas podem ser observadas na Figura 36.

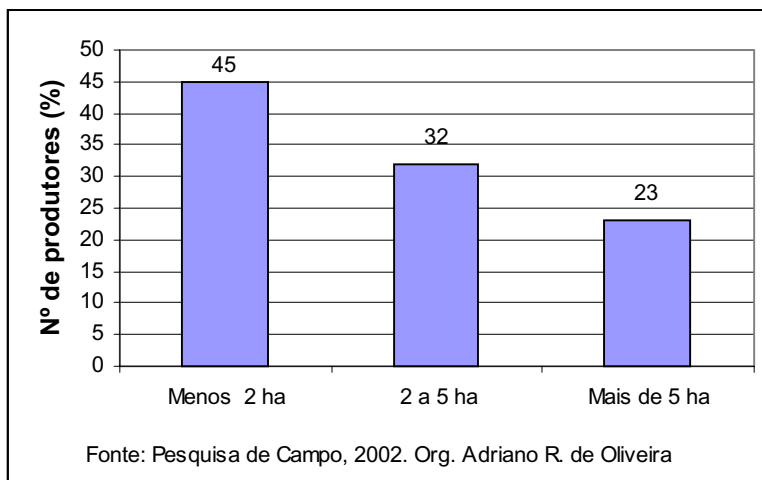


Figura 36: Tamanho da área irrigada nas UPAs dos produtores entrevistados

Verifica-se pela Figura 36, que do total de UPAs que possuem áreas irrigadas, 45,0% possuem área inferior a 2 hectares, 32,0 % possuem área de 2 a 5 hectares e 23,0 % possuem área irrigada maior que 5 hectares. É importante frisar que este percentual foi elaborado com base no total de unidades produtivas que utilizam irrigação, que representaram 44 produtores entrevistados.

Dessas áreas irrigadas, na Figura 37 é possível visualizar as principais lavouras irrigadas.

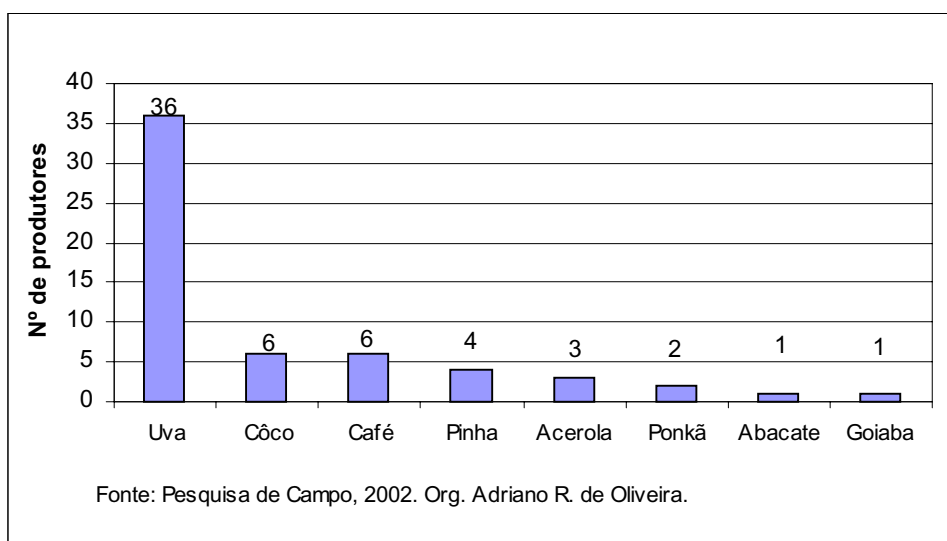


Figura 37: Lavouras irrigadas pelos produtores entrevistados

Observa-se que a uva é a principal atividade que demanda irrigação na região no conjunto das UPAs entrevistadas, seguida pelo coco e o café. No caso da acerola, segunda cultura em termos de valor de produção gerada dentre as UPAs entrevistadas, constata-se a utilização de irrigação em apenas 3 UPAs. Conforme informações disponibilizadas pelos produtores, a acerola é uma cultura que não demanda muitos tratos culturais, sendo que a irrigação somente pode ser efetuada no período de entressafra.

A procedência da água utilizada na irrigação pode ser visualizada na Figura 38.

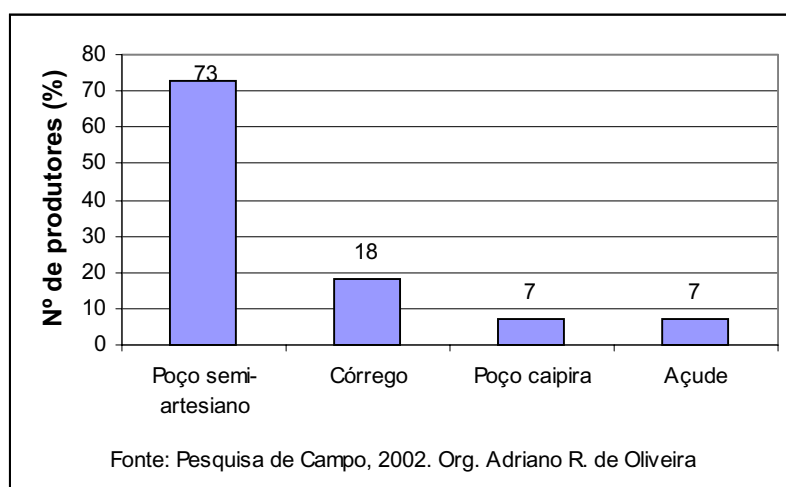


Figura 38: Procedência da água utilizada na irrigação pelos produtores entrevistados

Observa-se pela Figura 38, que a maioria absoluta (73,0%) dos produtores utiliza água proveniente de poços semi-artesianos. Grande parte desses poços foram e ainda vêm sendo construídos a partir da obtenção de financiamentos de investimento, sobretudo para o cultivo da uva.

Na Figura 39, é demonstrado o custo mensal da utilização de irrigação.

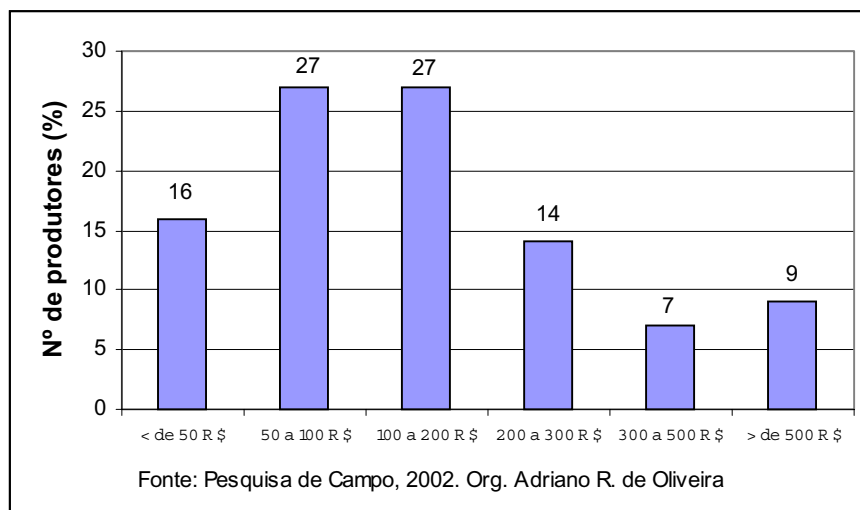


Figura 39: Custo mensal da irrigação em Reais (por UPA)

Verifica-se que a maior parte dos produtores que utilizam irrigação têm um custo médio de até 200 reais ao mês. É importante frisar que o maior gasto com irrigação está presente dentre os produtores que desenvolvem o cultivo da uva. Assim, é importante ressaltar que apesar da cultura da uva proporcionar um rendimento médio elevado, o custo de produção é comparativamente também bastante elevado, chegando a representar até 70,0 % do rendimento bruto.

5.8 - Utilização de insumos pelos produtores entrevistados

Neste item, realizar-se-á uma análise da quantidade de insumos utilizados pelos produtores entrevistados, visando a complementar as informações acerca dos tratos culturais desenvolvidos e do custo de produção da fruticultura.

Deste modo, foram coletadas informações acerca da utilização de fertilizantes químicos e orgânicos e da calagem dos solos.

A quantidade desses insumos pode ser visualizada na Figura 40.

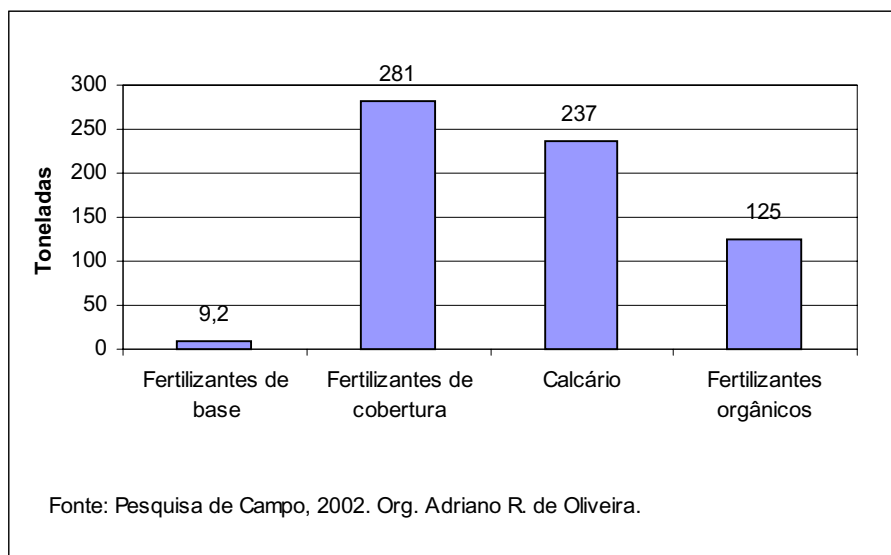


Figura 40: Quantidade de insumos utilizados pelos produtores entrevistados

A partir dessas informações pode-se constatar que a quantidade de fertilizantes de cobertura e calcário é bastante elevada. A prática de correção anual do solo é comum entre os produtores entrevistados, tendo em vista que a fruticultura é uma atividade que demanda tais tratamentos. Pelas informações obtidas, percebe-se o nível de conscientização acerca do assunto, haja vista que há uma grande preocupação em efetuar análises anuais do solo para que se evite o seu empobrecimento e também o desperdício de insumos. Assim, eles buscam aplicar a quantidade exata nas áreas onde há necessidade de correção do solo.

5.9 - Práticas de conservação ambiental utilizadas pelos produtores entrevistados

Busca-se neste item, avaliar o nível de conscientização dos produtores das UPAs pesquisadas. A análise será estabelecida a partir de dois indicadores que requerem atenção especial para que se possa ter um manejo ambiental adequado: manejo do solo e a destinação final dos vasilhames dos defensivos químicos utilizados. É importante destacar que o manejo do solo adequado é de grande relevância para a conservação dos recursos naturais (solos, rios, lençóis freáticos, etc.).

No que se refere a destinação dos vasilhames utilizados nas UPAs, as informações estão contidas na Figura 41.

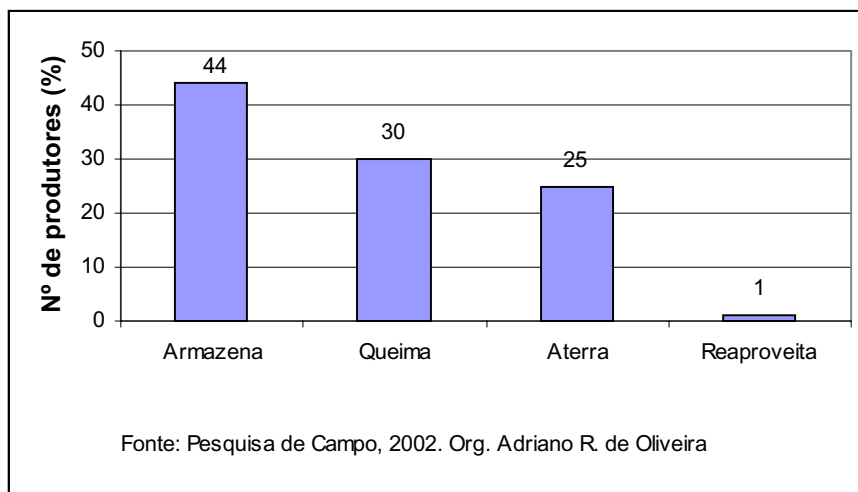


Figura 41: Destino dos vasilhames utilizados pelos produtores

O que pode ser observado na Figura 41 é que em 44,0% das UPAs os produtores armazenam os vasilhames conforme dispõe a legislação vigente para que os fornecedores de defensivos recolham os vasilhames depois de utilizados pelos produtores, visando evitar a contaminação dos solos e lençóis freáticos.

No restante das UPAs, 30,0% queimam os vasilhames, 25,0% aterram e 1,0% reaproveita na propriedade para o preparo dos defensivos granulados em líquidos para pulverizações.

No que se refere às técnicas de manejo do solo, obteve-se as informações apresentadas na Figura 42.

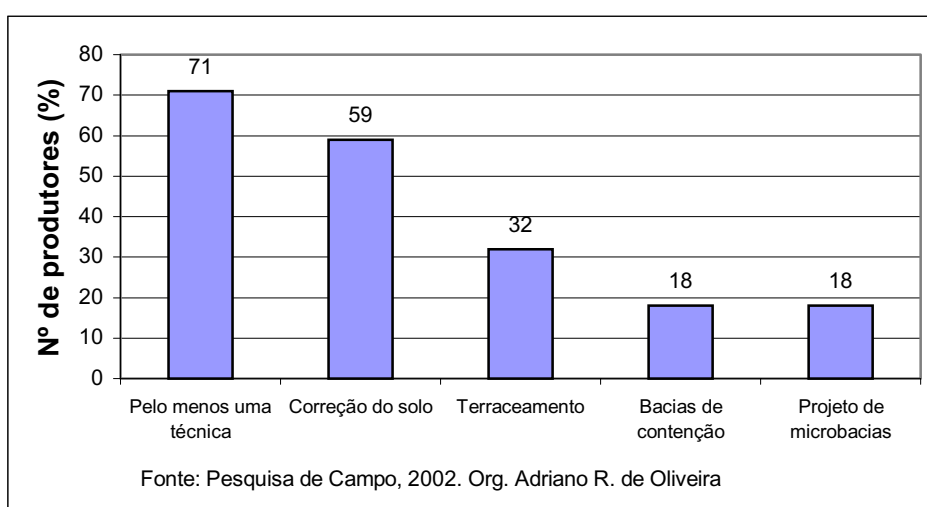


Figura 42: Adoção de técnicas de manejo do solo

A partir das informações apresentadas na Figura 42, constata-se que em 71,0% das UPAs pesquisadas é utilizada pelo menos uma forma de manejo do solo. Uma prática ambiental que está vem sendo implantada na região faz parte de um projeto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que está desenvolvendo o Programa de Microbacias Hidrográficas. Conforme as informações da Secretaria da Agricultura, o programa tem como meta amenizar e reverter a degradação do meio ambiente, promovendo técnicas preservacionistas e metodologias que produzam menor impacto sobre os recursos naturais, além de organizar os pequenos produtores, desenvolvendo estratégias que promovam a melhoria do padrão de vida e amenizem o quadro de pobreza e marginalização na qual encontram-se submetidos.

A implantação deste programa encontra-se numa fase incipiente, de forma que ainda não se pode fazer uma avaliação positiva. Nota-se que os produtores entrevistados estão desinformados sobre os reais objetivos do programa. Contudo, há preocupações em relação a melhoria da qualidade ambiental, principalmente em se tratando da conservação do solo e da proteção dos recursos hídricos.

5.10 - Obtenção de financiamento

A obtenção de financiamento consiste num dos principais pontos relacionados a fruticultura, tendo em vista que o cultivo de algumas culturas requer um alto investimento inicial para que se possa desenvolvê-la de forma satisfatória. Sendo assim, buscou-se analisar o acesso aos financiamentos de custeio e investimento por parte dos produtores das UPAs entrevistadas. As informações acerca do valor dos financiamentos para cada tipo de cultura podem ser melhor visualizadas na Figura 43.

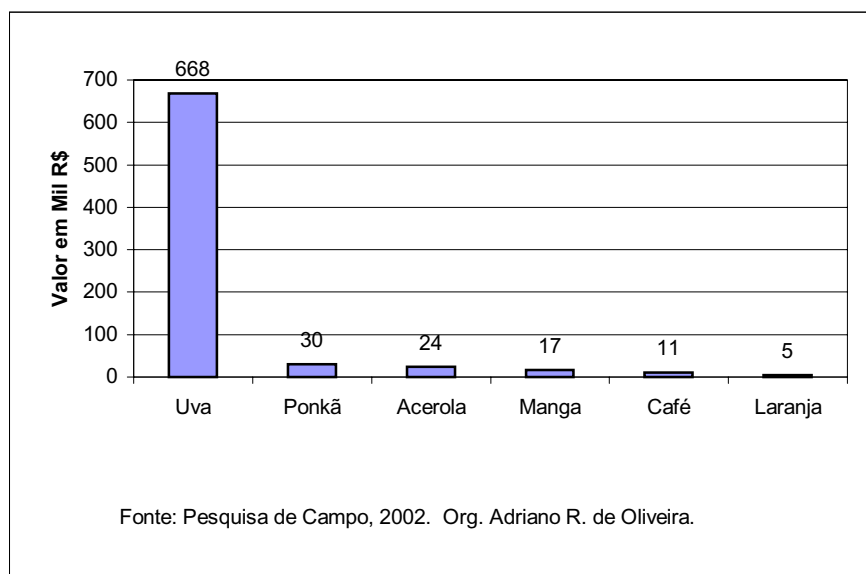


Figura 43: Soma do valor de financiamento de custeio obtido pelos produtores entrevistados

Observa-se pela Figura 43, a obtenção mais elevada de financiamento de custeio para o cultivo da uva. Deste modo, conforme já foi mencionado anteriormente, o desenvolvimento da viticultura, apesar de gerar um rendimento médio elevado, demanda altos investimentos. Neste sentido, na Figura 44 buscou-se demonstrar o número de produtores que utilizam o financiamento de custeio e a área financiada pelos produtores entrevistados.

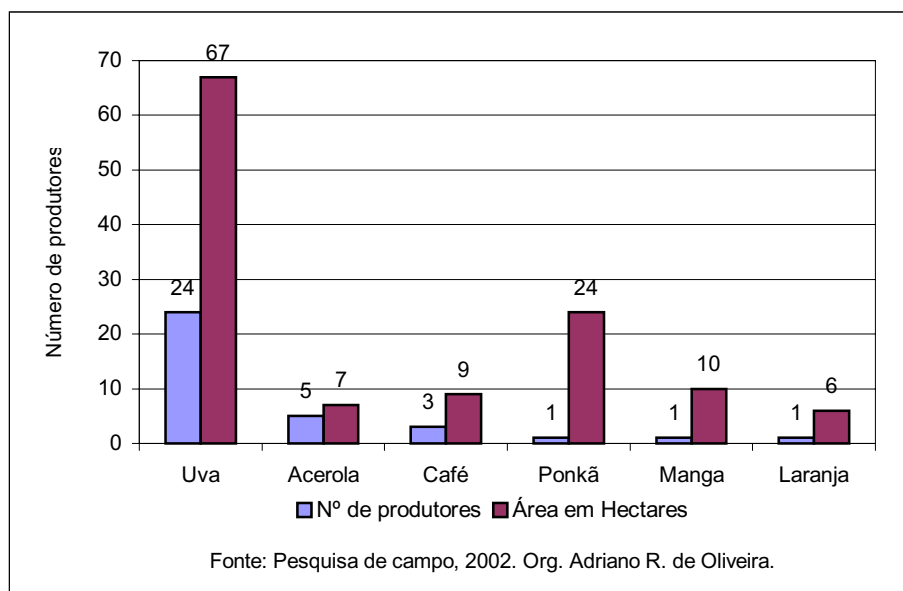


Figura 44: Quantidade de produtores e área em hectares com financiamento de custeio

Observa-se na Figura 44, o número elevado de produtores de uva que utilizam o financiamento de custeio. A acerola é a outra cultura que os produtores fazem o uso de financiamento de custeio, embora seja um número bem menor de produtores e também de área financiada. Vale assinalar que estas duas culturas são àquelas que proporcionam o maior rendimento médio por hectare, conforme foi observado anteriormente.

É importante destacar a insatisfação dos produtores em relação às políticas públicas para o desenvolvimento da fruticultura, tendo em vista que apesar desta atividade estar sendo desenvolvida basicamente em UPAs que predominam a agricultura familiar, a linha de crédito voltada para esse público - o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) apesar de ter uma taxa de juros mais baixa (4,5 % a.a) fornece o crédito de custeio de no máximo R\$ 5.000,00, valor não suficiente para suprir a demanda necessária para cobrir as despesas. Assim, via de regra, os financiamentos são obtidos em bancos privados, com juros médios de 8,75 % ao ano, somando ainda uma taxa que gira em torno de 2,0 % correspondente as tarifas bancárias e ao projeto de viabilização do financiamento, sem o qual os recursos não são liberados ao produtor. É importante salientar, que estes financiamentos, que são obtidos junto aos bancos privados, se configuram em montantes de linhas de créditos públicos que são repassados aos bancos privados para que estes repassem os financiamentos aos produtores rurais, tendo em vista que os juros praticados por estas agências são bem mais elevados.

No que se refere aos financiamentos de investimento tomados pelos produtores das UPAs entrevistadas, as informações obtidas podem ser melhor visualizadas na Figura 45.

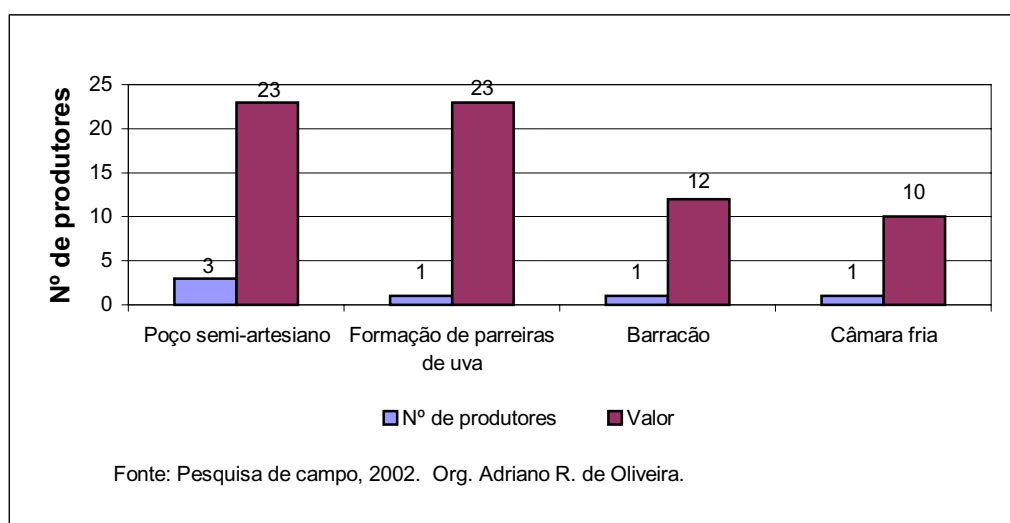


Figura 45: Item e número de produtores que efetuaram financiamento de investimento (Valor em Mil R\$)

Observa-se pela Figura 45 que houve financiamentos para quatro itens: poço semi-artesiano, parreira de uva, barracão para armazenamento da produção e câmara fria para resfriamento da acerola. Constata-se que os investimentos em poços semi-artesianos se deram em virtude da necessidade de irrigação da uva. No caso do investimento na uva, o valor obtido foi efetuado para a formação da parreira. No que se refere ao barracão e a câmara fria, ambos investimentos foram efetuados por um único produtor de acerola.

5.11 - Acesso à assistência técnica

O acesso a assistência técnica pelos produtores entrevistados, permite avaliar a incorporação de novas técnicas de cultivo das diversas culturas vinculadas a fruticultura, bem como a proveniência desta assistência técnica.

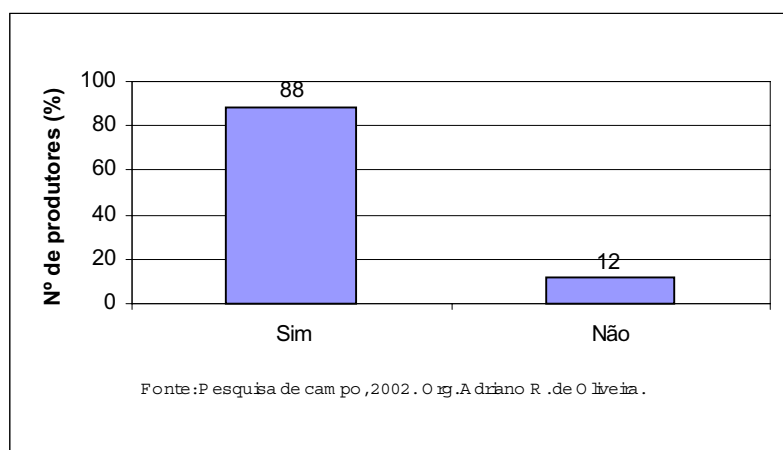


Figura 46: Acesso a Assistência Técnica

Conforme pode ser observado na Figura 46, 88,0 % dos produtores são atendidos por algum tipo de assistência técnica. Isso significa que a maioria absoluta dos produtores tem tido acesso a técnicas de cultivo adequadas bem como evitado a incidência de doenças em seus cultivos. Entretanto, conforme se pode observar nas informações da Figura 47, dentre 42,0 % dos produtores, a assistência técnica se configura na contratação de agrônomos particulares.

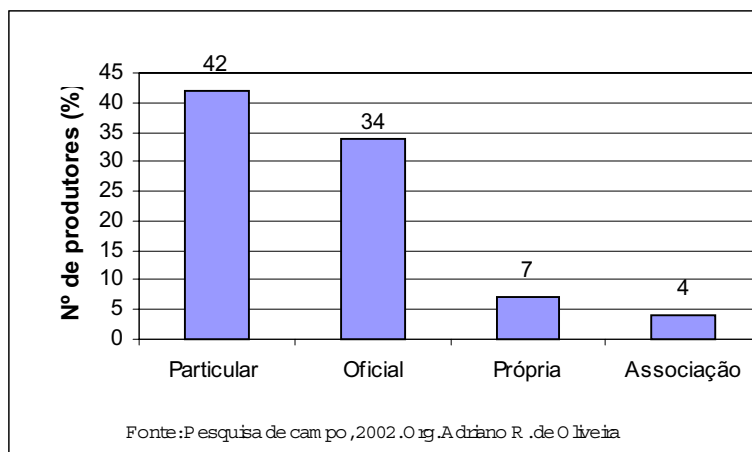


Figura 47: Procedência da assistência técnica

Esta superioridade da assistência técnica de origem particular denota a ineficiência do sistema de assistência técnica oficial. Dentre os produtores que recebem assistência técnica oficial, constatou-se a insatisfação face a demora para o atendimento das solicitações de visitas e ao pequeno número de técnicos e até mesmo à falta de treinamento adequado. Por isso, a opção por contratar assistência técnica particular, sobretudo, no conjunto dos produtores de uva que pagam em média R\$ 50,00 por hectare para que o agrônomo efetue visitas mensais ou atenda rapidamente as solicitações de caráter mais emergencial.

5.12 - As formas de organização coletiva dos produtores rurais

As formas de organização coletiva dos produtores influenciam diretamente a fruticultura regional. Neste sentido, busca-se neste item avaliar a participação dos produtores em cooperativas, associações e sindicatos rurais.

No que se refere a associação dos produtores das UPAs pesquisadas a cooperativas, os resultados obtidos podem ser melhor observados na Figura 48.

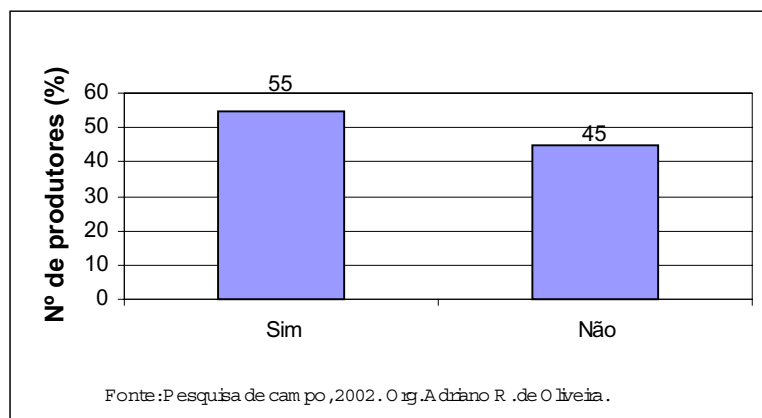


Figura 48: Filiação dos produtores entrevistados em cooperativas

Conforme se pode observar pela Figura 48, 55,0 % dos produtores entrevistados participam de alguma cooperativa. É importante ressaltar que as cooperativas que possuem expressividade atualmente na região são àquelas voltadas aos laticínios ou à cafeicultura. A cooperativa que congrega os produtores de café atualmente na região possui sua sede no município de Adamantina denominada CAMDA (Cooperativa Agrícola Mista Adamantina). Uma cooperativa é voltada aos laticínios e ao café, e possui grande influência regional é denominada CACRETUPI (Cooperativa Agrária Cafeicultores da Região Tupi Paulista) e tem sede no município de Tupi Paulista.

Na avaliação dos produtores filiados às cooperativas, a principal vantagem de serem associados é a facilidade de aquisição de insumos agrícolas com pagamento à prazo e preços mais baixos do que os praticados no mercado. Do ponto de vista da comercialização da produção, afirmam que a vantagem que se tem é a garantia de compra, mas que, no entanto, na maioria das vezes as cooperativas pagam preços abaixo do mercado.

No que se refere à participação em associações de produtores, as informações disponibilizadas pelos produtores das UPAs pesquisadas, podem ser observadas na Figura 49.

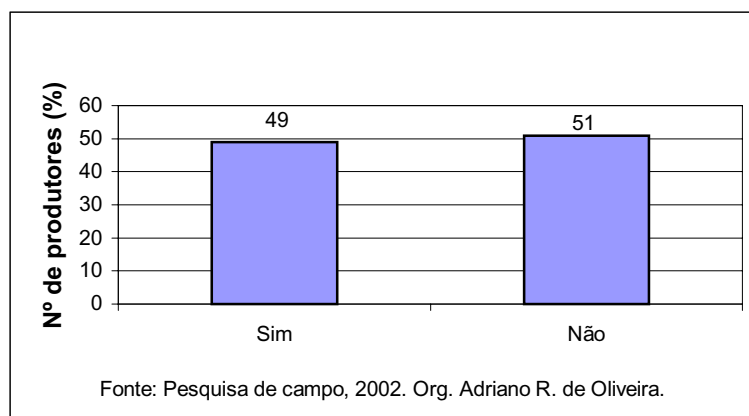


Figura 49: Participação dos produtores entrevistados em associações de produtores

Observa-se pelas informações contidas na Figura 49 que 49,0% dos produtores entrevistados participam de associações de produtores agrícolas³⁴.

A partir das visitas efetuadas no decorrer da pesquisa de campo, constatou-se que são nestes dois municípios que as associações de produtores agrícolas estão efetivamente em atuação. Nos outros três municípios (Irapuru, Ouro Verde e Dracena) em que se desenvolveu a pesquisa de campo, existem associações de produtores mas não estão efetivamente em operação, apesar de já estarem ocorrendo iniciativas isoladas de alguns produtores vinculados a fruticultura visando a dinamizar a atuação destas associações na organização da atividade.

Em visitas realizadas nas associações de agricultores de Junqueirópolis e de Tupi Paulista, bem como na participação de assembléias que são realizadas mensalmente, obteve-se algumas informações acerca da fundação destas associações, seus objetivos e sua atuação.

No que se refere a Associação de Agricultores de Junqueirópolis, em entrevista realizada com o atual presente, Sr. Osvaldo Dias, obteve-se a informação de que foi constituída em 26 de junho de 1990, tendo como objetivo precípua a organização dos produtores na comercialização dos produtos em conjunto. A associação teve apoio da sociedade civil em geral em entidades como a igreja, prefeitura municipal, sindicatos e associação comercial do município, tendo inclusive recebido a concessão de um barracão sem pagamentos de aluguel no período de um ano.

³⁴ Desse total, 14 produtores são associados da Associação Agrícola de Junqueirópolis e 15 produtores são associados da Associação de Viticultores de Tupi Paulista – AVIRTUPI, o equivale a 81,0% dos entrevistados nesta pesquisa.

Na época de sua constituição a associação foi composta por 44 pequenos produtores rurais (considerando a dimensão área), sendo que atualmente possui 91 associados, dos quais 60 (66,0 %) estão vinculados especificamente à fruticultura e o restante (34,0 %) basicamente a cafeicultura.

Atualmente a associação já dispõe de barracão próprio para a realização de suas reuniões e para acomodar as máquinas agrícolas e seus implementos. Recebeu a concessão por parte da prefeitura municipal de um armazém comunitário, onde estão localizadas as câmaras frias para a refrigeração da produção de acerola com a capacidade de armazenar 100 toneladas. Recentemente efetuou a aquisição de um túnel de congelamento de acerola que é capaz de congelar 10 toneladas de acerola por dia.

A associação efetuou ainda a aquisição de uma chácara de 12.000 m², nas proximidades do núcleo urbano de Junqueirópolis, na qual montou uma máquina beneficiadora de café.

No intuito de divulgar as atividades voltadas à fruticultura, a associação tem realizado pelo terceiro ano consecutivo uma exposição de frutas intitulada ACERUVA³⁵ – Exposição de Acerola e Uva, na qual produtores de toda a Região de Dracena podem expor os seus produtos e concorrerem a prêmios com base na sua qualidade.

No âmbito da Associação de Viticultores de Tupi Paulista (AVIRTUPI), em entrevista realizada com o atual presente, Sr. João Zambão Filho, obteve-se a informação de que foi constituída em 05 de junho de 2001 tendo como objetivo precípuo a organização dos viticultores para a comercialização dos seus produtos.

Na sua constituição a associação foi composta por 24 associados e permaneceu com este número até a atualidade. Estes associados são responsáveis pelo cultivo de aproximadamente 100 hectares de uva no município. Um aspecto importante desta associação é que o critério estabelecido para ser filiado é apenas ser viticultor. Ao contrário da associação do município de Junqueirópolis que é composta de pequenos produtores, esta associação congrega produtores pequenos, médios e grandes³⁶.

Em sua constituição cada viticultor, denominado pelo presidente de *sócio-fundador*, teve que pagar um tarifa de R\$ 50,00, (*jóia inicial*). No estatuto que rege a associação está previsto que todo produtor deve contribuir com 4,0 % de toda a produção que for

³⁵ A exposição é realizada na 1ª quinzena do mês de outubro no município de Junqueirópolis, abrangendo de preferência o feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida.

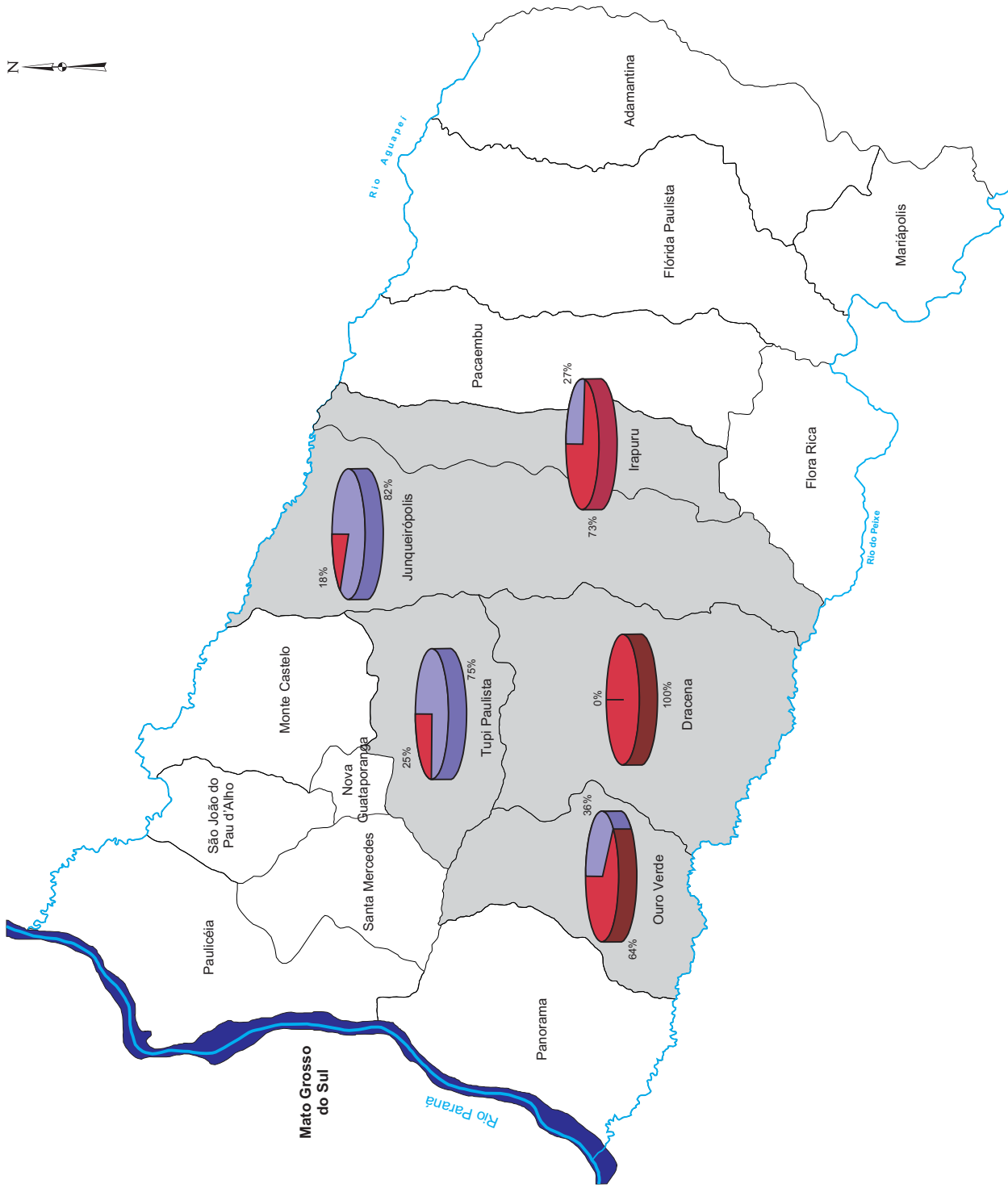
³⁶ Cabe ressaltar que a viticultura se caracteriza pelo alto rendimento gerado por hectare. Assim, existem pequenos proprietários no município que cultivam até 6 hectares de uva, o que nesta atividade pode ser considerado um grande produtor, tendo em vista que chega a obter numa safra o rendimento bruto de até R\$ 180.000,00.

comercializada por meio da associação. Por ter se constituído recentemente, a AVIRTUPI, ainda não dispõe de infra-estrutura própria e as suas reuniões mensais são realizadas na sede da casa de agricultura do município de Tupi Paulista.

Numa avaliação genérica dos produtores que integram estas duas associações, constatou-se que os pertencentes a associação de agricultores de Junqueirópolis estão amplamente satisfeitos com os avanços e a atuação desta associação. Dentre os viticultores da AVIRTUPI, embora esteja numa fase incipiente, constatou-se o otimismo geral na perspectiva de comercializar os produtos em conjunto, tendo como “espelho” os avanços obtidos pela Associação Agrícola de Junqueirópolis.

Considerando a importância das associações de produtores no desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena, os dados sobre a participação dos produtores em associações nos cinco municípios delimitados como área de pesquisa foram sistematizados na Figura 50.

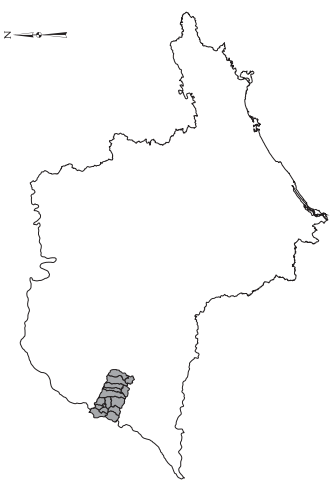
MAPA DA PARTICIPAÇÃO DOS
PRODUTORES ENTREVISTADOS
EM ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS



LEGENDA

- Limite Municipal
- Drenagem Fluvial
- Área de Estudo
- Associados
- Não-Associados

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Escala: 1:240.000	
8 km 4 km 0 4 km 8 km 12 km	
Orientador:	
Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira	
Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol	
Desenhista: Adriana Oliva Alves	
Ficha:	Página: 50
Instituição: unesp	

No que se refere a participação em sindicatos, as informações disponíveis estão apresentadas na Figura 51.

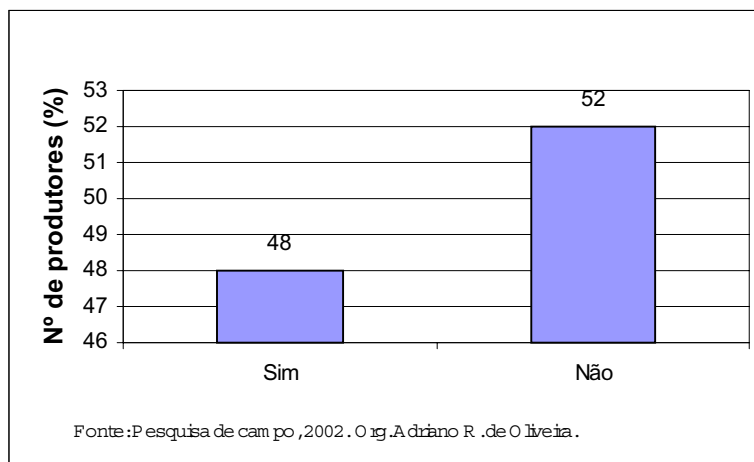


Figura 51: Participação dos produtores entrevistados em sindicatos

Conforme pode ser observado na Figura 51, 48,0 % dos produtores entrevistados são filiados à algum sindicato ao passo que a maior parte, 52,0 % não é filiada. No intuito de pormenorizar a análise e verificar a identificação dos produtores com os sindicatos patronais ou de trabalhadores, as informações obtidas configuram a situação evidenciada na Figura 52.

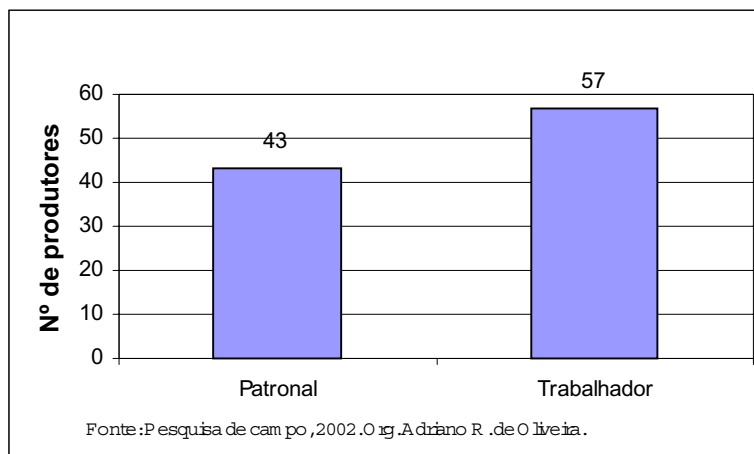


Figura 52: Tipo de sindicato em que os produtores entrevistados são filiados

Pelas informações contidas na Figura 52, observa-se que 43,0% dos produtores entrevistados são filiados aos sindicatos patronais e 57,0% são filiados aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Contudo, a partir das informações fornecidas pelos produtores nas entrevistas, constatou-se que a identidade de classe não aparece de forma explícita, tendo

em vista que o motivo principal da filiação à estes sindicatos está pautado no fornecimento de tratamentos de saúde e colaboração na elaboração de documentos de automóveis e outros serviços de escritórios, serviços estes que são prestados por ambos os sindicatos.

5.13 - Percepção sócio-econômica dos produtores entrevistados

Buscar-se-á neste item, analisar a percepção sócio-econômica dos produtores entrevistados, visando a avaliar como estes produtores se vêem enquanto agricultores no contexto das dificuldades enfrentadas, de sua situação social e as suas perspectivas de continuar desenvolvendo a fruticultura.

Nesse sentido as principais dificuldades enfrentadas na produção frutícola, estão apresentadas na Figura 53.

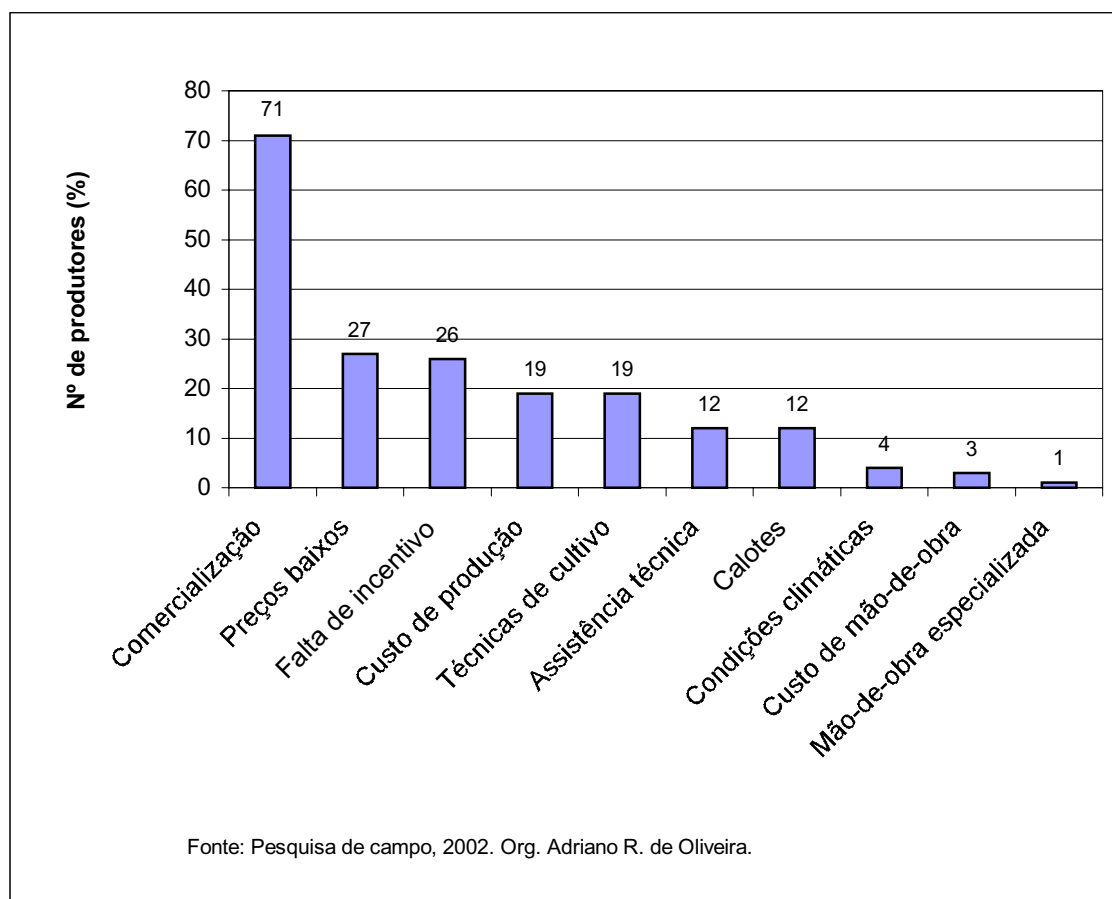


Figura 53: Principais dificuldades enfrentadas na produção agrícola

Deste modo, observa-se pelas informações da Figura 53 que 71,0% dos produtores apontam como uma das principais dificuldades de se desempenhar a fruticultura está na dificuldade de comercialização dos produtos.

Associado a isso 27,0% dos produtores apontam os baixos preços obtidos pelos produtos se comparado ao alto investimento exigido pela atividade.

A falta de incentivo do Estado é apontado por 26,0% dos produtores como uma das principais dificuldades da atividade, em virtude da ausência de linha de crédito que estimule os produtores.

O elevado custo de produção em virtude dos preços dos insumos e a falta de melhores técnicas de cultivo são apontados por 19,0% dos produtores como grandes dificuldades para o desenvolvimento da fruticultura.

A falta de assistência técnica e a inadimplência dos intermediários/compradores é apontado por 12,0% dos produtores como elementos que dificultam a permanência na atividade.

As condições climáticas são apontadas como um dos elementos que dificultam o processo produtivo de atividades frutícolas por 4,0% dos produtores entrevistados. E o alto custo da mão-de-obra e a falta de mão-de-obra especializada são apontados respectivamente por 3,0% e 1,0 % dos produtores entrevistados.

Numa análise genérica da percepção dos produtores entrevistados, conclui-se que as principais dificuldades enfrentadas estão vinculadas ao alto custo de produção associado às dificuldades de comercialização e aos baixos preços obtidos pelos produtos. Deste modo, pode-se afirmar que a maioria destas dificuldades poderiam ser amenizadas se houvessem políticas públicas efetivamente voltadas para o desenvolvimento desta atividade, tendo em vista a sua relevância na região como possibilidade de reprodução social destes pequenos produtores.

No que se refere aos planos dos produtores entrevistados em ampliar a área ocupada pela fruticultura, as informações podem ser observadas na Figura 54.

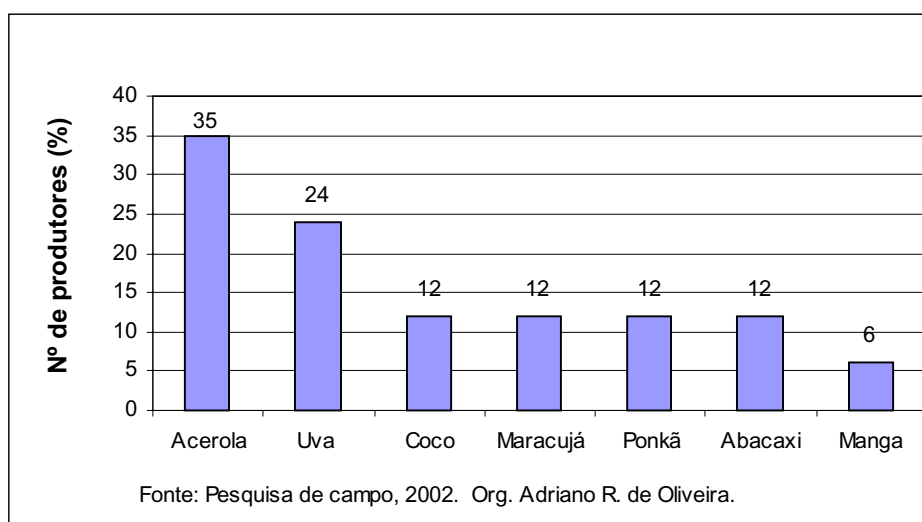


Figura 54: Número de produtores que pretendem aumentar a área cultivada (por variedades de frutas)

Observa-se pela Figura 54, que 8,2 % dos produtores pretendem aumentar a área com fruticultura, 5,4 % pretendem ampliar área com uva, 2,7 % têm o intuito de aumentar a área com maracujá, ponkã e abacaxi e 1,3 % dos produtores pretendem ampliar a área com manga.

Entretanto, analisando o conjunto dos produtores entrevistados observa-se que aproximadamente 90,0% não possuem planos de ampliar a área ocupada com lavouras frutas. Dentre os elementos que explicam tal postura além daqueles apontados na Figura 53 anteriormente, destacam-se os seguintes: i) a falta de capital para novos investimentos; ii) ausência de mão-de-obra familiar para conduzir o processo de produção, desestimulando os produtores de ampliarem os seus cultivos com base na força de trabalho contratada; iii) em sua maioria os produtores entrevistados não possuem mais terras para que possam expandir os seus cultivos; e, iv) incertezas acerca da comercialização dos produtos em médio e longo prazos.

No que se refere à percepção dos produtores quanto à sua situação social, as informações obtidas foram coletadas como base na proposta metodológica apresentada por Wanderley (1995), em pesquisa desenvolvida a respeito das perspectivas da agricultura familiar no Brasil. Na aplicação dos questionários junto aos produtores, “[...] os agricultores foram solicitados a localizar-se em escalas hipotéticas, que representassem o conjunto da sociedade brasileira e o universo dos agricultores e, ao mesmo tempo, situar a profissão do agricultor em relação às demais profissões em exercício no País”. (WANDERLEY, 1995, p. 46).

Sob esta perspectiva, as informações coletadas podem ser observadas na Tabela 17.

Tabela 17: Avaliação dos Produtores Entrevistados Quanto a Sua Situação Social (em %)

	Inferior	Igual	Superior
O agricultor em relação as outras pessoas da sociedade brasileira	53	40	7
O fruticultor em relação aos demais agricultores tradicionais	19	36	45
A profissão de agricultor em relação à outras profissões	70	27	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2002. Org. Adriano R. de Oliveira.

Na avaliação dos produtores enquanto agricultores no contexto da sociedade brasileira, 53,0 % dos produtores se consideram em situação inferior às demais pessoas da sociedade; 40,0 % dos produtores se consideram em situação igual e 7,0 % dos produtores se consideram em situação superior.

No que se refere a situação dos produtores em relação aos agricultores tradicionais, 19,0 % se consideram em situação inferior; 36,0 se consideram em situação igual e 45,0 % se consideram em situação superior. Para os produtores que se consideram em situação superior, essa avaliação pode ser feita considerando que a fruticultura é uma atividade rentável para quem possui pequenas dimensões de terras além de absorver a mão-de-obra familiar.

No âmbito da avaliação que os produtores fazem da profissão de agricultor em relação às outras profissões da sociedade brasileira, 70,0 % se consideram em situação inferior, 27,0 % em situação igual e 3,0 % em situação superior. É importante frisar que a maioria absoluta avalia a sua situação como inferior às outras profissões devido a instabilidade da atividade agrícola, e sobretudo, face aos encargos sociais proporcionados a quem possui vínculo empregatício.

E por fim buscou-se avaliar o grau de interesse dos produtores entrevistados em continuar investindo na atividade. Os resultados obtidos estão apresentados na Figura 55.

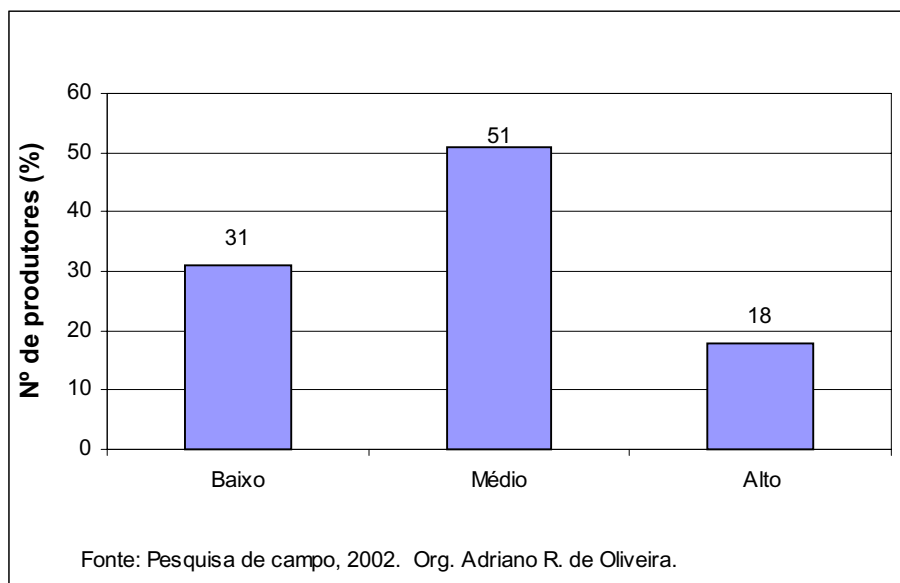


Figura 55: Grau de interesse em continuar investindo na fruticultura

Observa-se pela Figura 55, que 31,0% dos produtores entrevistados possuem baixo interesse em continuar investindo na fruticultura, tendo em vista os prejuízos que têm tido sobretudo, pelos baixos preços obtidos e inadimplência de intermediários.

Por outro lado, associando os produtores que têm interesse médio e alto em continuar investindo na fruticultura, conclui-se que 68,0% dos produtores vêem na atividade a possibilidade de reprodução social, ou seja, permanecerem enquanto produtores rurais. Dentre estes produtores existem àqueles que têm a pretensão de ampliar a área ocupada pela atividade e também outros interessados em investir na qualidade do produto.

Numa avaliação geral das informações obtidas sobre a percepção sócio-econômica dos produtores entrevistados, constata-se que estes apesar das dificuldades de comercialização falta de incentivo do Estado, dentre outras, vislumbram na fruticultura a possibilidade de reprodução social em virtude da elevada renda por área proporcionada por esta atividade quando comparada a outras lavouras e a atividade criatória, ou seja, a capacidade de geração de um rendimento médio capaz de suprir as necessidades da família e ainda continuar investindo na UPA.

6 - A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO DE DRACENA

Diante do exposto no capítulo anterior, compreende-se a relevância da organização coletiva dos produtores como uma das principais estratégias de reprodução e permanência no meio rural.

No âmbito do desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena, as associações de produtores possuem um papel fundamental, na incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais, possibilitando um maior poder de barganha na negociação dos produtos diante da tendência concentradora e dominante do poder econômico do capital comercial e industrial. A prática associativista tem propiciado aos pequenos produtores enfrentarem os hipermercados e intermediários na comercialização e distribuição das mercadorias produzidas, conforme salientam Chabaribery *et al.* (2002).

Antes de detalhar o papel exercido pelas associações, enquanto elemento importante no desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena, faz-se necessário, contextualizar o surgimento destas organizações no meio rural.

6.1- As associações como espaço de interação política

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo apresenta algumas facetas, que vão desde a expropriação total do produtor ao capital, pela subordinação da sua produção ou pela sua inserção por meio de estratégias diversas ao novo padrão produtivo da agricultura. Tais imposições do capital, ao mesmo tempo em que fragiliza pode fortalecer o papel desempenhado pela pequena produção rural.

É justamente o processo de desenvolvimento do capital no campo, que suscita a necessidade de organização coletiva dos produtores rurais, como estratégia de permanência na atividade rural. Deste modo, as associações propiciam aos produtores que integrem a sua produção ao capital mercantil e/ou industrial, amenizando os efeitos degradantes deste último.

Contudo, a prática de organização coletiva no meio rural, no universo de pequenos produtores que detêm a propriedade de suas terras, não consiste em tarefa fácil, diante do grau de conservadorismo e desconfiança destes atores sociais. Analisando a realidade europeia no final do século XIX, Kautsky já alertava para este fato:

[...] É bem mais fácil introduzir o método de produção cooperativa entre os que nada têm a perder (senão os seus grilhões), ou de se conseguir a adesão dos que já contam com uma experiência prévia nesse tipo de atividade coletiva, tendo enfrentado a expoliação capitalista e participado da luta que fortalece a

solidariedade e gera a confiança no grupo, a dedicação pessoal e a subordinação voluntária do indivíduo à coletividade. (KAUTSKY, 1986, p. 118).

Um outro obstáculo que está posto no meio rural e comumente assistido no âmbito dos pequenos produtores rurais do país, está centrado no desencontro do projeto político-ideológico que há entre o pequeno produtor “com-terra” daquele pequeno produtor rural “sem-terra”, uma vez que estes não possuem uma identidade como classe social, chegando inclusive a se personificarem como “inimigos”.

Isto acontece em virtude da diferença espaço-temporal do processo de seletividade e expropriação que ambos acabaram(rão) sofrendo, tendo em vista que o pequeno produtor rural “com-terra” muitas vezes se encontra às margens da expropriação pelo seu histórico alijamento de toda e qualquer espécie de política agrícola. Assim, por falta de organização em associações, cooperativas, movimentos sociais, etc; ele encontra diversas barreiras ao acesso à alguma política agrícola como o PRONAF. Na maioria das vezes, isto acaba causando um sentimento de injustiça comparativamente ao produtor rural “sem-terra”, personificando nele a figura do “inimigo”.

Por outro lado, do ponto de vista do produtor rural “sem-terra”, é freqüente a identificação do pequeno produtor “com-terra” como àquele que detém a propriedade da terra e assim necessariamente deve ser enquadrado no rol do proprietário capitalista e portanto, seu “inimigo” mais próximo. Esta situação de “enfrentamento ideológico” entre produtores rurais de uma mesma esfera social acaba facilitando as ações das elites rurais do país que acabam tendo nos pequenos produtores rurais “com-terra” grandes aliados em suas reivindicações junto às autoridades, como se não bastasse o *lobby* formado pela bancada ruralista sempre precavida contra eventuais reformas progressistas no meio rural brasileiro. Do mesmo modo, o Estado se beneficia deste enfrentamento pois o pequeno produtor rural “com-terra”, desinformado e desorganizado vê muito mais o “sem-terra” como o seu inimigo, quando na verdade o grande responsável pela sua penúria é o próprio Estado, que como é sabido, nos países subdesenvolvidos, é fortemente influenciado por diferentes grupos de poder.

Em verdade este sentimento de “enfrentamento” entre os pequenos produtores rurais, configura o processo de *fragmentação* imposta pela alienação dos trabalhadores à exploração do capital. Thomaz Jr. (2002), ao analisar os sindicatos do setor sucro-alcooleiro, identifica três formas de alienação dos trabalhadores: i) fracionamento enquanto categoria (cortador de cana, químico, motorista, etc.); ii) delimitação territorial com base na determinação legal (os sindicatos devem ter sedes municipais, ao passo que a

área de atuação de uma usina sucro-alcooleira pode abranger mais de um município) e iii) consoante à localização da empresa (os trabalhadores devem ser sindicalizados nos municípios em que trabalham, sendo que na maioria das vezes são oriundos de municípios distintos).

Como resultado desse “enfrentamento” provocado pelo processo de alienação dos pequenos produtores rurais pode ser apontado as formas de organização coletiva desses atores sociais do campo. No âmbito dos produtores rurais “com-terra” via de regra, observa-se a organização coletiva visando, sobretudo a comercialização dos produtos agrícolas, ou seja, a construção da identidade coletiva gira em torno da inserção econômica face ao capital mercantil. Assim, a organização coletiva dos “com-terra” ocorre de forma mais pronunciada no sentido da *produção*.

Na perspectiva dos produtores rurais “sem-terra”, a organização coletiva, via de regra tem se dado por meio de cooperação que abrange desde a resistência e a luta pela reforma agrária, principalmente, nos momentos de ocupação e de espacialização dos acampamentos, até o momento da territorialização por meio de assentamentos, reivindicando políticas públicas de produção e comercialização agrícola. Assim, a organização coletiva dos “sem-terra” é mais enfática no sentido da *reprodução*. Sobre esse aspecto Ribas (2002), salienta que:

A cooperação agrícola nos assentamentos deve ser compreendida a partir da luta e resistência dos trabalhadores sem-terra, sendo, num primeiro momento, uma tentativa de minimizar o grau de miserabilidade dos assentados, tendo, também, um conteúdo político-ideológico cristalizado a partir do redimensionamento da luta política em consonância com um determinado projeto de gestão territorial. (s.p.).

Desse modo, pode-se afirmar que do ponto de vista da consciência política-ideológica os produtores rurais “sem-terra” em virtude dos movimentos sociais estão num estágio superior de reivindicação de direitos e políticas públicas.

Comumente se ouve falar na atualidade que a população civil está cada vez mais organizada, entretanto Demo (2001), não visualiza com tanto otimismo tal realidade para o Brasil. Conforme o autor:

Olhando o cenário, pareceria inegável que existem avanços, como já dissemos [...] alguns movimentos sociais manifestam qualidade associativa bem mais visível, como é o caso notável do MST, a campanha de Betinho, o que foi muito marcante [...] (DEMO, 2001, p. 19).

Mas o autor prossegue enfatizando que, embora tenha havido alguns avanços no âmbito da sociedade civil, “[...] com exceção do MST, os movimentos sociais não tocam a

raiz dos problemas, oferecendo evoluções em si pertinentes, mas superficiais.” (DEMO, 2001, p. 10).

Ainda conforme Demo (2001), para se ter uma organização coletiva efetivamente autônoma deve haver a capacidade da população manter sobre o seu controle o Estado e o mercado, prevalecendo o bem comum:

[...] Como regra, o controle democrático é visto com respeito ao estado e significa a capacidade de colocar o estado a serviço da sociedade, mantendo-o como genuíno “serviço público”. Mas é importante que este controle também atinja o mercado, ainda que o capitalismo tenha espargido a idéia, sobretudo nesta retomada neoliberal, de que suas “leis” seriam intocáveis. Na verdade, Estado e mercado são instrumentos da sociedade. Esta é fim. (Demo, 2001, p. 13).

O autor constrói uma crítica contundente em relação a organização coletiva da sociedade e ao papel exercido pelo Estado. É importante, salientar a necessidade de que a organização deve partir de baixo para cima, pela mobilização efetiva da coletividade. Se a organização parte de imposições de cima para baixo, certamente estará fadada a ruína. Ninguém sabe mais da necessidade de um grupo, do que seus próprios membros. Para Demo (2001), a principal forma de incentivar o indivíduo a lutar por seus direitos, se configura na capacidade de aprender, de mudar as condições de vida encontradas e alterar a sua própria qualidade de vida. Para tanto é preciso superar a “pobreza política” por meio da arte do saber pensar. Neste sentido o autor defende que o “[...] impacto mais direto da educação não é econômico, mas *político* – forjar um sujeito capaz de reagir, organizar-se, combater, partir para a luta”. (DEMO, 2001, p. 92).

No seu estudo sobre o papel desempenhado pelas associações e cooperativas agrícolas no Nordeste, Lisboa (2001), salienta que estas organizações coletivas podem:

[...] ao criar uma identidade coletiva, ressurgir os campos de força, também chamados de campo político ou “espaço público”, o que não implica numa homogeneização de valores e perspectivas. Esses espaços de interação possibilitam o debate, a pluralidade de idéias e pessoas e a identidade grupal [...]. (LISBOA, 2001, p. 209).

A partir do exposto acerca da organização política da sociedade, buscar-se-á contextualizar a constituição e consolidação das associações rurais na Região de Dracena, verificando as suas estratégias de inserção no processo de circulação de mercadorias imposto pelo capital.

6.2- A constituição das associações agrícolas na Região de Dracena

Uma característica fundamental para a constituição das associações agrícolas na Região de Dracena, se configura na união dos produtores rurais em torno de uma atividade específica que no caso é a fruticultura. Por enfrentarem as mesmas dificuldades e buscarem ultrapassar barreiras semelhantes, os produtores optaram pela organização coletiva, na expectativa de melhorar a inserção dos seus produtos diante do capital comercial e/ou industrial, eliminando as barreiras de sazonalidade, transportes, preços praticados e até mesmo se livrando dos calotes.

Embora a constituição de associações seja um fenômeno recente na Região, o desenvolvimento da cafeicultura que prevaleceu até a década de 1980, foi notadamente influenciado pelas cooperativas agrícolas, consolidadas pela influência nipo-brasileira: Cooperativa Agrícola de Cotia e Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil³⁷. Para se ter uma idéia de sua relevância basta observar os dados apresentados na Tabela 18, que retratam o número de estabelecimentos associados a cooperativas.

Tabela 18: Estabelecimentos de produtores associados a cooperativas na Região de Dracena: 1970-1985

	Comercialização	Crédito	Consumo	Irrigação	Eletrificação	Outro tipo	Total
1970	595	221	121	1	247	28	990
1975	729	208	277	--	649	10	1585
1980	2281	230	2	1	1111	3	2975
1985	3466	509	--	--	42	361	3937

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Conforme se observa pela Tabela 18, o número de estabelecimentos agropecuários que se associaram a cooperativas de comercialização entre 1970 e 1985 foi ampliado em 482,5%. Estes dados demonstram a relevância exercida na Região pelas cooperativas Cotia e Sul Brasil, sobretudo por meio da comercialização do café.

Estas cooperativas tiveram ainda um papel importante, considerando que com a decadência da cafeicultura, elas introduziram as primeiras experiências da fruticultura pautada primeiramente no cultivo da uva e posteriormente com o cultivo do maracujá, enquanto alternativa econômica aos antigos cafeicultores.

³⁷ A Cooperativa Agrícola de Cotia foi fundada em 1927 por 83 japoneses plantadores de batata no município de Cotia-SP. A Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil foi constituída em 1929 por 49 pequenos produtores japoneses que também desenvolviam o cultivo de batata no município de Mairiporã-SP. Ambas tiveram o seu auge no decorrer das décadas de 1960 e 1970 tendo expandido sua área de influência por outros Estados como o Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, conforme evidencia Pinho (1963).

Entretanto a partir da década de 1980 entra em decadência não somente a cafeicultura na Região, bem como estas cooperativas que foram sistematicamente encerrando as suas atividades nos municípios.

A partir dos fins dos anos 1980 e, sobretudo na década de 1990, as associações agrícolas começam a adquirir relevância por dois motivos principais: i) encerramento das atividades das cooperativas agrícolas, deixando os seus antigos cooperados fragilizados para comercializar os seus produtos; e ii) processo de descentralização iniciada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, incumbindo cada vez mais os municípios da gestão das atividades locais.

Por prerrogativa da descentralização, atualmente dentre os 16 municípios pertencentes a Região do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, apenas o município de Adamantina ainda não possui a Casa da Agricultura municipalizada. Esse processo de municipalização das Casas de Agricultura trouxe consigo a possibilidade de criação de associações agrícolas com o objetivo de facilitar a obtenção de recursos financeiros do Estado como o FEAP (Fundo de Expansão da Agropecuária e Pesca) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Entretanto, dentre os 16 municípios, em apenas dois municípios as associações agrícolas se especializaram e efetivamente estão desenvolvendo um trabalho de forma mais pronunciada em torno da fruticultura.

A Associação Agrícola de Junqueirópolis fundada em 1990, com objetivo principal de incentivar a produção de maracujá no município, teve que substituir esta cultura em função da incidência de diversas doenças que a partir de meados desta década afetaram profundamente o cultivo do maracujá. Sem soluções em curto prazo, a Associação, optou pela substituição do maracujá como fruta principal, pela acerola, desenvolvendo uma variedade – a *Olivier*, que é de domínio da Associação, tendo em vista que as mudas são produzidas por meio de um convênio em um viveiro mantido pela prefeitura municipal, e são fornecidas somente para os seus associados.

O êxito alcançado pela atuação da Associação Agrícola de Junqueirópolis é refletido por meio da produtividade média (24 ton/ha) da acerola e posição de destaque no Estado de São Paulo (que possui a produtividade média em torno 9 ton/ha), alcançando o 1º lugar na produção desta cultura, proporcionado sobretudo pela variedade cultivada. Os dados acerca da produção de acerola nos principais EDRs de São Paulo podem ser observados na Tabela 19.

Tabela 19: Área e produção de acerola nos principais EDRs e no Estado de São Paulo: 1996-2000

	1996		1997		1998		1999		2000	
EDR	Área (ha)	Produção (Ton.)	Área (ha)	Produção (Ton.)	Área (ha)	Produção (Ton.)	Área (ha)	Produção (Ton.)	Área (ha)	Produção (Ton.)
Avaré					103,3	58			111,7	84
Dracena	51,7	405	101,7	802	76,6	1.105	91,8	1.325	136,7	2.616
Est. de SP	180,5	1528	307,3	2709	479,9	4.048	620,8	5.631	493,2	4.514

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, sistematizado por Chabaribery *et. al.* (2002).

Conforme pode ser observado na Tabela 19, a área cultivada e a produção de acerola na Região de Dracena, onde está inserido o município de Junqueirópolis tem apresentado um crescimento sistemático. Conforme os dados apresentados na Tabela 19, em 2000, a Região de Dracena possuía 27,0% da área cultivada com acerola no Estado de São Paulo e era responsável por aproximadamente 60,0% da produção estadual.

Outro aspecto que contribui para o bom desempenho do cultivo da acerola principalmente no município de Junqueirópolis em virtude da atuação da Associação, mas também para a Região de Dracena como um todo, foi a implantação de uma unidade de processamento industrial de polpas em Dracena – a FRUTEZA – em 1992 e, recentemente a implantação de uma outra indústria de polpas – Poder Fruit, implantada no final do ano de 2001.

Deste modo, a Associação Agrícola de Junqueirópolis, exerce o papel de mediadora das relações entre agricultura e indústria na Região, na medida em que estabelece contratos de entrega de matéria-prima para as unidades de processamento. Além disso, a Associação fornece a fruta para o entreposto da CEAGESP de São Paulo e grandes intermediários que recentemente têm exportado o produto para a Argentina.

No âmbito do mercado de consumo nacional e estrangeiro as perspectivas para o cultivo da acerola são bastante favoráveis. Chabaribery *et. al.* (2002), salientam que:

Atualmente, o Brasil é o maior produtor, consumidor e exportador de acerola do mundo. A Região Sudeste consome entre 5 e 6 mil toneladas de frutos por ano, superando os mercados japonês e europeu, com cerca de 2,5 mil toneladas cada um. No mercado internacional, o interesse pela polpa da acerola disputa a faixa mercadológica daqueles que preferem produtos naturais, pois sabem que somente 50% da vitamina C sintética consegue ser absorvida pelo organismo humano, enquanto que da natural 100%. (CHABARIBERY *et. al.* 2002, p. 14).

Enfim, observa-se que o papel da associação no desempenho da cultura da acerola, constitui-se como elemento primordial, haja vista, que por meio dela, os produtores estão conseguindo disponibilizar um produto de qualidade e atingir tanto o mercado regional, como o nacional e internacional. Além disso, por meio da associação as relações

estabelecidas entre as unidades de processamento industrial tem sido de reciprocidade, na qual ambos estabelecem um contrato social: a associação se encarrega de entregar um produto de qualidade e a empresa se encarrega da compra da matéria-prima com o pagamento a preços previamente definidos.



Figura 56: Foto das embalagens utilizadas para a comercialização da acerola. ACERUVA, 2002.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.

A Associação de Viticultores de Tupi Paulista – AVIRTUPI, apesar de ter sido criada recentemente (2001), possui como principal característica a organização dos produtores na comercialização da uva fina de mesa. Existe uma diversidade de variedades de uva sendo cultivadas na Região de Dracena e a sua produção é destinada para diversas regiões do país, com destaque a capital paulista e cidades da região Sul do país.

No Brasil, o cultivo da videira foi explorado comercialmente desde o período colonial. Conforme Sato (2000) os cultivares desenvolvidos nesta época eram da espécie *Vitis labrusca*, pelo seu caráter de resistência a doenças e adaptação ao clima e solo locais. No início do século XX a uva niagara oriunda dos Estados Unidos foi introduzida no país, e posteriormente outros cultivares foram sendo sistematicamente selecionados e melhorados pela Seção de Viticultura do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas).

Contudo, somente a partir dos anos 1960 se introduziu no país o cultivar *Itália*, efetivando o desenvolvimento do cultivo da uva fina de mesa no país. No Estado de São Paulo as principais regiões produtoras de uva de mesa são respectivamente: Itapetininga,

Jales, Sorocaba, Dracena, Piracicaba, Campinas, Fernandópolis e Presidente Prudente, conforme pode ser observado na Tabela 20.

Tabela 20: Produção de uvas finas nos principais EDRs e no Estado de São Paulo: 1996-1999 (Toneladas)

EDR	1996	1997	1998	1999
Itapetininga	19.736	20.426	32.598	37.945
Jales	19.910	19.784	22.180	26.691
Sorocaba	15.482	15.925	15.487	17.619
Dracena	3.540	4.856	5.544	6.738
Piracicaba	49	2.245	2.149	2.410
Campinas	636	934	4.073	2.146
Fernandópolis	871	996	1.621	1.698
Presidente Prudente	843	896	1.158	1.099
Demais EDRs	6.343	5.240	10.698	5.553
Total do Estado	67.410	71.302	95.508	101.899

Fonte: IEA/CATI, sistematizado por Sato (2001).

Observa-se pela Tabela 20, que a Região do EDR de Dracena é a quarta maior produtora de uvas finas de mesa no Estado de São Paulo, apresentando no período de 1996 a 1999 um acréscimo de 90,3% na quantidade produzida, o que significa o acréscimo de sua participação na média do Estado que foi ampliada de 5,2% em 1996 para 6,6% 1999.

De acordo com Chabaribery *et. al.* (2002), dentre as quatro principais regiões produtoras de uva, as regiões de Campinas, Itapetininga e Sorocaba têm a produção concentrada entre os meses de janeiro e março. O Estado do Paraná fornece o produto no período entre maio e julho, enquanto nas regiões de Jales, Fernandópolis e Dracena a produção se concentra entre agosto e dezembro, concomitantemente a produção do Nordeste brasileiro.

De acordo com Sato (2000) “[...] a amplitude térmica diária e temperatura do ar interferem na qualidade dos frutos da videira, influenciando na cor e no acúmulo de açúcares. Quanto maior a amplitude, melhor a coloração e quanto maior a temperatura do ar mais doces são as uvas. (SATO, 2000, p. 56).

Dentre as regiões produtoras, conforme a autora, a amplitude térmica no Nordeste varia entre 10,1°C e no Sudeste entre 13,7°C. Tal quadro favorece a coloração das uvas produzidas nas regiões de Jales e Dracena, e ao mesmo tempo as altas temperaturas dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco favorecem o maior acúmulo de açúcares nas uvas.

Neste âmbito, observa-se que a Região de Dracena, associada a outras regiões do Estado de São Paulo apresentaram algumas vantagens competitivas no que se refere ao cultivo da uva. As ações da AVIRTUPI estão contribuindo para consolidar a viticultura que já vinha sendo desenvolvida desde os anos 1980, principalmente no município de Tupi Paulista, bem como em outros como Irapuru, Junqueirópolis e Dracena, estimulando o melhoramento da produção e contribuindo para o seu reconhecimento em âmbito estadual e nacional.



Figura 57: Foto das embalagens utilizadas pela AVIRTUPI na comercialização de uva.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.

Observa-se que no decorrer da década de 1990 a Região de Dracena foi progressivamente adquirindo relevância no desenvolvimento da fruticultura. A iniciativa das associações agrícolas de produtores tem contribuído sobremaneira para este processo.

No ano de 2002, a Associação Agrícola de Junqueirópolis, realizou a quarta edição da Exposição Regional de Acerola e Uva – ACERUVA, que vem recebendo a cada ano um público maior. Na exposição, os produtores de acerola e uva têm a possibilidade de expor seus produtos, concorrendo a prêmios diversos. Além disso, no intuito de atrair o público, são realizados rodeios e shows com cantores renomados na esfera regional e até mesmo nacional.



Figura 58: Foto da Fachada do Local onde são expostos os produtos. ACERUVA, 2002.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Figura 59: Foto do público visitando a Exposição de Acerola e Uva. ACERUVA, 2002.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.

Deste modo, constata-se que as ações das organizações coletivas no desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena tem se destacado como elemento essencial enquanto estratégia de reprodução social e permanência dos produtores no meio rural.

Nesse contexto, observa-se a relevância das as associações de produtores na Região de Dracena, como um dos estágios de organização política, potencializando-os enquanto atores sociais no meio rural.

Constatou-se que o desenvolvimento da fruticultura tem obtido expressividade regional em virtude dessas formas de organização coletiva, sobretudo, pela possibilidade de superação das barreiras de circulação da produção frutícola, que se constitui como o principal entrave colocado pelo capital comercial personificado na figura dos intermediários/atravessadores.

Além disso, a atividade frutícola, enquanto um nicho específico de produção especializada no contexto da agricultura, possui como singularidade a necessidade de incorporação de tecnologias e profissionalização dos produtores que se propõem a ingressar nesse segmento.

Como atividade especializada a fruticultura para ser desenvolvida em pequenas áreas exige dos produtores determinados níveis de capacitação e competitividade. Assim, as organizações coletivas, surgem como principais estratégias capazes de suprir as exigências desse nicho de produção.

Partindo dessas premissas, a atuação do Estado (em níveis, municipal, estadual e federal), torna-se fundamental na formulação de políticas de estímulo ao desenvolvimento da fruticultura, considerando o potencial de dinamização e desenvolvimento local e regional a partir da atividade, pela sua capacidade de absorção da mão-de-obra no meio rural e o elevado valor de produção em dimensões territoriais compatíveis a estrutura das pequenas propriedades.

É importante salientar, que o Estado, enquanto instância de centralização de poder, deve exercer o papel de mediação e parceria junto aos pequenos produtores rurais, visando amenizar suas fragilidades diante do capital comercial e industrial.

O estímulo aos pequenos produtores que desenvolvem a fruticultura, deve ser implementado por meio de cursos de treinamento e capacitação técnica, que possibilitem o acesso as inovações tecnológicas para facilitar o processo de produção de frutas, bem como para ampliar as perspectivas de mercado nas esferas nacional e internacional.

É importante salientar a necessidade de aperfeiçoamento dos técnicos e agrônomos das casas e secretarias de agricultura (pessoal contratado pelas prefeituras municipais) bem como do corpo técnico da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, vinculada à SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo), para que se possa rever a atuação da extensão rural na Região de Dracena. É preciso não somente ampliar o contingente do pessoal qualificado, mas também capacitá-los nas inovações relacionadas à fruticultura. Isso pode ser afirmado na medida em que se verifica a

ineficiência da assistência técnica pública no conjunto dos produtores rurais entrevistados, tendo em vista os altos índices de contratação de assistência técnica privada.

Um outro aspecto que merece ser observado na reformulação da política de extensão rural regional, é a forma de condução do conhecimento, ou seja, o corpo técnico deve ser orientado no sentido de complementar os conhecimentos prévios do produtor, tendo em vista que um dos principais enclaves da extensão é justamente o desprezo pelos conhecimentos pré-existentes no universo dos agricultores, causando um sentimento de hostilidade e não de reciprocidade.

No que concerne aos pequenos produtores rurais, a organização política consiste numa das principais barreiras a serem superadas para o êxito do desenvolvimento da fruticultura na Região. A percepção social dos pequenos produtores rurais “com-terra” é caracterizada por um determinado “conservadorismo” impregnando-os de um sentimento de “insegurança” em relação à organização coletiva, que na condução do processo produtivo de frutas está configurada nas associações agrícolas.

Constata-se que a organização dos produtores em torno da fruticultura na Região de Dracena, ocorreu sobretudo pelo fracasso da cafeicultura deixando os produtores desprovidos de sua principal atividade, remetendo-os na busca de alternativas viáveis às suas condições enquanto pequenos proprietários. Nesse sentido, a organização coletiva em associações de produtores, surge como possibilidade de inserção num nicho específico e especializado do setor agrícola que é a fruticultura.

Diante desse quadro as associações de Junqueirópolis e de Tupi Paulista, se fortaleceram justamente pelo objetivo explícito de especialização voltada ao desenvolvimento da fruticultura, organizando a produção e intermediando o processo de circulação com os intermediários e agroindústrias locais e externas, possibilitando o reconhecimento regional como produtor de frutas no âmbito nacional e internacional.

O êxito do desenvolvimento da fruticultura por pequenos produtores na Região de Dracena depende principalmente da consolidação da organização coletiva por meio das associações agrícolas, considerando as especificidades da atividade, ainda que seja compatível com a estrutura das pequenas propriedades, requer um patamar de especialização e competitividade no fornecimento de matéria-prima para as indústrias (sucos concentrados e polpas) e qualidade nos produtos (sucos naturais e frutas de consumo *in natura*).

Constata-se que a organização coletiva tornou-se fundamental para os pequenos produtores amenizarem os efeitos das barreiras impostas pelo capital comercial e industrial. Sabe-se que, o setor de produção de frutas caracteriza-se por um elevado patamar de especialização e competitividade, à exemplo dos moldes em que vem sendo desenvolvido pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras no Nordeste do país; beneficiadas pelas políticas públicas de desenvolvimento principalmente nos perímetros irrigados do vale do rio São Francisco no eixo Juazeiro-Petrolina.

Cabe enfatizar ainda que, do ponto de vista regional, o setor agropecuário, tem sido expressivamente dinamizado pelo desenvolvimento da fruticultura, pelo reconhecimento das potencialidades regionais, gerando possibilidades de atração de novas empresas de processamento industrial de frutas concomitantemente a criação de novos postos de trabalho. Isto posto, pode-se afirmar que a dinamização do setor agropecuário regional, poderá influenciar toda a estrutura produtiva regional, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi desenvolvido nesse trabalho, torna-se relevante efetuar algumas considerações acerca do objeto que se propôs compreender, não no sentido de esgotar a temática, mas sim avaliar a sua relevância e o que pode ser feito a partir desse estudo.

Primeiramente é importante frisar que o estudo se insere no campo da ciência geográfica que se propõe ao entendimento das especificidades do rural brasileiro, enfocando a dinâmica da agricultura e o papel do pequeno produtor rural como o ator social que interage nesse espaço.

A apreensão da complexidade do espaço rural brasileiro, e nele a dinâmica da agricultura, é uma tarefa que sempre requereu e ainda requer a atenção não somente de estudiosos da geografia, mas também de ciências como a economia, a sociologia, a agronomia, dentre outras. Isso demonstra que por maior que seja a amplitude das abordagens e dos estudos que se propõem a analisar a dinâmica rural brasileira, é praticamente impossível entendê-lo em toda a sua magnitude, pois a realidade que esta posta, é maior do que a abrangência das ciências que se predispõem a explicá-la.

Nesse sentido, o caminho percorrido no trabalho, abrangeu um dos setores que compreende a agricultura brasileira, diante das imposições do processo de tecnificação implementado a partir da década de 1960. Como expressão geográfica delimitou-se espacialmente a dinâmica da fruticultura na Região de Dracena, composta por dezesseis municípios que integram o EDR de Dracena.

A dinâmica da fruticultura na Região de Dracena foi entendida como estratégia de reprodução social encontrada pelos pequenos produtores rurais, tendo em vista que a atividade adquire um significado espacial por ser um nicho específico de mercado capaz de responder aos ditames do capital mercantil, em substituição a cafeicultura que havia sido a principal atividade agrícola desenvolvida na Região até os anos de 1980.

A inserção e desenvolvimento da fruticultura na Região de Dracena, a partir de meados da década de 1980, têm provocado uma reestruturação da economia regional a ponto de torná-la reconhecida em âmbito nacional como um espaço especializado na produção frutícola, com destaque a produção de frutas processadas industrialmente e para o consumo *in natura*. A implantação de duas agroindústrias processadoras de polpa de frutas consiste na materialização do dinamismo apresentado pela fruticultura regional, o que pode contribuir diretamente para a consolidação de uma cadeia produtiva no processamento agroindustrial de frutas.

No que concerne aos atores sociais envolvidos no processo produtivo de frutas, merece destaque o papel desempenhado pelos pequenos produtores rurais que enfrentam inúmeras adversidades, sobretudo no âmbito da subordinação da renda de forma direta e indireta ao capital mercantil, financeiro e industrial.

O capital industrial encontra diversas formas subordinar a renda territorial da agricultura a partir do aprofundamento da dependência do setor a uma gama de insumos industrializados sem os quais torna-se praticamente impossível produzir, especialmente no âmbito da fruticultura que requer um enorme aparato tecnológico. O capital financeiro, por sua vez, encontra formas de se apropriar de parte da renda gerada na fruticultura por meio da extração de juros nos financiamentos obtidos pelos produtores seja para custear a produção seja para investir na ampliação da área cultivada.

Contudo, a forma de subsunção da renda territorial da fruticultora, que atinge de forma mais contundente os produtores rurais, se dá pela ação do capital mercantil, que especificamente no âmbito da Região de Dracena, consiste num dos principais pontos de estrangulamento.

Diante desse quadro, os pequenos produtores rurais têm encontrado na organização coletiva em associações agrícolas, uma forma de amenizar as adversidades impostas à produção frutícola, principalmente no processo de comercialização, face ao capital mercantil, materializado na figura dos intermediários. Sabe-se, entretanto, dos diversos mecanismos encontrados pelo capital para subsumir a renda territorial da agricultura, haja vista a ação dos intermediários nos entrepostos das CEASAS, que são os principais receptores da produção frutícola regional.

No âmbito da organização coletiva, observa-se que nas associações de produtores rurais, do ponto de vista da participação política dos atores sociais envolvidos no processo ainda há muito a ser feito. O maior exemplo disso é que o funcionamento das duas principais associações gira em torno da *produção* para o mercado. Ainda falta, um trabalho de base que garanta a participação dos jovens nas associações e no processo produtivo, garantido a partir de então um engajamento político que possa criar a partir da organização coletiva um espaço efetivo de *reprodução* social dos pequenos produtores. Do modo como vêm sendo conduzidas as associações, elas se restringem meramente à esfera econômica. É preciso mais do que isso para garantir a reprodução social dos pequenos produtores rurais.

A partir do momento em que houver organizações coletivas fortalecidas do ponto de vista político, elas terão mais respaldo nas reivindicações junto às diversas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), abrindo possibilidades de políticas

específicas ao setor, para que se possa almejar e ocupar os espaços que se abrem à fruticultura em âmbito nacional e internacional.

O funcionamento efetivo de organizações de pequenos produtores poderá propiciar a expansão do mercado nacional que ainda tem muito a ser explorado e, principalmente, a abertura dos mercados internacionais, utilizando-se das perspectivas favoráveis a fruticultura brasileira que possui a capacidade de produzir frutas tropicais e temperadas em quantidade e de boa qualidade para ampliar a pauta das exportações.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas frescas, com uma produção que supera os 34 milhões de toneladas. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,2 milhões de hectares e gera 5,6 milhões de empregos diretos, o que representa 27,0% do total da mão-de-obra ocupada pela agricultura e um PIB agrícola de US\$ 11 bilhões. O setor demanda mão-de-obra intensiva e demonstra a capacidade de reprodução dos produtores rurais no campo por permitir a absorção do trabalho familiar em pequenas propriedades.

Assim, o setor da fruticultura representa um potencial econômico e social favorável aos pequenos produtores rurais, mas também enquanto importante elemento na pauta de exportações da balança comercial brasileira.

O desenvolvimento da fruticultura pode propiciar: i) rentabilidade elevada em pequenas propriedades rurais; ii) acréscimo da demanda do mercado interno por meio da conscientização dos consumidores acerca dos valores nutricionais oferecidos pelos produtos de origem natural, como as frutas; iii) dinamização do setor agropecuário, resultando no aumento da arrecadação de impostos; iv) aumento na pauta das exportações de frutas, explorando adequadamente as potencialidades do território brasileiro; v) absorção da mão-de-obra familiar (incluindo as mulheres e os jovens), contribuindo para a reprodução da população no meio rural, e conseqüentemente, reduzindo os problemas urbanos.

É importante salientar que os benefícios sociais e econômicos proporcionados pelo desenvolvimento da fruticultura dependem exclusivamente da atuação do Estado, enquanto instância centralizadora de poder, na gestão dos interesses das diferentes esferas da sociedade. É preciso ter como meta a valorização do pequeno produtor como principal ator social na condução do processo de produção frutícola.

Nesse sentido, a atuação do poder público deve formular políticas de fortalecimento da pequena produção rural, visando amenizar os efeitos de sua subordinação ao capital

comercial e industrial. Tais políticas devem facilitar a condução do processo produtivo agrícola por meio de subsídios creditícios para a incorporação de novas tecnologias.

O aspecto da extensão rural deve ser revisto e as ações do corpo técnico redimensionada para que se possa oferecer aos pequenos produtores uma assistência técnica efetivamente eficaz no processo especializado de produção de frutas.

O poder público (municipal, estadual ou federal), a partir da valorização dos pequenos produtores rurais, como principais atores sociais envolvidos no processo de produção de frutas pode suscitar e incentivar a participação política em organizações coletivas como as associações de produtores, ajudando-os na construção de uma identidade coletiva para a manutenção e reprodução social no contexto do sistema econômico vigente.

Nessa conjuntura, os resultados alcançados com esta pesquisa podem ser relevantes a partir do momento em que possibilita expor ao debate a situação da atividade frutícola na Região de Dracena, demonstrando o seu significado espacial e a importância da organização coletiva dos atores sociais para a especialização no processo produtivo de frutas. A fruticultura, como um nicho de mercado, se constitui numa possibilidade de manutenção do pequeno produtor preservando o seu principal meio de produção – a terra – garantindo-lhe a sua reprodução social no campo.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Tese de Doutorado: FFCL - Presidente Prudente, 1972 - 339p.

ALMEIDA, Valéria Mazzo de. **A viticultura no oeste paulista: o caso do município de Tupi Paulista-SP.** Monografia de Bacharelado. Presidente Prudente: UNESP/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1999.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C.C. & CORRÊA, Roberto L. (Org.) – **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1970.** São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985 (Série teses: 15).

CHABARIBERY, Denyse. *et al.* Perfil das Associações de Fruticultores do Estado de São Paulo: demanda de tecnologia e estratégias de comercialização. In: **Informações Econômicas.** São Paulo, v. 32, n.1, Jan/2002.

CHIBA, Armando S. *et al.* **Viabilidade da viticultura nas pequenas propriedades de Tupi Paulista.** Monografia de Curso. Dracena/Faculdade de Ciências Gerenciais de Dracena, 2001.

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda & MAZZALI, L. A perda de dinamicidade do modelo de desenvolvimento via CAI e a necessidade de um novo aparato conceitual. In: **Boletim de Geografia Teórica.** Vol. 25, nº 49-50, Rio Claro: AGETEO, 1995. (Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Vol. 1). p. 139-151.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 1985.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena:** fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001.

FAVARET FILHO, Paulo. *et al.* **Fruticultura Brasileira:** a busca de um modelo exportador. (mimeo.).

FERREIRA, Enéas R. & BRAY, Silvio C. As influências do Pró-Álcool e do Pró-Oeste nas transformações das áreas canavieiras do Estado de São Paulo. In: **Geografia.** Rio Claro, v. 9, n. 17-18, out/1984.

FIBGE, **Censo Agropecuário,** 1970. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

FIBGE, **Censo Agropecuário,** 1975. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1975.

FIBGE, **Censo Agropecuário,** 1980. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

FIBGE, **Censo Agropecuário**, 1985. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985.

FIBGE, **Censo Agropecuário**, 1995/96. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

FIBGE, **Censo Demográfico**, 1970. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, São Paulo, 1970.

FIBGE, **Censo Demográfico**, 1980. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, São Paulo, 1980.

FIBGE, **Censo Demográfico**, 1991. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, São Paulo, 1991.

FIBGE, **Contagem Populacional**, 1996. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

FIORAVANÇO, José Caetano. O Mercado Comunitário de Frutas: participação e perspectivas para o Brasil. **In: Informações Econômicas**. São Paulo, v. 30, n. 3, Mar/2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Questão do Desenvolvimento da Região de Andradina – SP**. Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE – UNESP, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **In: Revista Faz Ciência**. v.1, n.1, p.38-49: Faculdade de Francisco Beltrão, 1997.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **In: Caderno Prudentino de Geografia**. n. 22, p. 07-26: Associação de Geógrafos Brasileiros: Seção Local de Presidente Prudente, 2000.

KAGEYAMA, Angela et al. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. **In: DELGADO, G. da Costa (Org.) Agricultura e Políticas Públicas Brasileiras**. Campinas: IPEA, 1990. p. 113-221. (Série IPEA, 127).

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Série “Os Economistas. Trad. de Otto Erich Walter Maas).

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente** Tese de Doutorado: FFCL, 1972 - 249p.

LISBOA, Jose Bispo de. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). In: MENEZES, A.V.C. & PINTO, J.E.S. de S. **Linhas Geográficas**. Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS, 2001.

LOCATEL, Celso Donizete. **O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales – SP**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2000, 272 p.

MARAFON, Gláucio J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: **Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia**. Nº 1. (Jan. 1997). Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 1997. p. 7-21.

MARTINE, George. A Evolução Espacial da População Brasileira. In: AFFONSO, Rui de B.A. & SILVA, Pedro L.B. **Desequilíbrios Regionais e Desenvolvimento**. SP, FUNDAP: Editora da UNESP, 1995 (Federalismo no Brasil).

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível dialogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MOREIRA, Ruy. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrópolis:Vozes, 1985.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. Campinas: UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. N. 58, São Paulo:AGB, Set/1981. p. 5-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. (Caminhos da Geografia).

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativas e desenvolvimento econômico: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1963.

RIBAS, Alexandre Domingues. A dinâmica societal e a expressão territorial da COCAMP no Pontal do Paranapanema. In: **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, v. 3, n. 1, Out/2002.

ROCHA, Alda do Amaral. Cana avança sobre o pasto no oeste de SP. In: **Valor Econômico** Jornal On Line, Valparaíso-SP, mar. 2002. Disponível em <www.agrolink.com.br>. Acesso em: 27/04/2003.

ROCHA, Marina B. Agricultura, política de garantia de preços mínimos e planos de estabilização na década de 90. In: **Revista Agricultura em São Paulo**. Vol. 44. Tomo 1. São Paulo: IEA, 1997. p. 27-50.

SALLUM JÚNIOR. Brasília. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas cidades, 1982.

SANTIAGO, Maura M. D. & ROCHA, Marina B. O Mercado de Frutas e as Estimativas dos Preços Recebidos pelos Fruticultores no Estado de São Paulo, 1990-2000. In: **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 31, n.2, Fev/2001.

SANTOS, Joelma Cristina & HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização e exclusão no sistema agroindustrial do leite no Brasil: o caso do município de martinópolis – SP. In: **Contribuições Científicas**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, AGB, 2002. (versão digital).

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.

SATO, Geni Satiko. Panorama da Viticultura no Brasil. In: **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 30, n. 11, Nov/2000.

SEABRA, Manoel Gonçalves. **As cooperativas mistas no Estado de São Paulo**. São Paulo, IG/USP, 1977.

SILVA, Rubens Galdino da. **Incorporação da Nova Alta Paulista ao setor produtivo do Estado de São Paulo: município de Adamantina (1937 a 1955)** Assis: UNESP/Instituto de Letras, História e Psicologia, 1989, 196 p. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 1ª ed. 1976, São Paulo, Alfa-Omega, 1986.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Guanabara, Rio de Janeiro 2ª ed., 1986.

SZMERECSENYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. Contexto, 1990.

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. **Avaliação Econômica da Cultura da Videira na Região de Jales – SP**. Tese de Livre-Docência. Ilha Solteira: Faculdade de Engenharia: UNESP, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

TOMICH, Friderico Andrade. Frutas. In: **Competitividade de Grãos e de Cadeias Seleccionadas do Agribusiness**. IPEA, 1998. (Texto para discussão nº. 538).

WANDERLEY, M. de N Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção. In: **Ensaio e Debates**. Maio/Dezembro, 1995.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador: Hucitec: CEPA, 1986.

8.1 - Bibliografia Consultada

AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. 179 p.

BELIK, Walter. Estado, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas para a Agropecuária Brasileira. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, SOBER, v. 36, nº 1, 1998 (jan/mar), p. 09-33.

BENJAMIN, Roberto S. **A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz: Gênese – Auge – Decadência – Perspectivas de Recuperação**. Presidente Prudente: UNESP, 1998. Dissertação de Mestrado.

BLOCH, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco**. São Paulo: Livros da Terra: Oxfam, 1996.

BORGES, Maria das Graças do Lago. **Transformações agrícolas no Rio Grande do Norte e o significado espacial da fruticultura**. Rio Claro: UNESP/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1996, 236 p.

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. A Modernização da Agricultura no Contexto da Constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: **XI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Anais**. Maringá: UEM/DGE, 1992, p. 2-26.

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMERECSENYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERREIRA, Darlene Aparecida de O. **Mundo rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: UNESP, 2002.

GASQUES, José Garcia. *et al.* **Competitividade de Grãos e de Cadeias Seleccionadas do Agribusiness.** Brasília: IPEA, 1998. (Textos para Discussão).

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. **“Modernização Agrícola”. Uma alternativa para os viticultores do extremo sudoeste paulista: o caso do município de Álvares Machado/SP.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996. (Dissertação de Mestrado).

GIL, Izabel Castanha. **Conta outra, vovô.** Adamantina: 1995.

GOMES, Raimundo Pimentel. **Fruticultura Brasileira.** São Paulo: Nobel, 1972.

GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira.** São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia no Brasil: Crítica da Moderna Agricultura.** Brasiliense 2^aed.- São Paulo, 1985 - 154p.

HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. A Atuação do Estado no Processo de Desenvolvimento Brasileiro. In: MENEGUETE JUNIOR, Messias; ALVES, Néri (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p. 21-41.

HESPAÑHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Produção Familiar: Perspectivas de Análise e Inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP.** Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE:UNESP, 2000. (Tese de Doutorado).

KAGEYAMA, Ângela. Alguns Efeitos Sociais da Modernização Agrícola em São Paulo. In: MARTINE, George (org.) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINE, George; Beskow, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **A Sujeição da Renda da Terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária.** Encontro com a civilização Brasileira, nº 22, 1985, p. 199 a 221.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

MÜLLER, Geraldo. Competitividade e Integração Econômica e Social: Para uma questão regional das questões agrárias e agroindustriais. In: **Rascunhos.** Rio Claro: UNESP-IGCE, nº 32, 1994.

NEVES, Delma Pesanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA, nº 2 e 3, v. 25, 1995. p.21-36.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de produção popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Hélio et al. Proposta metodológica para a elaboração de zoneamento agrícola nos municípios do noroeste paulista. In: **IV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Salvador, Abril, 1996. P. 1-7.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. p. 43-179.

ANEXO I

(Questionário utilizado para obtenção de dados nas UPAs)

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BASE DOS DADOS - SAFRA 2001/02

I. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

1. Nome:

2. Idade: () Menos de 30 anos () 30 a 40 anos () 50 a 60 anos () Mais de 60 anos

3. Escolaridade:

() Analfabeto () Fund. compl. () Médio compl. () Superior compl.

() Fund. incompl. () Médio incompl. () Superior incompl.

4. Município de origem:..... 5. Estado de origem:.....

6. Anteriormente morava: () área urbana () na área rural

7. Condição anterior:

() Proprietário () Posseiro () Empregado na cidade

() Arrendatário/parceiro () Empregado rural () Outro Qual?

8. Número de pessoas da família que residem no imóvel:

8 a. Total : () Menos de 3 () 3 a 5 () Acima de 5

	Número
8 b. Homens	
8 c. Mulheres	

9. Número de pessoas da(s) família(s) dos empregados que residem no imóvel:

9 a. Total: () Menos de 3 () 3 a 5 () Acima de 5

	Número
9 b. Homens	
9 c. Mulheres	

10 a. Possui mais de uma propriedade rural? () sim () não.

10 b. Se sim, quantas? 10 c. Município: 10 d. Estado:.....

11. Soma da área das propriedades rurais que possui: Hectares:..... ou Alqueires:

12. Existem pessoas da família residentes na Unidade de Produção que são aposentadas? () Sim () Não

12a. Se sim quantas? () 1 () 2 a 3 () acima de 3.

12b. Qual a contribuição desta renda da aposentadoria nas despesas da família?

() Até 25 % () 26 a 50 % () 51 a 75 % () 76 a 100 %

12c. Qual a contribuição desta renda da aposentadoria nas despesas da produção agrícola?

() Até 25 % () 26 a 50 % () 51 a 75 % () 76 a 100 %

II. CONDIÇÕES DA MORADIA DO PRODUTOR

13. Número de pessoas que moram na casa

() Menos de 3 () 3 a 5 () Acima de 5

14. Material de construção da casa () madeira () alvenaria () mista () pau a pique () outros

15. Metragem da casa

() Até 50 m²

() 100 a 200 m²

() 50 a 100 m²

() Mais de 200 m²

16. Tempo de construção da casa?

() Menos de 5 anos

() 10 a 20

() 5 a 10

() Mais de 20

III. BENS DE CONSUMO DURÁVEIS DISPONÍVEIS

17. Televisão () Não () Sim. 113 a Se sim, quantas?.....

18. Vídeo Cassete () Não () Sim. 114a. Se sim, quantos?.....

19. Geladeira () Não () Sim. 115a. Se sim, quantas?.....

20. Freezer () Não () Sim. 116a. Se sim, quantos?.....

21. Computador () Não () Sim. 117a. Se sim, quantos?.....

22. Principal tipo de transporte utilizado pela família do agricultor

() Automóvel () Carroça () Bicicleta () Trator () Ônibus () outros, Quais ?

23. Veículo de passeio () Não () Sim. 118a. Se sim, quantos?..... Tipo:.....
Ano:.....

IV. DADOS REFERENTES A UNIDADE DE PRODUÇÃO

	Hectares	Ou	Alqueires
24. Área total			
25. Área Própria			
26. Área tomada em Arrendamento/parceria			
27. Área concedida (dada) em arrendamento			

28. Utilização das terras - safra 2001/02

	Hectares	Ou	Alqueires
28a. Lavouras permanentes			
28b. lavouras temporárias			
28c. Pastagens			
28d. Área Construída			
28e. Terras em descanso			
28f. Área reflorestada e de vegetação nativa			

29. Qual era a sua principal cultura antes da fruticultura?

() café () Outras.....

30. Há quanto tempo desenvolve a fruticultura?

() Menos de 2 anos

() 5 a 10 anos

() 2 a 5 anos

() Mais de 10 anos

31. Produção agrícola-safra 2001/02

Culturas:	Área (Ha):	ou	Área (Alq.):	Produção (cx.)	ou	Produção (sacas.)
32. Abacaxi						
33. Acerola						
34. Banana						
35. Café						
36. Côco						
37. Feijão:						
38. Laranja						
39. Limão						
40. Mamão						
41. Manga						
42. Maracujá						
43. Melancia						
44. Uva						
45. Outros.						
46.						
47.						
48.						

49. Destino da produção agrícola (quantidade)

Culturas	A. Utiliz. Na Propriedade	B. Venda na associação	C. Venda p/ agroindúst.	D. Venda na feira	E. Venda p/ supermer.	F. Outros	TOTAL
50. Abacaxi							
51. Acerola							
52. Banana							
53. Café							
54. Côco							
55. Feijão:							
56. Laranja							
57. Limão							
58. Mamão							
59. Manga							
60. Maracujá							
61. Melancia							
62. Uva							
63. Outros?							
64.							
65.							

66.							
Total							

67. Atividade pecuária

Tipo:	N.º de cabeças:
67a. Bovinos de corte	
67b. Bovinos de leite	
67c. Suínos	
67d. Frangos e galinhas	
67e. Ovos (dúzias)	
67f. Outros. Quais?	

68. Destino da produção pecuária – (quantidade)

Tipo:	A.Utiliz. na Propriedade	B.Venda para cooperativas	C.Venda para Frigoríficos/ agroindústrias	D.Venda para Açougues/ supermerc.	E.Venda para outros produtores	F.Outros	G. Total
69. Bovinos de corte							
70. Bovinos de leite							
71. Suínos							
72. Frangos e galinhas							
73. Ovos							
74. Outros							
75. Total							

76. Forma predominante de escoamento da produção

() Caminhão próprio

() Trator próprio

() Caminhão fretado

() Carroça

() Caminhão da associação

() Outro (s). Qual (is)

V. RENDIMENTO ANUAL APROXIMADO

ATIVIDADES	A.Renda Bruta (R\$)
77. Culturas temporárias:	
78. Culturas permanentes:	
79. Pecuária de corte:	
80. Pecuária de leite	
81. Outros	

VI. FORÇA DE TRABALHO

Trabalho familiar

	Número
82. Homens	
83. Mulheres	

Trabalho assalariado permanente

	Número
84. Homens	
85. Mulheres	

Trabalho assalariado temporário

	Número
86. Homens	
87. Mulheres	

88. Em quais atividades utiliza mão-de-obra temporária?

☐ plantio☐ colheita☐ tratos culturais☐ comercialização**VII. MEIOS DE PRODUÇÃO**

89. Quais destes tipos de implementos possui?

	Número		Número
89a. Tratores:		89j. Pulverizador costal	
89b. Colheitadeiras:		89k. Ordenhadeira mecânica	
89c. Arados de tração mecânica		89l. Plantadeira para plantio direto	
89d. Arados de tração animal		89m. Pulverizador - Trator	
89e. Grade – Trator		89n. Distribuidor de calcário	
89f. Grade de tração animal		89o. Semeadeira/adubadeira	
89g. Carreta agrícola		89p. Carroça	
89h. Grade de tração animal		89q. Outros. Quais?	
89i. Aparelho de irrigação			

90. Energia elétrica ☐ Sim ☐ Não91. Telefone ☐ Sim ☐ Não

92. Depósitos para produtos

☐ Até 50 m²☐ 100 a 200 m²☐ 50 a 100 m²☐ Mais de 200 m²**VIII. IRRIGAÇÃO**

93. Possui irrigação?

☐ Sim ☐ Não.

94. Qual é o tipo de irrigação?

☐ aspersão ☐ micro-aspersão ☐ gotejamento ☐ Outros. Quais?.....

95. Qual o tamanho da área irrigada ?..... (ha) ou.....(alq)

96. Quais culturas são

irrigadas?.....

97. Procedência da água para irrigação

☐ açude☐ córrego ou rio☐ poço semi-artesiano

98. Fonte de energia utilizada na irrigação?

☐ elétrico ☐ diesel Custo mensal em R\$.

IX. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS

	A. Quantidade	B. Unidade de medida Toneladas/ litros, etc.)	C. Atividade (qual lavoura ou criação em que foi utilizado)
99. Fertilizantes de base			
100. Fertilizantes de cobertura			
101. Calcário			
102. Agrotóxicos aplicados			
103. Outros:			

X. PRÁTICA AMBIENTAL

104. Qual o destino dos vasilhames dos defensivos utilizados na produção agrícola?

☐ aterra

☐ córrego ou rio

☐ reaproveitamento na propriedade

☐ reaproveitamento doméstico

☐ coleta seletiva

105. O Sr. adotou alguma prática de manejo de solo?

☐ terraceamento

☐ correção do solo

☐ bacias de contenção

☐ adoção do projeto de microbacias

XI. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO

FINANCIAMENTO DE CUSTEIO-SAFRA 2001/02/ (Especificar se o recurso é proveniente do PRONAF)

Culturas	A.Bancos		B.Intermediário		C.Próprio	
	Ai.Área (Ha)	Aii.Valor (R\$)	Bi.Área (Ha)	Bii.Valor (R\$)	Ci.Área (Há)	CiiValor (R\$)
106. Abacaxi						
107. Acerola						
108. Banana						
109. Café						
110. Côco						
111. Feijão:						
112. Laranja						
113. Limão						
114. Mamão						
115. Manga						
116. Maracujá						
117. Melancia						
118. Uva						
119. Outros. Quais?						

FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO - SAFRA 2001/02 (Especificar se o recurso é proveniente do PRONAF)

Item financiado	Bancos (Valor em R\$)	Intermediários (Valor em R\$)	Próprio (Valor em R\$)
120.			
121.			
122			

XII. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

123. Possui algum tipo de assistência técnica? () sim () não.

124. Se sim, qual?

() Oficial

() Própria

() Particular

() Associação

Outro (s), Qual (is)?

125. Periodicidade das visitas do (s) técnico (s) () semanal () quinzenal () mensal () trimestral () semestral () anual () quando solicita.

XIII. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

126. É associado a cooperativa? () Sim () Não.

126a. Se sim, qual (is)?.....

126b. Como avalia a atuação da cooperativa?

127. É membro de alguma associação de agricultores? () Sim () Não.

127a. Se sim, qual (is)?

127b. Como avalia a atuação da associação?

128. É filiado a algum sindicato? () Sim () Não.

128a () Patronal () Trabalhador

128b. Como avalia a atuação do sindicato?

XIV. PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PRODUTOR

129. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na atividade frutícola?

() falta de incentivo do Estado

() falta de mão-de-obra especializada

() dificuldade de comercialização

() falta de melhores técnicas de cultivo

() falta de assistência técnica

() outras. Quais?.....

130. Tem plano de ampliar a área ocupada com fruticultura?

() Sim () Não

Se sim em quais culturas?.....

131. Avaliação dos produtores quanto a sua situação social

Escala socioeconômica	Inferior	Igual	Superior
131a. O agricultor em relação às outras pessoas da sociedade brasileira			
131b. O agricultor (fruticultor) em relação aos demais agricultores tradicionais			
131c. A profissão de agricultor em relação à outras profissões			

132. Qual é o seu grau de interesse em continuar investindo nesta atividade?

() alto () médio () baixo () reduzido

OBSERVAÇÕES (CONTINUAR NO VERSO, SE FOR O CASO)

ANEXO II
ROTEIRO DE ENTREVISTA
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES

Data: ____/____/____

I- IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do entrevistado:
2. Denominação da associação:
3. Município sede:
4. Qual o principal objetivo da associação:
5. Região de abrangência:
6. Qual a frequência das reuniões:

II- HISTÓRICO

7. Ano de fundação:
8. Quais fatores motivaram a criação da associação?
9. Além dos produtores, a associação recebeu a colaboração de algum órgão ou instituição para se organizar e implantar sua infra-estrutura?
10. A associação recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura? De que forma?
11. Com quantos produtores a associação iniciou suas atividades?
12. Quais as exigências da associação para a filiação de produtores?

III. CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

13. Número total de associados: ____ Grandes: ____ Médios: ____ Pequenos: ____
14. Critérios utilizados para classificar os associados:
15. Com quais produtos a associação opera?

Compra de associados:

Venda para associados:

16. Qual a capacidade de armazenamento da associação?
17. Qual a quantidade média, por safra, de frutas comercializadas?
18. Qual o número de funcionários da associação? ____ Permanentes: ____ Temporários ____

IV- SERVIÇOS OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS

19. Assistência técnica (☐) Sim (☐) Não. Se sim, nº de agrônomos: ____ nº de técnicos agrícolas: ____
20. Comercialização da produção (☐) Sim (☐) Não
21. Venda de insumos (☐) Sim (☐) Não
22. Venda de mudas e sementes (☐) Sim (☐) Não
23. Venda de implementos agrícolas (☐) Sim (☐) Não
24. Venda de máquinas agrícolas (☐) Sim (☐) Não
25. Outros (☐) Sim (☐) Não. Se sim, quais?

V- PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO

26. Quais os principais projetos da associação?
27. Qual a situação da associação atualmente em relação aos órgãos de financiamento e assistência técnica?
28. Quais as perspectivas da associação em relação a fruticultura regional?
29. Tem planos para a aumentar o número de associados?
30. Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando?
31. Existem medidas específicas que estão sendo implementadas para buscar resolver os problemas de comercialização da produção?

OBSERVAÇÕES: _____

ANEXO III
ROTEIRO DE ENTREVISTA
ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Data: __/__/__

I- IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Função:
3. Tempo na função:

II- OBJETIVOS

4. Quais são os objetivos propostos pelo EDR de Dracena? Estes objetivos estão estritamente vinculados as determinações da SAA, ou existe uma autonomia no âmbito regional?
5. Existem objetivos/programas específicos voltados à fruticultura?
6. Estes objetivos estão sendo atingidos com êxito? Se não falar sobre as causas que impedem o desenvolvimento dos objetivos
7. Desde quando o EDR tem esses objetivos?
8. Existe alguma legislação regulamentando estes objetivos? Qual?
9. Numa retrospectiva histórica houve mudanças qualitativas e quantitativas na produção agropecuária regional? Situar a época, a produção e a causa?

III- FUNCIONAMENTO

10. Organograma das funções existentes no EDR
11. Numero de agrônomos e suas funções
12. Existem incentivos governamentais à especialização dos agrônomos?
13. Numero de veterinários e suas funções
14. Existem incentivos governamentais à especialização dos veterinários?
15. Para qual atividade o EDR centraliza com maior intensidade suas ações? Pecuária ou Agricultura? Por quê?
16. Quais são as relações do EDR com outras instituições privadas ou públicas (Bancos, Prefeitura, SEBRAE, etc.)

IV- ATUAÇÃO DO EDR

17. O EDR tem enfrentado problemas para atingir os seus objetivos? Se sim, quais e por quê?
18. O EDR tem obtido êxito em suas ações? Em que sentido?
19. Especificar o número de proprietários ou produtores que são atendidos pelo EDR?
20. Especificar a porcentagem de proprietários ou produtores que procuram espontaneamente o EDR:
21. Como os produtores têm avaliado a atuação dos agrônomos?
22. O EDR tem incentivado a expansão da fruticultura na Região? Se sim como?
23. Seria possível melhorar a técnica de produção, sem aumentar as despesas no processo de produção de frutas? Como?
24. Como são avaliados economicamente e socialmente pelo EDR, os resultados obtidos pela fruticultura?
25. Como o EDR classifica os proprietários e produtores rurais?
26. A inserção da fruticultura tem proporcionado o aumento da rentabilidade da terra? Isso poderá trazer algum efeito na estrutura fundiária regional?
27. O EDR tem algum projeto de atividades inovadoras em convênio com empresas privadas? Qual (is)?
28. Qual a rentabilidade atual dos diversos produtos da fruticultura regional? O que determina esta rentabilidade?
29. Qual correlação pode ser feita entre a rentabilidade da terra e o tamanho da propriedade?

V- COMPREENSÃO DO AGRÔNOMO EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS REGIONAIS

30. Quais são os maiores problemas da agropecuária regional?
31. Qual a sua avaliação em relação ao êxodo rural e, inclusive ao esvaziamento populacional da região?
32. O que o Sr. entende por modernização agrícola? O sr considera a agricultura regional modernizada?
33. Como o Sr.vê a possibilidade de melhorar as técnicas nas diferentes formas de produção e em especial a fruticultura?
34. Existe na região uma tendência a especialização ou diversificação da produção?
35. Qual o diagnóstico que o Sr. faz em relação ao desenvolvimento da fruticultura na Região?
36. Existem problemas relacionados a disponibilidade de águas fluviais ou subterrâneas para a irrigação das atividades frutícolas?
37. Como o Sr. avalia a implantação do Projeto de Microbacias da SAA, na Região? Quais os pontos positivos e/ou negativos?

ANEXO IV
ROTEIRO DE ENTREVISTA
EMPRESA PROCESSADORA DE FRUTAS/AGROINDÚSTRIA

Data: __/__/__

I- IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da empresa:
2. Nome do entrevistado:
3. Função:
4. Nome do proprietário:
5. Município sede:
6. Possui filiais:
7. Região de atuação:

II- HISTÓRICO DA EMPRESA

8. Ano de fundação:
9. Quais fatores motivaram a instalação da empresa no município?
10. A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município? De que tipo?

III- CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

11. Quais são os produtos processados pela empresa?
12. Qual a capacidade diária de processamento de frutas
13. Qual a capacidade de armazenamento?
14. Qual a quantidade média de frutas processadas mensalmente? Existe um período de entressafra, onde a capacidade de processamento da empresa fica ociosa? Se sim, isto traz algum prejuízo?
15. Qual a quantidade da produção é comercializada na Região de Dracena? (%)
16. Fora da Região, qual o destino da produção? Mercado interno (%): ___. Quais lugares?
Mercado externo (%)___ Quais lugares?
17. Qual o número de funcionários da Empresa? Permanentes:___Temporários:___

18. Faturamento Bruto Anual (deste total, qual o percentual é líquido?)
19. A empresa possui unidades de produção de matéria-prima (produção de frutas)? Se sim, qual local e área total?
20. A empresa enfrenta problemas na comercialização da produção? Se sim, quais? O que pode ser feito para amenizar estes problemas?
21. Como a empresa considera o nível de tecnificação da fruticultura regional? O Sr. Acha que a agricultura regional pode ser considerada modernizada? Se sim, em que sentido?

IV- PERSPECTIVAS DA EMPRESA

22. A empresa possui projetos de ampliar a capacidade de produção e comercialização de frutas, ou projetos de outra natureza?
23. Como a empresa avalia o potencial de produção frutícola regional? Quais as perspectivas da empresa em relação a fruticultura regional?
24. Existem contratos de integração da empresa com os produtores de frutas?
25. A empresa tem incentivado a expansão e a melhoria da fruticultura regional? Se sim, de que forma?
26. Qual o perfil dos produtores que fornecem produtos para a empresa? (grandes, médios ou pequenos?, segundo qual critério de classificação?)
27. Qual o diagnóstico (principais dificuldades) da empresa em relação ao mercado (interno e externo)?
28. E empresa enfrenta dificuldades em relação ao sistema financeiro nacional? (obtenção de crédito e/ou financiamentos).
29. Existem problemas relacionados ao sistema de transporte regional? (custos dos transportes, distância dos centros consumidores, falta de integração, etc)

ANEXO V

(Arquivo de fotografias - Pesquisa de Campo)



Foto 01: Força de trabalho temporário na colheita de acerola no município de Junqueirópolis-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 02: Plantação de acerola no município de Dracena-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 03: Vista parcial de cultivo de banana consorciado ao café. Ao fundo pode ser observada uma plantação de seringueira. A foto demonstra a diversificação de atividades em uma UPA de Junqueirópolis-SP. Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 04: Vista parcial de uma parreira de uva no município de Ouro Verde-SP. Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 05: Vista parcial de uma parreira de uva no município de Tupi Paulista-SP, onde pode ser observado a tela protetora que impede a ação de aves e de intempéries climáticas, como a chuva de granizo.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 06: Sr. Jair Stochi, produtor de acerola e uva entrevistado no município de Junqueirópolis-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 07: Armazém comunitário onde estão localizadas as câmaras de resfriamento de acerola da Associação de Agricultores de Junqueirópolis-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 08: Armazenamento de acerola em uma das câmaras frias da Associação de Agricultores de Junqueirópolis-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 09: Câmara fria concedida pela prefeitura municipal de Junqueirópolis a Associação de Agricultores.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 10: Uma das câmaras frias adquiridas pela Associação Agrícola de Junqueirópolis-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 11: Vista parcial da esteira de lavagem de acerola na Agroindústria Fruteza, município de Dracena-SP.

Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 12: Tanques utilizados para a pasteurização da polpa de frutas, utilizada para o beneficiamento de acerola na Agroindústria Fruteza, município de Dracena-SP.

Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 13: Vista parcial do local de recepção de frutas da Agroindústria Fruteza, município de Dracena-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 14: Esteira utilizada para a recepção das frutas na Agroindústria Fruteza – Município de Dracena.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 15: Esteira de lavagem de acerola da Agroindústria Fruteza – Município de Dracena.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 16: Tambores utilizados para o transporte da polpa de fruta para o mercado externo.
Agroindústria Fruteza no Município de Dracena-SP.
Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 17: Caixas utilizadas para o transporte de sucos concentrados para o mercado interno. Agroindústria Fruteza – Município de Dracena-SP. Pesquisa de campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.



Foto 18: Vista do Portão Principal do Recinto de Exposições da ACERUVA
Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira.



Foto 19: Seminário sobre a Acerola, realizado durante o período da ACERUVA.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano Rodrigues de Oliveira.



Mosaico de fotos: Exposição de variedades de uvas na "Acerúva 2002" organizada pela Associação Agrícola de Juruqueirópolis-SP: Ruby, Itália, Brasil (da esquerda para a direita superior) e Red Globe, Benitaka, Centennial Seedless, Beni Seedless (da esquerda para direita inferior).
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Autor: Adriano R. de Oliveira.